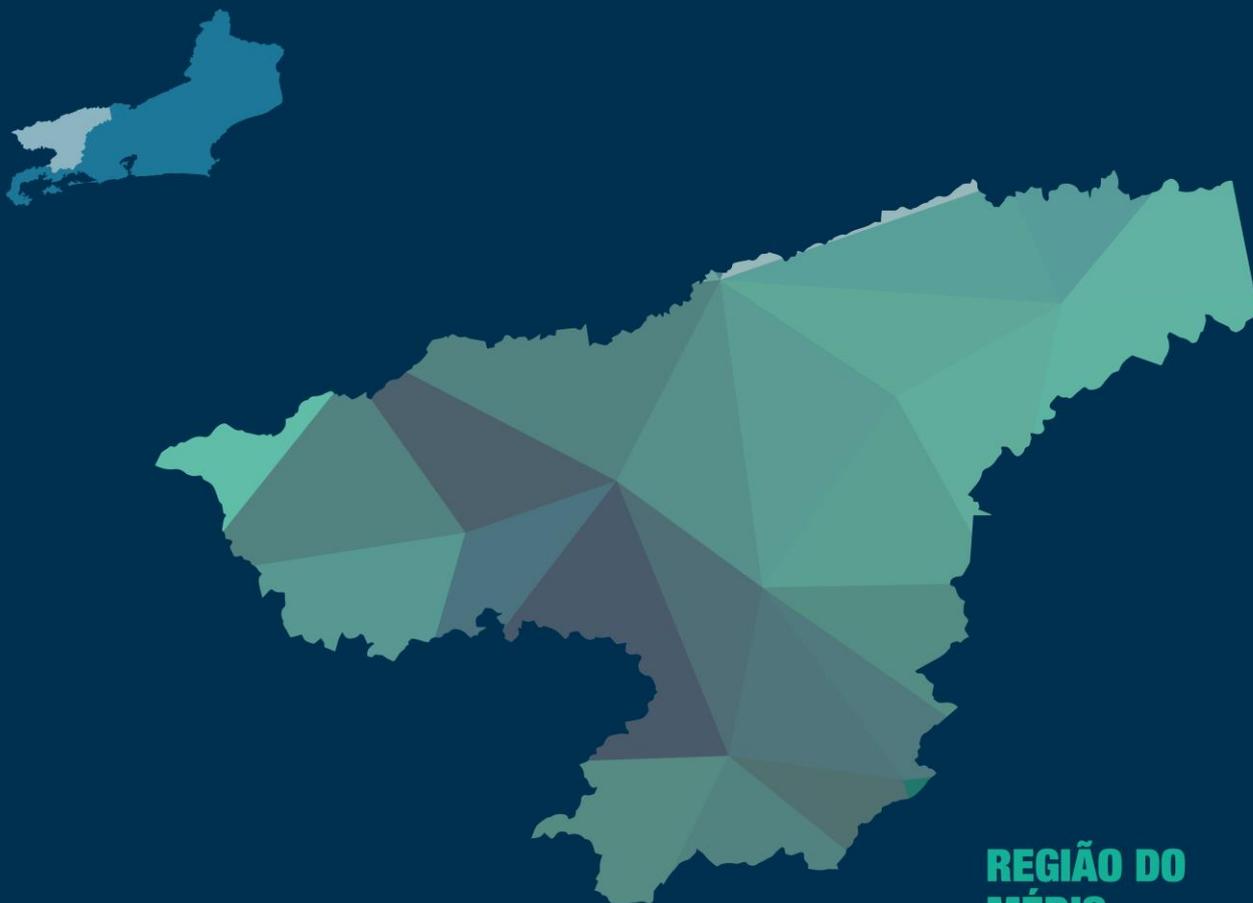


CADERNO REGIONAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

BARRA DO PIRAÍ
BARRA MANSA
ITATIAIA
PINHEIRAL
PIRAÍ
PORTO REAL
QUATIS
RESENDE
RIO CLARO
RIO DAS FLORES
VALENÇA
VOLTA REDONDA



SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

PERTO DE VOCÊ

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

GOVERNADOR

Luiz Fernando Pezão

VICE-GOVERNADOR

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

SECRETÁRIO DE ESTADO

Christino Áureo da Silva

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Alberto Messias Mofati

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rodrigo Pacheco Ribas

EQUIPE TÉCNICA

Camila Chaves Abuche

Ísis Mathias de Lima

Vicente Pereira

Vitor Dias Mihessen

MAPAS

Rogério de Sousa Martins

APOIO

Loys Lane Emerick

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Crama Design Estratégico



PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Palácio Guanabara

Rua Pinheiro Machado s/nº – Edifício anexo, 2º andar

CEP: 22.231-901

Tel: (21) 2334-3697 / 2332-8301

E-mail: ascom@desenvolvimento.rj.gov.br

Site: <http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNOS REGIONAIS

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO 2007/2014



- 1** REGIÃO CENTRO-SUL FLUMINENSE
- 2** REGIÃO DA COSTA VERDE
- 3** REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98)

R 585 Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico / Subsecretaria de Estado de Comércio e Serviços. Superintendência de Desenvolvimento Regional.

Região do Médio Paraíba: desenvolvimento socioeconômico 2007/2014 – organizado por Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho & Rodrigo Pacheco Ribas. Niterói: Imprensa Oficial, 2017

196 p. (Cadernos Regionais do Estado do Rio de Janeiro, 4 – Região do Médio Paraíba)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-88945-10-4

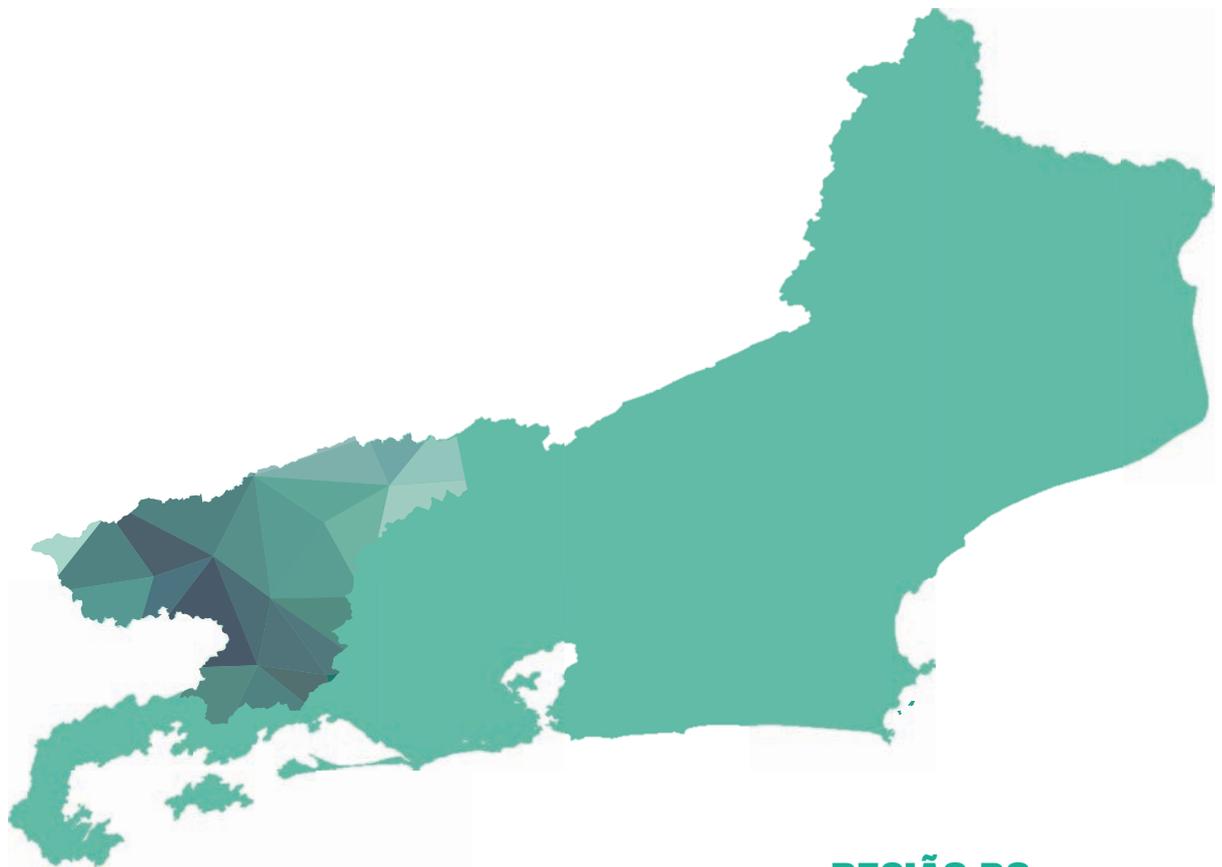
ISBN: 978-85-88945-14-2

1 – Rio de Janeiro-Estado – Região do Médio Paraíba – Desenvolvimento Socioeconômico. 2 – Região do Médio Paraíba – Desenvolvimento Socioeconômico – Rio de Janeiro-Estado. I – Título. II – Série.

CDU 338 (815.3)

CADERNO REGIONAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



REGIÃO DO MÉDIO PARAÍBA

BARRA DO PIRAI

BARRA MANSA

ITATIAIA

PINHEIRAL

PIRAÍ

PORTO REAL

QUATIS

RESENDE

RIO CLARO

RIO DAS FLORES

VALENÇA

VOLTA REDONDA



SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

PERTO DE VOCÊ

Abertura

CHRISTINO ÁUREO DA SILVA

**SECRETÁRIO DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**



Os Cadernos Regionais, elaborados com esmero pela Subsecretaria de Comércio e Serviços e agora publicados, apresentam, com números e informações incontestáveis, os resultados das ações de atração de investimentos desenvolvidas no Estado do Rio entre 2007 e 2014. Foram ações que não somente ampliaram o escopo já desenvolvido na área de petróleo, mas também diversificaram a economia fluminense para novos horizontes, como a consolidação da pesquisa e desenvolvimento, uma vocação antiga do Rio de Janeiro que só agora se afirmou. Resgataram ainda setores industriais que haviam abandonado o estado nas décadas de 1990 e 2000, casos, entre outros, do setor de bebidas e do automotivo.

O movimento de retomada das atividades industriais acompanha outra política estadual bem-sucedida: a interiorização dos investimentos. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico apontam que os investimentos públicos e privados, anunciados no período compreendido nesta publicação, somam R\$ 200 bilhões no estado. Do total, quase um terço, ou R\$ 60 bilhões, foi destinado ao interior.

Todo o detalhamento dessas ações e aplicações é visualizado nos Cadernos Regionais.

O denso material compilado é de extrema importância tanto para os estudos sobre a economia fluminense quanto como manancial de consulta para futuros investidores, já que permite identificar as vocações de cada município do estado.

Apresentação

DULCE ÂNGELA PROCÓPIO DE CARVALHO

**SUBSECRETÁRIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



Os Cadernos Regionais são resultado do trabalho de equipe com levantamento primoroso de dados necessários ao que nos é mais caro.



Ao longo dos últimos anos, e foram mais de oito, a Subsecretaria de Comércio e Serviços ficou responsável, por indicação do então secretário Júlio Bueno, de olhar e contribuir para o desenvolvimento regional com foco nas aglomerações econômicas e seu encadeamento. Trabalhamos de perto em setores como o de confecção, entretenimento, metal mecânico, petróleo e gás natural, materiais de construção civil, procurando unir o setor produtivo e de serviços na forma de arranjos produtivos, com ferramentas para estruturar e estimular as micro, pequenas e médias empresas de nosso estado.

Alguns programas foram conduzidos, como o Compra Rio, que por meio das rodadas de negócios, propicia as compras do setor privado no território fluminense. Outro programa que tem dados bons frutos é o do Design, que agrega valor e estimula a promoção dos profissionais do design do Rio de Janeiro, melhorando a competitividade dos serviços e produtos. O artesanato, também sob nossa articulação, vem tendo boas oportunidades para gerar renda a milhares de famílias.

Os Cadernos Regionais, que hoje temos a alegria de apresentar, são

resultado do trabalho de equipe com levantamento primoroso de dados necessários ao que nos é mais caro. É importante frisar que esta iniciativa fez parte das premissas do Governo do Estado: a preocupação com a regionalização e integração do estado em seus diferentes aspectos, criando-se um instrumental que condicione o desenvolvimento, impulsionando o crescimento e as potencialidades econômicas das distintas regiões fluminenses.

Alguns desafios que nortearam este trabalho foram o de reunir informações, sobre o estado e seus municípios, que se encontram dispersas em diferentes fontes e instituições, bem como por grande parte destas informações serem atualizada periodicamente, fazendo com que no ato da divulgação do trabalho algum dado já não seja o último disponibilizado.

Embora não esgote a visão completa da realidade estadual, é uma iniciativa que procura contribuir para um maior conhecimento social das configurações locais e regionais, assim como para o planejamento de ações pelos poderes públicos locais e diferentes segmentos da sociedade que visem ao desenvolvimento econômico e social de toda a população fluminense. Agradeço à equipe que tornou realidade esse sonho.

Sumário

1

2

3

Síntese histórica
e socioeconômica do
Estado do Rio de
Janeiro

24

Panorama regional
28

29 2.1 HISTÓRICO

45 2.2 CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS
FÍSICO-AMBIENTAIS

Aspectos sociais
48

49 3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

52 3.2 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ATIVA (PEA)

54 3.3 HABITAÇÃO

59 3.4 SAÚDE

61 3.5 EDUCAÇÃO



4

5

6

**Aspectos econômicos
e contas regionais**

74

75 4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

79 4.2 DENSIDADE ECONÔMICA

81 4.3 VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)

87 4.4 EMPREGO E RENDA

105 4.5 ESTABELECIMENTOS

Finanças públicas

116

117 5.1 RECEITAS CORRENTES

120 5.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

128 5.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

133 5.4 DESPESA

135 5.5 OUTROS INDICADORES FINANCEIROS

Infraestrutura

142

143 6.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

159 6.2 CONSUMO DE GÁS NATURAL

167 6.3 SANEAMENTO E ÁGUA

169 6.4 TRANSPORTE

174 Referências

178 Apêndices

Índice de tabelas

TABELA 1

População Residente nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2013)..... 51

TABELA 2

População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais de Idade nos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 52

TABELA 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação e Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2010) 53

TABELA 4

Domicílios Recenseados, por Espécie, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010) 56

TABELA 5

Domicílios Particulares Ocupados, por Localização da Área e Distribuição (%), nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2010)..... 57

TABELA 6

Domicílios Particulares Ocupados, por Situação do Domicílio e Localização da Área, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010) 58

TABELA 7

Leitos Existentes e Leitos Disponíveis ao SUS, por Esfera Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010) 60

TABELA 8

Estabelecimentos de Saúde, por Tipo, nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2010) 61

TABELA 9

Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas por Grupos de Idade, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 63

TABELA 10

Taxa de Analfabetismo, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 63

TABELA 11

Estabelecimentos de Ensino em Atividade, por Dependência Administrativa, Salas de Aula Existentes e Utilizadas, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011) 64

TABELA 12

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Infantil, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)..... 65

TABELA 13

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)..... 66

TABELA 14

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)..... 67

TABELA 15

Estabelecimentos de Ensino do Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011) 68

TABELA 16

Matrículas no Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2011) 69

TABELA 17

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Profissional por Dependência Administrativa nos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2011)..... 71

TABELA 18

Cursos de Ensino Superior e Matrículas, por Natureza da Instituição, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010) 72

TABELA 19

Bibliotecas Existentes, Frequência de Público e Tipos de Atividades Culturais nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)..... 73

TABELA 20

PIB Nominal nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2012)..... 76

TABELA 21

Evolução do PIB Real nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006-2012)..... 78

TABELA 22

Evolução do PIB Per Capita Real dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006-2012)..... 79

TABELA 23

Densidade Econômica (PIB por Km²) dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2012) 80

TABELA 24

Valor Adicionado Bruto e Produto Interno Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro – Valores em R\$ 1.000,00 (2012)..... 81

TABELA 25

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000,00 (2012)..... 82

TABELA 26

Variação Real (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012) 83

TABELA 27

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setor de Agropecuária – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)..... 84

TABELA 28

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setor da Indústria – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)..... 85

TABELA 29

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo o Setor de Serviços – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)..... 86

TABELA 30

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setor de Administração Pública – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012) 87

TABELA 31

Número de Empregados na Região do Médio Paraíba em 2014, Segundo Classificação Setorial do IBGE 89

TABELA 32

Variação (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação Setorial do IBGE91

TABELA 33

Variação do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE 93

TABELA 34

Distribuição (%) do Número de Empregados nos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE..... 94

TABELA 35

Distribuição (%) do Número de Empregados Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)..... 96

TABELA 36

Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba (2014) 99

TABELA 37

Variação (%) do Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba entre 2006 e 2014 100

TABELA 38

Distribuição (%) do Número de Empregados entre os Municípios da Região do Médio Paraíba, Segundo Porte de Empresas (2014)..... 101

TABELA 39

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)..... 102

TABELA 40

Número de Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)..... 103

TABELA 41

Remuneração Média (R\$) dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)..... 104

TABELA 42

Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba em 2014, Segundo Classificação do IBGE..... 106

TABELA 43

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE 107

TABELA 44

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE 109

TABELA 45

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE..... 110

TABELA 46

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014) 112

TABELA 47

Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba (2014) 113

TABELA 48

Varição do Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba entre 2006 e 2014..... 113

TABELA 49

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos entre os Municípios da Região do Médio Paraíba, Segundo Porte de Empresas (2014)..... 114

TABELA 50

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)..... 115

TABELA 51

Varição (%) da Receita Tributária Real Per Capita dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006-2012)..... 122

TABELA 52

Indicador de Equilíbrio Orçamentário (2007 a 2012)..... 136

TABELA 53

Indicador de Autonomia Financeira (2007 a 2012)..... 137

TABELA 54

Indicador dos Investimentos Per Capita (2007 a 2012) 138

TABELA 55

Indicador do Grau de Investimento Público (2007 a 2012) 139

TABELA 56

Indicador da Liquidez Corrente (2007 a 2012)..... 140

TABELA 57

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 145

TABELA 58

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 150

TABELA 59

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 151

TABELA 60

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 152

TABELA 61

Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 154

TABELA 62

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 155

TABELA 63

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 156

TABELA 64

Consumo Médio Anual de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 158

TABELA 65

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012) 162

TABELA 66

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 165

TABELA 67

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural por Setores de Consumo na Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 166

TABELA 68

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural por Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 167

TABELA 69

Economias e Ligações de Esgoto nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010) 169

TABELA 70

Veículos Emplacados, por Ano de Fabricação, aos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011) 170

TABELA 71

Veículos de Passageiro Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011) 171

TABELA 72

Veículos de Carga Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011) 172

TABELA 73

Taxa de Motorização nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011 e 2012) 173

Índice de gráficos

GRÁFICO 1

Varição da População Residente nos Municípios da Região do Médio Paraíba (1940*-2010)..... 49

GRÁFICO 2

Distribuição (%) da População Residente por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2013)..... 50

GRÁFICO 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2010) 54

GRÁFICO 4

Distribuição (%) do PIB por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2011) 75

GRÁFICO 5

Densidade Econômica (PIB por Km²) por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro – em Milhares de Reais (2011) 80

GRÁFICO 6

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação Setorial do IBGE 90

GRÁFICO 7

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação Setorial do IBGE 92

GRÁFICO 8

Distribuição (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Classificação do IBGE 94

GRÁFICO 9

Distribuição (%) do Número de Empregados da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012), por Segmentos Segundo Classificação do IBGE..... 95

GRÁFICO 10

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 107

GRÁFICO 11

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 108

GRÁFICO 12

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Município da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)..... 110

GRÁFICO 13

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)..... 111

GRÁFICO 14

Distribuição (%) das Receitas Tributárias e das Transferências Correntes sobre as Receitas Correntes (2012)..... 118

GRÁFICO 15

Distribuição (%) do ICMS sobre as Receitas Correntes (2006 e 2012)..... 119

GRÁFICO 16

Receita Tributária Real Per Capita, em R\$ (2006 e 2012) 121

GRÁFICO 17

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2006)..... 123

GRÁFICO 18

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2012)..... 123

GRÁFICO 19

Royalties da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região do Médio Paraíba (2013)..... 126

GRÁFICO 20

Royalties Per Capita da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região do Médio Paraíba (2013)..... 127

GRÁFICO 21

Receita Corrente Líquida, em Milhões de R\$ (2006 e 2012) 130

GRÁFICO 22

Receita Corrente Líquida Per Capita, em R\$ (2006 e 2012) 131

GRÁFICO 23

Relação entre a Receita Corrente Líquida e o Produto Interno Bruto (%) (2006 e 2011) 132

GRÁFICO 24

Relação entre Despesa Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida (%) (2006 e 2012) 133

GRÁFICO 25

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica na Despesa Total (2012) 134

GRÁFICO 26

Distribuições (%) do Consumo e das Unidades de Consumo de Energia Elétrica Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012) 144

GRÁFICO 27

Participação (%) do Consumo de Energia Elétrica no Consumo Final da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 146

GRÁFICO 28

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica do Setor Industrial da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 147

GRÁFICO 29

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica do Subsetor Minerais Não Metálicos da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012) 148

GRÁFICO 30

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Concessionárias na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 149

GRÁFICO 31

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Concessionárias na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012) 153

GRÁFICO 32

Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh) nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012) 159

GRÁFICO 33

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 161

GRÁFICO 34

Participação (%) do Consumo Setorial de Gás Natural no Consumo Final da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 163

GRÁFICO 35

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural do Setor Industrial da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 164

Índice de figuras

FIGURA 1	
Fazenda Rochinha em Barra Mansa	31
FIGURA 2	
Parque Nacional – Cachoeira Véu de Noiva, Itatiaia	32
FIGURA 3	
Parque Nacional – Poço do Maromba, Itatiaia.....	33
FIGURA 4	
Prateleiras, Itatiaia.....	33
FIGURA 5	
Vista Noturna Parcial da Cidade de Volta Redonda.....	43
FIGURA 6	
Mapa da Divisão Político-administrativa da Região do Médio Paraíba	44
FIGURA 7	
Estrutura Viária da Região do Médio Paraíba	46
FIGURA 8	
Centro Vocacional Técnico (CVT) do Município de Barra Mansa.....	70

Índice de quadros

QUADRO 1

Descrição dos Indicadores Financeiros Selecionados 135

QUADRO 2

Estações de Tratamento de Esgoto nos Municípios da Região do
Médio Paraíba (2012)..... 168

Índice de apêndices

APÊNDICE 1

Demonstrativos das Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012) 179

APÊNDICE 2

Distribuição (%) das Principais Receitas sobre os Orçamentos dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012) 182

APÊNDICE 3

Valores e Evolução das Receitas Tributárias Per Capita dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012) 185

APÊNDICE 4

Evolução das Principais Receitas dos Orçamentos dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 a 2012) 186

APÊNDICE 5

Demonstrativos das Despesas por Categoria Econômica dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012) 188

APÊNDICE 6

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica sobre as Despesas Totais dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012) 189

APÊNDICE 7

Evolução das Despesas dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 a 2012) 190

APÊNDICE 8

Classificação das Atividades Industriais Consumidoras de Energia Elétrica..... 191

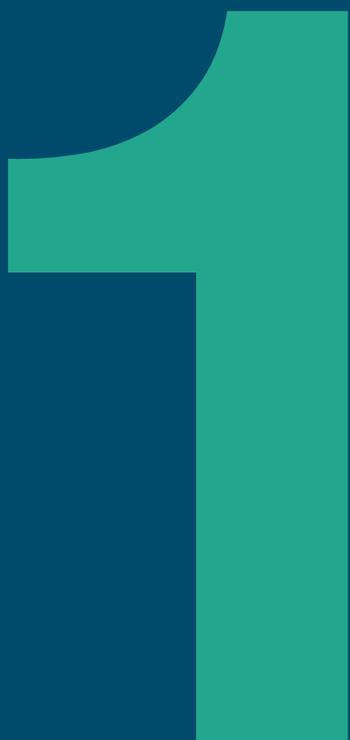
APÊNDICE 9

Classificação das Atividades Industriais Consumidoras de Gás Natural..... 194

Síntese histórica e socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro



O Estado do Rio de Janeiro se configura na segunda economia mais importante da República Federativa do Brasil e por diferentes aspectos, incluindo-se os naturais e culturais, prospecta o país no plano internacional.



Ao sediar durante dois séculos a capital do país, o estado foi marcado profundamente desde a sua cultura cosmopolita, passando por elementos que simbolizam o Brasil no cenário internacional, como suas belezas naturais, o samba e o futebol, até a sua economia, onde atividades como o porto, o aeroporto e o turismo contribuíram para que a Cidade do Rio se configurasse na mais visitada por turistas estrangeiros que veem ao país até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo em que o fato de sediar a capital marcava o Rio de Janeiro no cenário nacional e internacional, e ainda hoje garante ao estado um importante peso político – o Rio de Janeiro é tradicional centro de repercussão política nacional –, e permitia a construção na cidade de uma razoável infraestrutura de serviços públicos, concentrando aqui investimentos na montagem desta, a distância real e institucional entre a capital federal e o interior do estado se ampliava. A separação formal dos estados, com a criação do Estado da Guanabara, na década de 1960, depois revista com a fusão novamente deste ao Estado do Rio de Janeiro, em 1975, apenas acentuou esta tendência.

A Cidade do Rio de Janeiro foi, neste processo, concentrando em torno de si uma série de municípios que cresciam (inclusive recebendo uma enorme população de migrantes de outros estados e do interior do Rio de Janeiro) e passavam a depender de sua dinâmica enquanto metrópole, à qual se achavam integrados. Constitui-se dessa forma uma Região Metropolitana que ainda

muito se diferencia do restante do estado, caracterizada por um núcleo ativo, e uma série de municípios, no seu entorno, que lhe são dinamicamente dependentes.

A história econômica do Estado do Rio de Janeiro está ligada inicialmente aos portos de onde era levado à Europa o ouro do interior do país, em especial o proveniente do Estado de Minas Gerais. A própria Cidade do Rio de Janeiro cresceu com esse processo, assim como se desenvolveram, por exemplo, Paraty, Angra dos Reis, Magé (porto no fundo da baía de Guanabara) e Cabo Frio. O Rio de Janeiro se associava desta forma ao comércio, com saída do ouro e entrada de produtos de consumo para as regiões de extração do ouro.

As experiências agrícolas estiveram vinculadas à produção de cana-de-açúcar no Norte do estado (Campos, Macaé) ou mesmo nos arredores da capital e aos engenhos que acompanhavam essa produção, ou o café, cuja cultura sobe da Cidade do Rio de Janeiro em direção ao Vale do Paraíba. Dessa última experiência surgiu o transporte ferroviário, no final do século XIX, ligando a produção ao porto, e o Rio de Janeiro a São Paulo, onde a cafeicultura progredia rapidamente. Foi-se montando dessa forma, na capital, uma infraestrutura para apoiar a produção cafeicultora-ferrovia, porto, bancos para importação e exportação, etc.

Por outro lado, a presença no Rio da nobreza portuguesa e, em seguida, a sua transformação em sede imperial ajudaram a desenvolver a infraestrutura necessária à

administração e à cultura. Também surgiram experiências industrializantes, como o sucesso da indústria têxtil, ou o embrião da indústria naval brasileira.

No início do século XX, já como capital da República, foi modernizada a indústria têxtil e implantadas as primeiras unidades siderúrgicas. O processo de desenvolvimento siderúrgico continuou ao longo dos anos 1930, com a construção da Siderúrgica Barra Mansa, e culminou, em 1946, com a entrada em funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Esse processo que ajudou, pouco a pouco, a industrializar o Sul do estado, fazia parte de um grande plano nacional de criação de uma indústria siderúrgica robusta, visando atender às necessidades não só do desenvolvimento econômico, mas da própria soberania nacional.

No surto desenvolvimentista do Brasil dos anos 1950 e 1960, foram instaladas a Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), e ampliou-se rapidamente a indústria naval (Rio de Janeiro e Niterói). Junto à industrialização, cresceu o comércio, a área de serviços, a intermediação financeira.

O Rio de Janeiro montava sua infraestrutura e crescia, mas em torno da cidade surgia um cinturão de municípios que se ligavam à economia da cidade, mas não tinham condição de criar sua própria infraestrutura. O crescimento verificado até os anos 1970 gerava desigualdade e alterações estruturais como a urbanização acelerada, atingindo profundamente o país, suas finanças e suas empresas. O estado, enquanto

sede de várias dessas estatais, sofreu mais do que os outros com o impacto deste processo.

A crise dos anos 1980 promoveu o crescimento da economia informal. Alguns indicadores desse processo de difícil quantificação são os aumentos do consumo de energia elétrica superior ao aumento do número de consumidores, e do percentual de trabalhadores por conta própria e sem carteira no total da mão de obra ocupada, com a conseqüente redução do percentual de trabalhadores com carteira profissional assinada. Isto acabou se refletindo também no crescimento do setor terciário, particularmente no comércio e na prestação de serviços. Em uma ótica mais próxima do cotidiano, esse processo se torna mais evidente sob a forma de camelôs nas ruas, bem como pelo crescimento de profissionais autônomos e de contratos de trabalho temporários, principalmente em segmentos de comércio e serviços.

Nesta década, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Janeiro dividia-se, aproximadamente, em cerca de 2% para a agropecuária, 38% para a indústria e cerca de 60% para comércio e serviços. Já nas últimas décadas o peso por parte dos setores de comércio e principalmente o de serviços – incluindo-se administração pública – se intensificou, chegando a representar conjuntamente cerca de 67% de toda a economia fluminense em 2012, enquanto a indústria representa pouco mais de 32% e as atividades agropecuárias menos que 0,5%.

Embora grande parte da economia fluminense seja estabelecida em serviços, refletindo a configuração de âmbito nacional, verifica-se que nos últimos anos houve um movimento importante de “reindustrialização” do estado, resultado da atração

de negócios e investimentos que redundaram na inauguração de unidades fabris, no advento de serviços industriais associados e na geração de empregos.

Não obstante ao estabelecimento e maturidade da indústria extrativa de óleo e gás fluminense, esse movimento, em termos relativos, se observa em grande medida na indústria de transformação, cuja representação no estado vinha perdendo espaço nas últimas décadas, tanto por conta da implantação em São Paulo do setor de bens de consumo duráveis nas décadas de 1940/1950 e posterior difusão em estados da Região Sul, como pela implantação dos polos siderúrgico em Minas Gerais e petroquímicos no Nordeste (a exemplo da Bahia e Alagoas).

Além disso, o estado conta com algumas vantagens comparativas regionais, contando com recursos humanos especializados – atraindo inclusive desenvolvimento de parques tecnológicos, vocação turística, liderança cultural e artística, desenvolvimento e dimensão do segmento de intermediação financeira, proximidade dos mercados consumidores, nível de urbanização da população e consequentes vantagens sobre a organização do comércio e serviços.

Afora o cenário das décadas anteriores, nos últimos anos o Estado do Rio apresentou resultados socioeconômicos ascendentes, com alguns indicadores acumulando bons resultados, inclusive em termos reais, ou seja, eliminando-se os efeitos da inflação. O ciclo recente de investimentos executados propiciou um aquecimento na economia fluminense de forma proeminente até o ano de 2013, revertendo uma tendência de estagnação e de falta de dinamismo que perdurava há algumas décadas sobre a economia fluminense.

Esta configuração foi percebida por diferentes indicadores socioeconômicos apresentados neste trabalho, tais como emprego, remuneração dos empregados e acesso a serviços, além de alguns indicadores macroeconômicos relacionados à mensuração do tamanho da economia, a exemplo do Produto Interno Bruto, Valores Adicionados Brutos setoriais e indicadores de ordem financeira.

Os resultados e interferências de alguns desses indicadores, demandam, por um lado, maior tempo de maturação para que suas respostas se evidenciem no contexto da economia, e por outro, exigem maior esforço de apuração, cálculo e verificações antes de divulgação oficial pelas instituições competentes, fazendo com que geralmente sejam publicados com maior defasagem temporal, podendo esta ultrapassar um ou mais anos – por exemplo, os resultados das Contas Regionais são divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dois anos de defasagem.

Por conta disso, o alcance deste trabalho para a grande maioria dos indicadores utilizados não inclui os dois anos anteriores, cujos resultados poderão apresentar alguma alteração de tendência por conta do cenário político-econômico brasileiro atual e relativa dependência da exploração de recursos minerais e oscilação dos preços de *commodities*.

Não obstante, fica a expectativa de que este trabalho possa contribuir com diferentes atores da sociedade, subsidiando discussões, tomadas de decisão e definições de estratégias para o desenvolvimento regional fluminense de forma integrada, refletindo no crescimento econômico, social e na melhoria da qualidade de vida de sua população.

Panorama regional



A Região do Médio Paraíba é composta por 12 municípios, sendo limítrofe aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, como também às Regiões Fluminenses do Centro-Sul, da Costa Verde e Metropolitana. Os municípios que compõem a região são: Itatiaia, Quatis, Rio Claro, Pinheiral, Rio das Flores, Valença, Piraí, Barra do Piraí, Porto Real, Barra Mansa, Volta Redonda e Resende.



2.1 HISTÓRICO¹

A Região do Médio Paraíba teve proeminência durante o período de exploração do ouro, nos séculos XVII e XVIII, quando houve a necessidade do escoamento da produção de Minas Gerais para a Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, forçando um caminho pela descida da serra para abastecimento, pouso de caravanas de tropeiros, originando algumas localidades. Hoje, compreende unidades territoriais distintas, identificadas por um eixo mais

dinâmico e industrializado, como Volta Redonda, Resende e Barra Mansa, com desafios inerentes a áreas urbanizadas e de maior densidade demográfica; um espaço rural desarticulado, onde a agropecuária é uma atividade que ainda sobrevive aos solos esgotados pela cultura do café; e, finalmente, municípios como Barra do Pirai, Porto Real e Valença, que se colocam numa posição intermediária em termos de participação econômica.

¹ Histórico baseado nos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), e em Sydenstricker *et al.* (1993).



Barra do Piraí

O território compreendido pelo atual município de Barra do Piraí se formou a partir da construção de uma ponte de madeira sobre o rio Piraí, em 1853. Com a chegada da estrada de ferro e a expansão dos ramais em direção a São Paulo e ao norte de Minas Gerais, esse território se transformou em uma importante praça comercial no interior. O rio Piraí era utilizado como uma das principais vias de transporte da produção cafeeira regional que seguia para as ferrovias. Com a diminuição da atividade cafeeira, as fazendas passaram da agricultura para a pecuária. Barra do Piraí transformou-se em município em 1890, pela junção de três territórios: a vila de Sant'Ana, pertencente à Valença; Barra do Piraí, pertencente à Piraí; e a vila dos Mendes, pertencente à Vassouras. Esta última, já nesta época, sediava uma fábrica de papel (CIPEC) e outra de fósforos. O trem continuou a ser um meio de ligação importante entre os municípios vizinhos e a capital até os anos 1950. Muitas das linhas férreas que cruzavam Barra do Piraí foram desativadas ou perderam sua importância. A cidade, porém, manteve o comércio variado, serviços bancários, indústrias e facilidade de transporte rodoviário e ferroviário.

Barra do Piraí configurou-se em um dos polos de comércio e serviços da região, com comércio variado, serviços bancários, indústrias e transporte rodoviário e ferroviário.

Barra Mansa



O território do atual município de Barra Mansa, desbravado no final do século XVIII, detinha inicialmente um caráter de pouso para os tropeiros. Devido à sua posição geográfica, passou a expandir sua função comercial, mas no início do século XIX, assim como outros municípios da região, o café tornou-se a principal atividade econômica. A exaustão dos solos mais férteis e a abolição da escravidão provocaram o declínio da cafeicultura e o êxodo rural. A cultura do café cedeu lugar à pecuária de corte, evoluindo posteriormente para a produção leiteira. No final da década de 1930, houve o desenvolvimento industrial do município, com a implantação de setores ligados às indústrias alimentares, como a Fábrica da Nestlé Brasil Ltda. – Figura 1. Em 1940 foi construída a primeira usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, na época ainda distrito de Barra Mansa.

O município de Volta Redonda conquistou sua emancipação em 1954.

Barra Mansa e Volta Redonda possuem seu crescimento relacionado à implantação da CSN, que desempenhou papel multiplicador na atividade industrial da região, com o conseqüente aumento de serviços. Volta Redonda era o oitavo distrito de Barra Mansa e originou-se, por volta de 1862, no início da construção de uma ponte ligando as duas margens do rio Paraíba, que deu condições para que a região tivesse uma estação ferroviária, construída em 1864. O município de Volta Redonda conquistou sua emancipação em 1954.

Fazenda Rochinha em Barra Mansa



FIGURA 1



Itatiaia

Após a era do café, a pecuária e mais recentemente o turismo e a indústria contribuem na dinâmica econômica de Itatiaia.

No século XVIII, o território pertencente à Resende, onde se situa atualmente Itatiaia, possuía fábricas de anil, lavouras de subsistência e engenhos de açúcar. No século XIX, a agricultura e a pecuária de subsistência foram substituídas pelas fazendas de cana-de-açúcar e café. Parte da área do município, cuja propriedade nesse período era do Barão de Mauá, hoje corresponde ao atual Parque Nacional de Itatiaia (Figura 2), pois ele não aderiu à monocultura cafeeira, preservando a mata nativa. Com o fim da era do café, a pecuária prevaleceu como atividade econômica de Itatiaia. Com a construção da rodovia Presidente Dutra e da Usina Hidrelétrica de Funil Itatiaia (Figuras 3 e 4) o município iniciou a instalação de indústrias importantes, tais como a metalúrgica e mecânica, que se estabeleceram a partir da década de 1950, como também da atividade turística. A independência administrativa do município de Itatiaia foi em 1988, quando se desmembrou de Resende, ao qual pertencia como sede distrital.

2

FIGURA

Parque Nacional – Cachoeira Véu da Noiva, Itatiaia

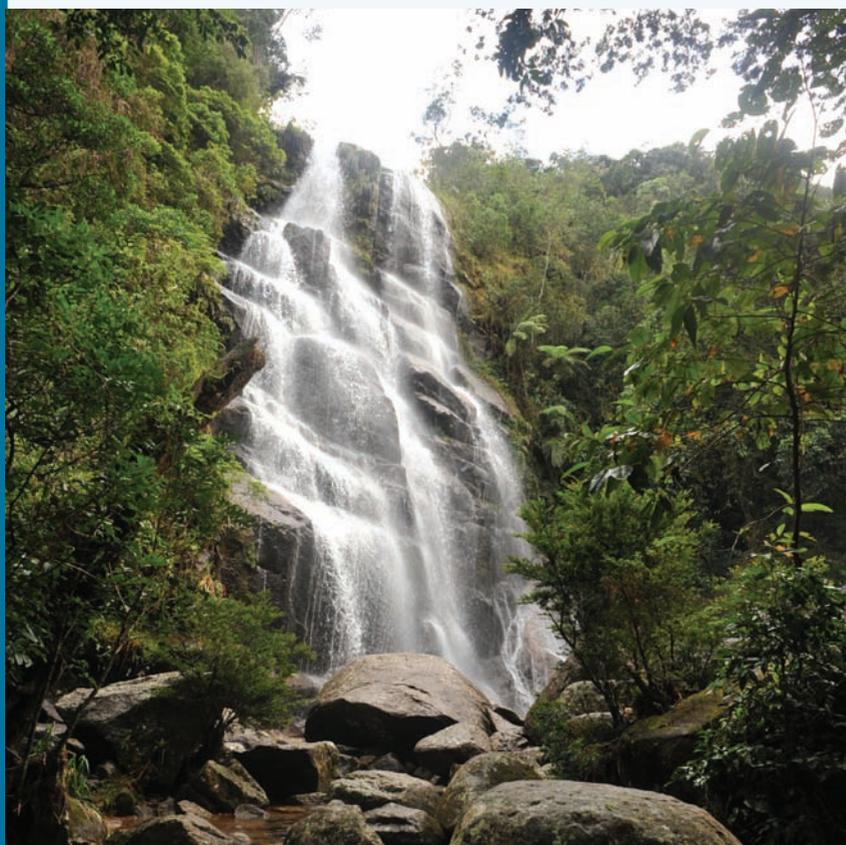


FOTO: Prefeitura de Itatiaia.

Parque Nacional – Poço do Maromba, Itatiaia

FIGURA 3



FOTO: Prefeitura de Itatiaia.

Prateleiras, Itatiaia

FIGURA 4



FOTO: César Pires



Pinheiral

Pinheiral pertenceu ao município Pirai até 1997. O município possuía uma das fazendas mais prósperas durante a era do café, a fazenda São José do Pinheiro, de propriedade do barão de Pirai. Em 1870, o transporte ferroviário chegou ao seu território, onde foi construída a estação de Pinheiro em terras doadas pelo comendador José Joaquim de Souza Breves, que recebeu a referida fazenda por herança. Com o falecimento do comendador, que não deixou herdeiros, sua sede foi adquirida pela Fazenda Federal. Em 1897, a fazenda Pinheiro foi cedida ao Ministério da Guerra, onde funcionou um hospital militar. Logo após, em 1899, passou para o Ministério da Agricultura, que instalou o posto zootécnico federal de Pinheiro. Em 1910, sediou a Escola Média de Agricultura, Agronomia e Veterinária de Pinheiro, que posteriormente, de 1916 a 1918, funcionou como a Escola Superior de Agricultura e Veterinária.

O município possuía uma das fazendas mais prósperas durante a era do café, a fazenda São José do Pinheiro, de propriedade do barão de Pirai.

Piraí



O território do atual município de Piraí, que faz parte do vale do Médio Paraíba do Sul, foi desbravado em consequência do movimento de tropeiros realizado entre a região de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Em 1837, foi instalado o município, mas somente em 1911 passou a se chamar Piraí. Com a Lei Áurea, a sua economia baseada na cafeicultura entrou em decadência, dada a escassez de mão de obra. No início do século XX, a represa Nilo Peçanha e a Companhia Industrial de Papel Pirahy, atual Schweitzer-Mauduit do Brasil Indústria e Comércio de Papel Ltda, foram implantadas no município com a finalidade de reativar a economia local. Em 1928 foi inaugurada a Rodovia Rio-São Paulo (BR-116), que passou a chamar-se Rodovia Presidente Dutra em 1949, beneficiando também o município.

No início do século XX, a represa Nilo Peçanha e a Companhia Industrial de Papel Pirahy, atual Schweitzer-Mauduit do Brasil Indústria e Comércio de Papel Ltda, foram implantadas no município com a finalidade de reativar a economia local.



Porto Real

A origem do município de Porto Real também se encontra ligada à de Resende, município ao qual pertencia até 1997 como distrito industrial. Por volta de 1822, foi erguido um desembarcadouro no rio Paraíba, onde hoje está localizado seu território. Devido à existência desse porto e às visitas do imperador à região, surgiu o nome de Porto Real. A principal atividade econômica da época da colonização era a agricultura, tendo como principal produto a cana-de-açúcar. Para beneficiar a cana produzida, foi construída uma usina açucareira, que se configurou como ponto de partida para a história industrial de Porto Real.

Por volta de 1822, foi erguido um desembarcadouro no rio Paraíba, onde hoje está localizado seu território. Devido à existência desse porto e às visitas do imperador à região, surgiu o nome de Porto Real.

Quatis



A história de Quatis também se relaciona à de Barra Mansa, município ao qual pertenceu como sede distrital até o ano de 1990, quando foi realizado o plebiscito popular que resultou em sua emancipação. A formação de seu território data de 1832, quando se iniciou a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Em 1915, concluiu-se o trecho da estrada de ferro Oeste de Minas, que atravessava quase todo seu território. Tal fato resultou na chegada de colonos e fazendeiros que adquiriram terras para o plantio de café e para a pecuária, em substituição à atividade da lavoura. No início da década de 1960, registra-se o auge do trem mineiro que ligava Quatis a Andrelândia – município do sudoeste de Minas Gerais, com viagens diárias. Este era procurado por estudantes de Resende, Porto Real, Quatis, Barra Mansa e Volta Redonda, que iam passar o final de semana nas cidades do sul de Minas.

A formação de seu território Quatis data de 1832, quando se iniciou a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Em 1915, concluiu-se o trecho da estrada de ferro Oeste de Minas, que atravessava quase todo seu território.



Resende

O território onde se localiza Resende foi desbravado durante o ciclo do ouro, nos séculos XVII e XVIII, quando bandeirantes e aventureiros se interiorizavam. Sua colonização começou em 1744, à margem esquerda do Paraíba do Sul, prosperando no período imperial em virtude do grande surto econômico na região. Resende, no século XIX, foi o pioneiro na produção extensiva de café, recebendo estradas para o escoamento da produção, além de outras obras. Em 1848, foi elevado à categoria de cidade. Na década de 1870, foi inaugurada a estrada de ferro D. Pedro II entre os municípios de Resende e Itatiaia. Em 1943, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), pertencente ao Exército Brasileiro, instalou-se no município. Com outros quatro municípios – Volta Redonda, Barra Mansa, Itatiaia e Porto Real – Resende compõe atualmente uma importante área industrial do Estado do Rio de Janeiro, reunindo grandes montadoras de veículos e outras importantes empresas do segmento automotivo, que recentemente formaram o Cluster Automotivo Sul Fluminense.

Sua colonização começou em 1744, à margem esquerda do Paraíba do Sul, prosperando no período imperial em virtude do grande surto econômico na região.

Rio Claro



O Município de Rio Claro foi fundado em 19 de maio de 1.849, sendo a colonização de seu território vinculada à construção, pela Coroa Portuguesa, da estrada entre São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo do século XIX, sua economia se baseou na cafeicultura, cuja produção era escoada pelos portos de Mangaratiba e Sepetiba. Com a abolição da escravatura, a economia municipal entrou em declínio, substituindo a atividade cafeeira pela pecuária leiteira. A sua economia permaneceu concentrada no setor primário até a década de 1950, a pavimentação da rodovia de acesso à Angra dos Reis induziu um pequeno crescimento, principalmente em Passa Três, distrito do município.

Ao longo do século XIX, sua economia se baseou na cafeicultura, cuja produção era escoada pelos portos de Mangaratiba e Sepetiba. Com a abolição da escravatura, a economia municipal entrou em declínio, substituindo a atividade cafeeira pela pecuária leiteira.



Rio das Flores

Rio das Flores nasceu em torno da fazenda Cachoeira do Bom Sucesso, depois denominada Santa Thereza. Esta era parada obrigatória para os viajantes que transitavam entre a vila de Valença e o porto das Flores, na divisa com Minas.

O desbravamento da região de Rio das Flores ocorreu com o fluxo de faiscadores que utilizavam o rio Paraíba como via de acesso a Minas Gerais. A colonização foi concretizada durante o século XIX com a expansão agrícola, destacando-se o café como principal produto. Rio das Flores nasceu em torno da fazenda Cachoeira do Bom Sucesso, depois denominada Santa Thereza. Esta era parada obrigatória para os viajantes que transitavam entre a vila de Valença e o porto das Flores, na divisa com Minas. No fim do século XIX, houve extensão do ramal ferroviário de Valença até sua sede, que funcionou como um centro prestador de serviços às áreas rurais do entorno. A categoria de cidade só foi atribuída em 1929 e, ao longo do século XX, as lavouras de café foram substituídas por pastagens. A economia municipal passou por um período de estagnação e parte da população abandonou a cidade em busca de melhores oportunidades, sendo os vazios preenchidos pelos que provinham das zonas rurais. Atualmente, o município tem economia essencialmente voltada para atividades agrícolas e pecuárias. Por volta de 1995, o turismo começou a ser uma nova vocação da sua economia.

A Região do Médio Paraíba sofreu com a escassez de mão de obra destinada às plantações devido ao fim do sistema escravocrata, depois da assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Adicionado a esse fator, o esgotamento dos solos dos cafezais e os baixos preços internacionais desse produto contribuíram para a falência dos fazendeiros e a região entrou em decadência econômica. A cafeicultura foi substituída pela pecuária leiteira, que teve predominância entre o final do século XIX e início do XX, mas ainda continua ativa. Essa atividade juntamente com a localização privilegiada no eixo rodoferroviário entre o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, atraíram as primeiras indústrias de laticínios e de moagem. Esta última ocorreu com a instalação, em 1932, do Moinho Fluminense no município de Barra Mansa. Em 1937, surgiram a Companhia Nestlé de Alimentos, a Siderúrgica Barra Mansa pertencente ao Grupo Votorantin e a Companhia Metalúrgica Barbará, atual Saint-Gobain Canalização.²

² Ver Bentes (2010).

Valença



A cidade de Valença foi denominada em homenagem ao vice-rei de Portugal, Dom Fernando José (4/12/1752 – 24/01/1817), descendente dos nobres da cidade espanhola de Valência. Seu desbravamento e colonização ocorreram no final do século XVIII, sob o pretexto de catequização dos índios locais, devido aos constantes ataques indígenas à região. Nesse período, foi construída uma estrada e uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Glória de Valença, onde se formou o núcleo originário da cidade de Valença, que adquiriu tal título em 1857. Durante o período áureo do café, no final do Império, Valença detinha a maior população escrava da província. Tal fato, aliado à Lei Áurea em 1888, trouxe impactos negativos à economia, iniciando a decadência da produção cafeeira. A infraestrutura viária existente, que ligava a cidade à capital e ao sul do Estado de Minas Gerais, possibilitou a pecuária e a agricultura de subsistência na região, no lugar da cafeicultura. Em 1985, foi implementado no município o Centro de Ensino Superior de Valença, com a criação da Fundação Educacional Dom André Arcoverde,³ que disponibilizava cursos universitários tais como o de Ciências Econômicas, Direito, Filosofia, Ciências, Letras, Medicina, Odontologia, Processamento de Dados e Medicina Veterinária, transformando a cidade em um polo educacional da região.

Em 1985, foi implementado no município o Centro de Ensino Superior de Valença, disponibilizando cursos universitários em diferentes áreas de conhecimento e transformando a cidade em um polo educacional da região.

³ Página eletrônica da Fundação Educacional Dom André Arcoverde. Disponível em: <<http://faa.edu.br/portal/index.php/ctrinstitucional>> (acesso em: 08 de janeiro de 2014)



Volta Redonda

Somente em 1744 os primeiros desbravadores denominaram a curiosa curva do rio Paraíba do Sul como Volta Redonda.

O Vale do Paraíba começou a ser colonizado pelos jesuítas ainda no século XVIII, quando estes buscavam a demarcação da fazenda Santa Cruz. No ano de 1728, o governador Luiz Vaia Monteiro, procurando melhorar as condições de comunicação entre o Rio de Janeiro e São Paulo, ordenou que fosse aberta uma estrada ligando as duas regiões. Inúmeros pousos de tropeiros foram progressivamente sendo estabelecidos ao longo do caminho.

No entanto, somente em 1744 os primeiros desbravadores denominaram a curiosa curva do rio Paraíba do Sul como Volta Redonda – que mais tarde originaria o nome do município, quando a região ainda era explorada apenas por garimpeiros em busca de ouro e pedras preciosas. Porém, foi em 1766 que a região começou a ser efetivamente povoada, em razão da concessão de uma sesmaria a José Alberto Monteiro, que procurou desenvolver a área.

Nesta época, a movimentação da região deveu-se predominantemente à imigração de colonos, fato este oriundo da decadência da produção de ouro em Minas Gerais. Outras fazendas surgiram depois e, em função do declínio do ciclo do ouro em Minas Gerais, colonos mineiros vieram para a exploração agrária dessas terras, e, no decorrer do século XIX, o café despontou como principal produto. Por volta de 1862, deu-se início à construção de uma ponte ligando as duas margens do rio Paraíba, abrindo condições para que a região tivesse uma estação ferroviária, construída em 1864.

A partir de 1875, o povoado de Santo Antônio de Volta Redonda começou a ter grande impulso, contando perto de duas dezenas de estabelecimentos comerciais. As primeiras aspirações de autonomia do lugarejo surgiram em 1874, quando os moradores pleitearam a elevação do povoado à categoria de freguesia. Somente no ano de 1926 Volta Redonda conseguiria o seu estabelecimento definitivo como oitavo distrito de Barra Mansa.

A exaustão dos solos mais férteis e a liberação do braço escravo provocaram o declínio da cafeicultura e o êxodo rural, tendo a cultura do café cedido lugar à pecuária de corte extensiva, evoluindo posteriormente para a produção leiteira. No final da década de 1930, teve início o desenvolvimento industrial do município, com a implantação de setores ligados às indústrias alimentares. O cenário começou a mudar drasticamente com a instalação da primeira usina da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, no ano de 1941, em meio a Segunda Guerra Mundial – Figura 5. A instalação desta unidade siderúrgica significaria um grande marco da expansão industrial no Brasil a ser deflagrada no pós-guerra. Nesta época, por conta dos ganhos econômicos e desenvolvimento da região, líderes locais começaram a pleitear a independência do município. No dia 17 de julho de 1954, Volta Redonda se emanciparia de Barra Mansa por meio da Lei nº 2.185 e com instalação em 6 de fevereiro de 1955.

Vista Noturna Parcial da Cidade de Volta Redonda

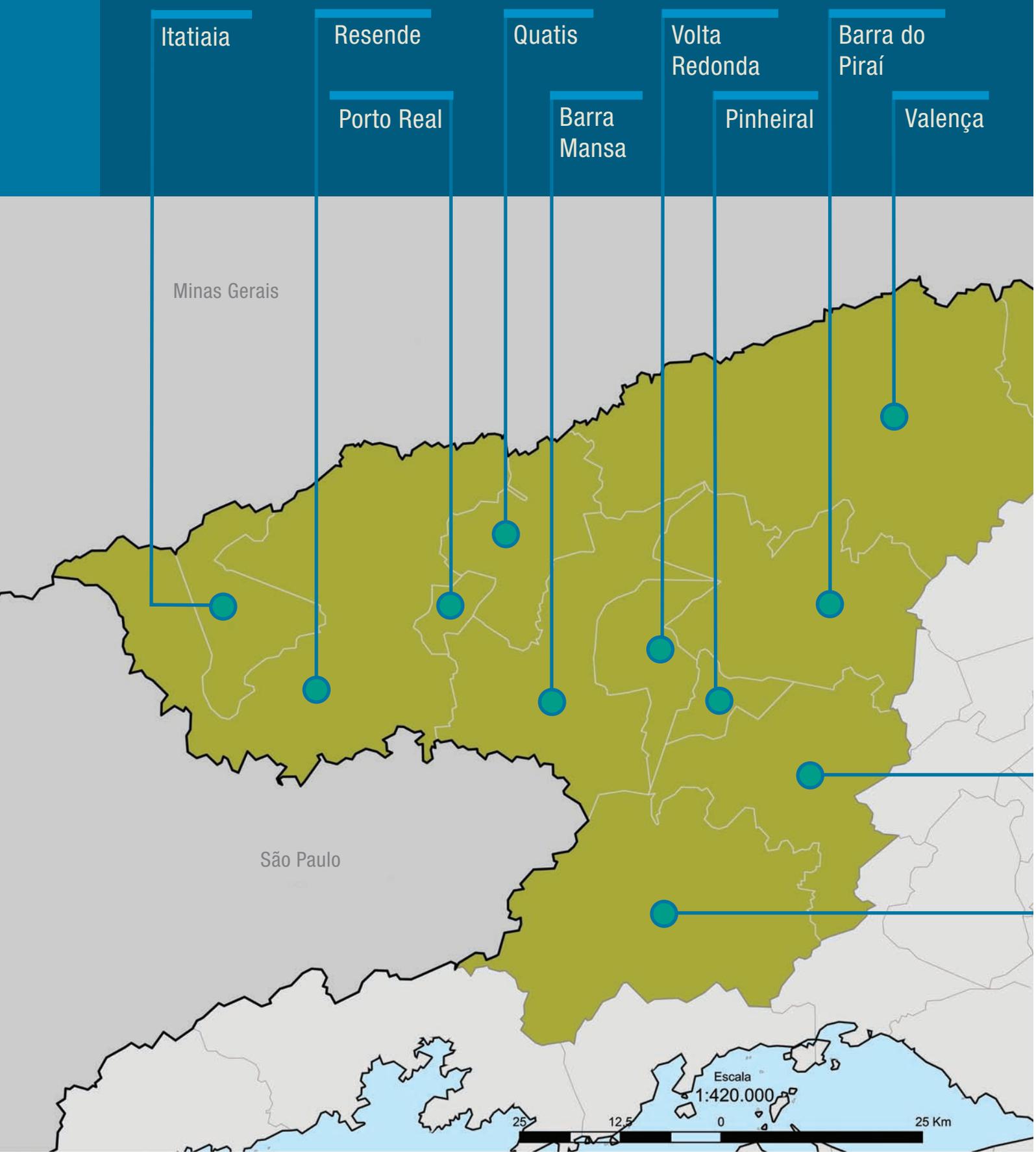
FIGURA 5



Vista Noturna Parcial da Cidade de Volta Redonda
FONTE: Secretaria de Turismo / SETUR (2011).

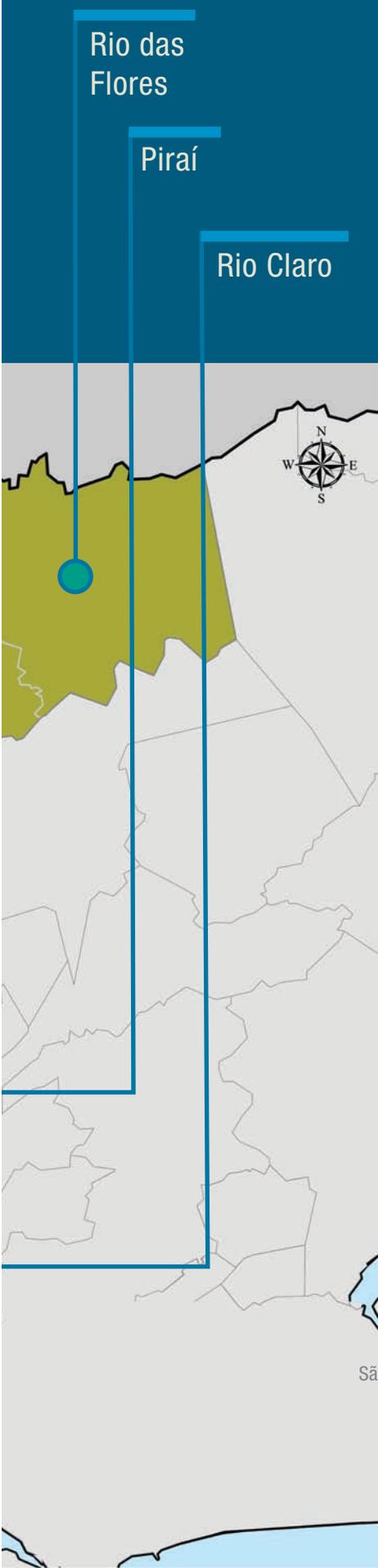
6 FIGURA

Mapa da Divisão Político-administrativa da Região do Médio Paraíba



2.2 CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Com uma extensão de 6.185,7 km², a Região do Médio Paraíba está localizada no Vale da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, ao norte da Serra do Mar e ao sul da Serra da Mantiqueira. Inserida no Bioma da Mata Atlântica, sua topografia é caracterizada por um vale de planaltos, de morros mamelonares (com colinas baixas e achatadas).



A Região do Médio Paraíba situa-se no Vale da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

Fonte: IBGE

Sistema de Coordenada Geográfica

WGS_1984

Datum

WGS_1984

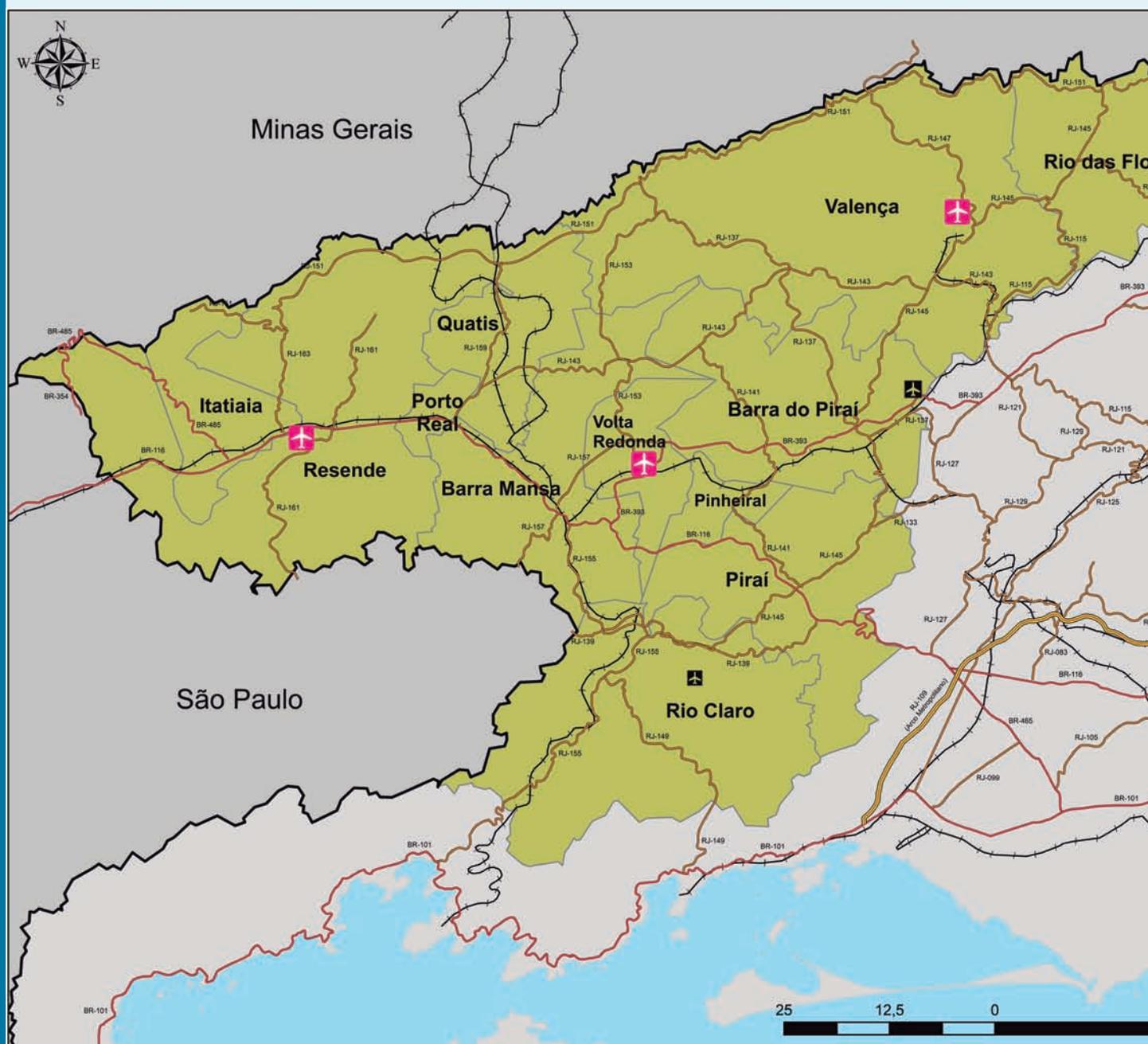


Atualmente, sua cobertura vegetal predominante é de pastagens pobres, cobertas em maior escala pela variedade de capim “gordura”, porém, ainda há fragmentos de Mata Atlântica remanescente nos municípios de Resende, Itatiaia e

Rio Claro. A temperatura média anual está entre 16°C e 28°C, com períodos de chuvas nos meses de novembro a março, apresentando inverno seco e verão quente e chuvoso.⁴

7 FIGURA

Estrutura Viária da Região do Médio Paraíba



As principais vias de acesso à região são as rodovias Presidente Dutra (BR-116), principal ligação entre o Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, e Lúcio Meira (BR-393), que se inicia entre os municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, estendendo-se até Salvador (BA). Em Três Rios, município pertencente à Região Centro-Sul Fluminense e localizado na divisa com Minas Gerais, a BR-393 se encontra com a BR-040, cuja rota vai até Brasília passando por Belo Horizonte. Em relação ao transporte ferroviário, em Barra Mansa há um terminal intermodal, que liga a região aos portos do Rio

de Janeiro, de Itaguaí, Guaíba e o de Angra dos Reis.⁵

A região possui uma importante malha ferroviária para o transporte de cargas, cuja operação atualmente é da empresa M.R.S. Logística S.A. Além dos portos do Rio de Janeiro, a malha ferroviária possui ligação com os Estados de Minas Gerais e São Paulo. Também há na região um aeroporto municipal de Resende, Aeroporto Municipal Agulhas Negras, onde há voos domésticos para o Estado de São Paulo, cuja operação atualmente é da empresa TRIP Linhas Aéreas.



A região é a principal ligação terrestre entre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo.

⁴ Ver Bentes (2010).

⁵ Ver Bentes (2010).

Aspectos sociais



A ocupação territorial da Região do Médio Paraíba se iniciou durante o ciclo do ouro (séculos XVII e XVIII), aumentando consideravelmente durante os ciclos da cana-de-açúcar e do café. Com a abolição da escravatura, houve um êxodo populacional. Porém, durante o período de industrialização deste território, houve a maior atração de pessoas em relação às demais regiões do Estado do Rio de Janeiro, principalmente em busca de emprego.



3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

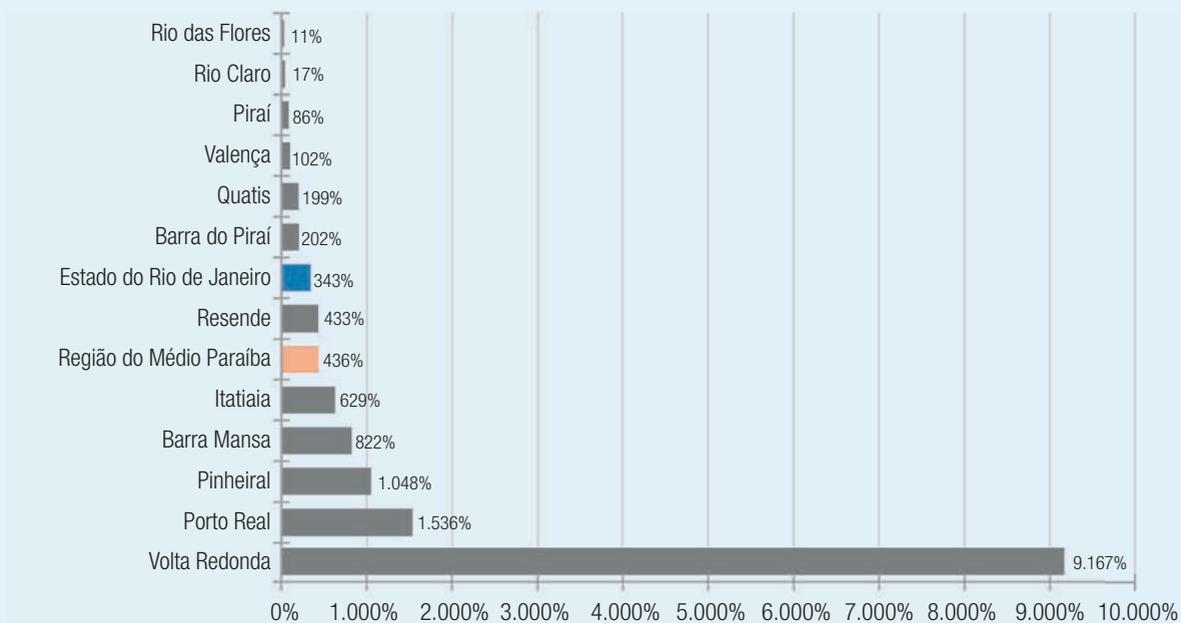
A Região do Médio Paraíba, que começou a atrair um contingente populacional, principalmente com a sua industrialização a partir da década de 1940, passou de uma população de 159.496 residentes, identificados pelo censo de 1940, para 855.193 residentes, contabilizados pelo censo de 2010.

Houve um aumento da população proporcionalmente maior que o verificado em todo o Estado do Rio de Janeiro, nesse

mesmo período, com maior influência do município de Volta Redonda. Tal município aumentou sua população de 2.782 habitantes, em 1940, para 257.803 habitantes em 2010, quase decuplicando o seu tamanho. Porto Real (1.536%), Pinheiral (1.048%), Barra Mansa (822%) e Itatiaia (629%) também obtiveram um incremento populacional relevante, acima do verificado na Região do Médio Paraíba (436%), como apresentado no Gráfico 1.

Varição da População Residente nos Municípios da Região do Médio Paraíba (1940*-2010)

GRÁFICO 1



FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos.

* De acordo com a sinopse do censo demográfico 2010, a população presente é composta por pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e estavam presentes na data de referência (moradores presentes), como também por pessoas que não tinham residência fixa no domicílio, mas estavam presentes na data de referência (não morador presente).

**A população residente ou de direito é a população enumerada no seu local de residência habitual.

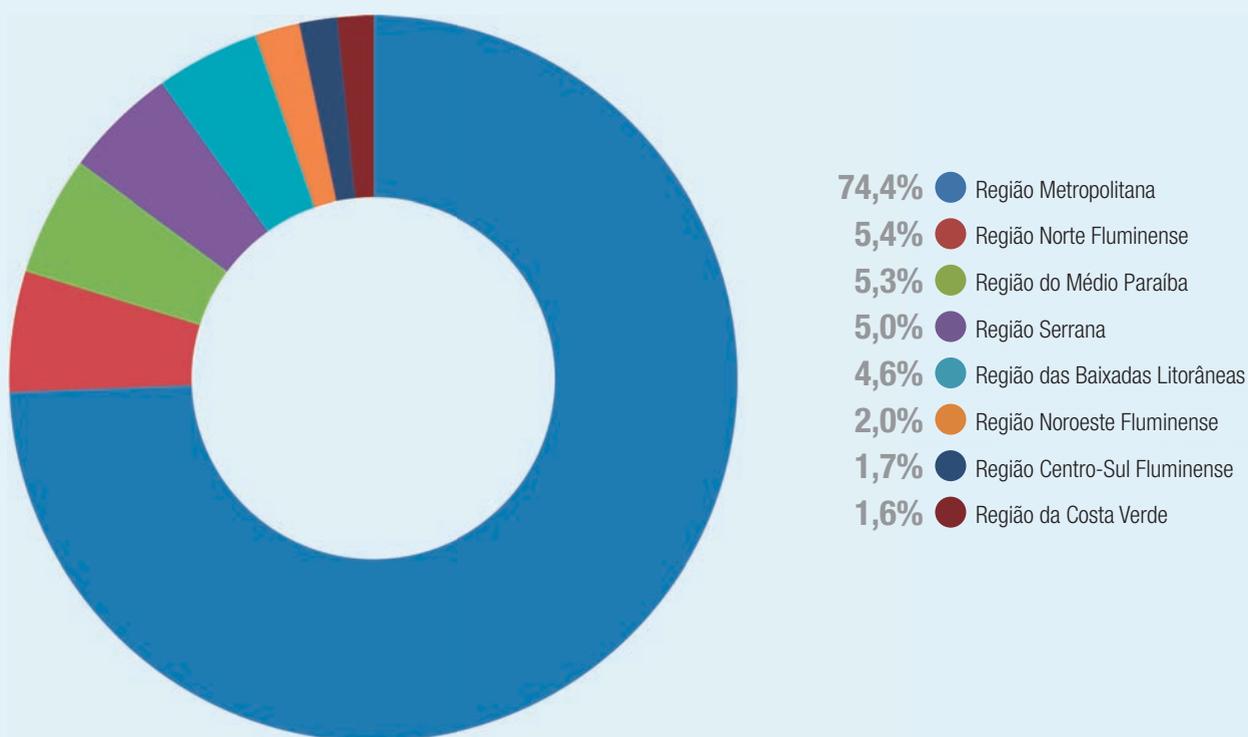
Conforme o Gráfico 2, baseado na última estimativa populacional do IBGE, apresentada em 1º de julho de 2013, a Região do Médio Paraíba é a terceira região com maior número de residentes, representando 5,3% do contingente estadual no ano de 2012. Caracteristicamente, a

população do Estado do Rio de Janeiro é a mais metropolitana do país, com aproximadamente três quartos da população concentrada na Região Metropolitana. Diante disso, a participação das demais regiões no total do estado é pequena.

Região do Médio Paraíba: 5,3% da população estadual no ano de 2012.

2 GRÁFICO

Distribuição (%) da População Residente por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2013)



FONTE: IBGE (estimativa em 1º de julho de 2013).

Os municípios de Volta Redonda e Barra Mansa detém os maiores contingentes populacionais de toda a Região do Médio Paraíba, com respectivamente 30% e 20,6%. Esta concentração se deve em boa medida à configuração histórica e consequente evolução destes municípios em torno de indústrias de base, a exemplo da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e de outras empresas dos segmentos metalúrgicos e siderúrgicos, que

por décadas consubstanciaram o novo modelo de desenvolvimento nacional baseado no processo de industrialização e substituição de importações. Rio das Flores, por outro lado, apresenta o menor número de habitantes, 8.783 residentes estimados em 2013. O município também apresentou o crescimento populacional mais baixo da região, apenas 11%, entre os Censos de 1940 e 2010 – Tabela 1.

Volta Redonda e Barra Mansa concentram mais da metade da população da região.

TABELA 1

População Residente nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2013)

Regiões de Governo	População Residente	Distribuição (%)
Região do Médio Paraíba	871.775	100%
Volta Redonda	261.522	30,0%
Barra Mansa	179.472	20,6%
Resende	123.385	14,2%
Barra do Pirai	96.261	11,0%
Valença	73.154	8,4%
Itatiaia	29.744	3,4%
Pirai	27.311	3,1%
Pinheiral	23.488	2,7%
Rio Claro	17.709	2,0%
Porto Real	17.663	2,0%
Quatis	13.283	1,5%
Rio das Flores	8.783	1,0%

FONTE: IBGE (estimativa em 1º de julho de 2013).

3.2 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Quatro municípios concentram mais de 75% da população economicamente ativa.

A população economicamente ativa da Região do Médio Paraíba está concentrada nos municípios de Volta Redonda, onde há 30,2% do total da PEA regional; Barra Mansa, com 20,7%; Resende, com 14,9% e Barra do Piraí, com 10,8% – Tabela 2. Estes quatro municípios respondiam juntos por mais de três quartos do total da PEA regional, conforme dados apurados a partir do último censo

demográfico de 2010. Em relação à condição de ocupação, a maior parte da população ocupada e desocupada também se localiza nestes municípios, concentrando aproximadamente 76,5% e 77% do total da região, respectivamente. Estes resultados refletem a disparidade destes municípios perante os demais quanto ao contingente populacional – Tabela 3.

2 TABELA

População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais de Idade nos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (População de 14 Anos ou Mais)		
	Total	Condição de Ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Estado do Rio de Janeiro	7.782.154	7.127.175	654.979
Região do Médio Paraíba	416.835	381.246	35.589
Volta Redonda	125.752	115.315	10.437
Barra Mansa	86.117	78.711	7.406
Resende	62.136	57.071	5.065
Barra do Piraí	44.908	40.377	4.531
Valença	34.819	31.903	2.916
Itatiaia	14.731	13.565	1.166
Piraí	11.870	10.753	1.117
Pinheiral	9.376	8.373	1.003
Porto Real	8.746	7.845	901
Rio Claro	8.166	7.781	385
Quatis	6.158	5.715	443
Rio das Flores	4.056	3.836	220

FONTE: IBGE (Censo 2010).

NOTA: população economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo; isto é, a população ocupada e a população desocupada. Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>

TABELA 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação e Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (Pessoas de 14 Anos ou Mais)		
	Total	Condição de Ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Região do Médio Paraíba	100,0%	100,0%	100,0%
Volta Redonda	30,2%	30,2%	29,3%
Barra Mansa	20,7%	20,6%	20,8%
Resende	14,9%	15,0%	14,2%
Barra do Piraí	10,8%	10,6%	12,7%
Valença	8,4%	8,4%	8,2%
Itatiaia	3,5%	3,6%	3,3%
Piraí	2,8%	2,8%	3,1%
Pinheiral	2,2%	2,2%	2,8%
Porto Real	2,1%	2,1%	2,5%
Rio Claro	2,0%	2,0%	1,1%
Quatis	1,5%	1,5%	1,2%
Rio das Flores	1,0%	1,0%	0,6%

FONTE: IBGE (Censo 2010).

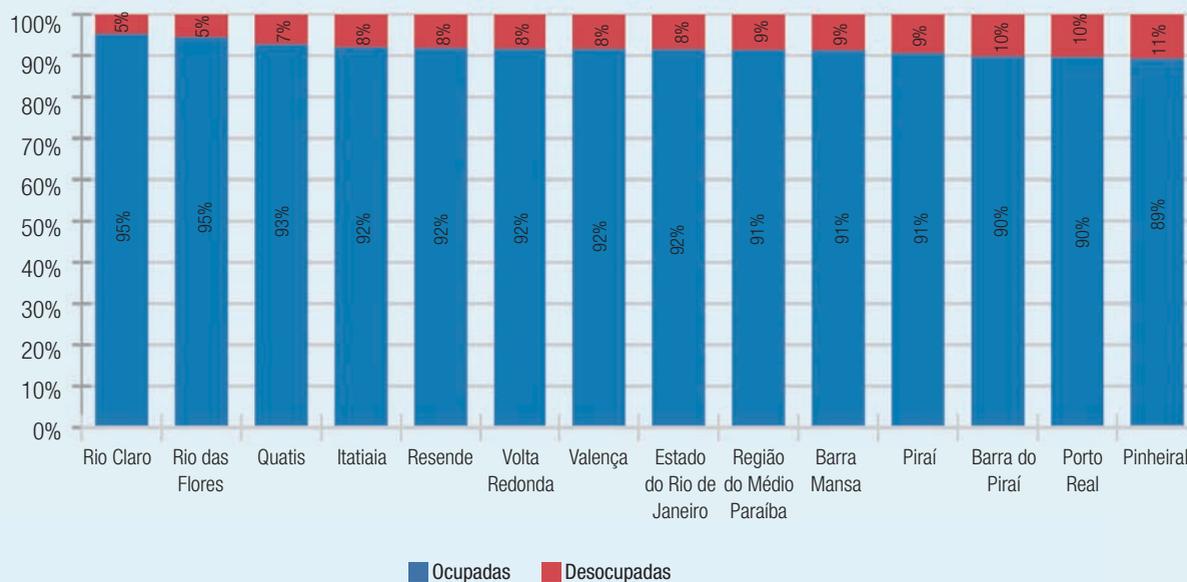
Em 2010, considerando-se a população economicamente ativa com mais de 14 anos, a Região do Médio Paraíba registrou uma taxa de ocupação de aproximadamente 91%, próxima à taxa aferida pelo Estado do Rio de Janeiro (92%). Rio Claro e Rio das Flores apresentaram os maiores

níveis de ocupação regional, aproximadamente 95% cada. Por outro lado, as maiores taxas de desocupação foram verificadas nos municípios de Pinheiral (11%), Porto Real e Barra do Piraí, estes dois últimos com aproximadamente 10% cada – Gráfico 3.

Sete municípios da região possuem taxa de ocupação maior que a do Estado do Rio de Janeiro.

3 GRÁFICO

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2010)



FONTE: IBGE (Censo 2010).

NOTA: população economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>

3.3 HABITAÇÃO

Segundo o IBGE, as unidades domiciliares pesquisadas nos Censos Demográficos e em contagens da população são classificadas em categorias de acordo com a situação de seus moradores na data de referência da coleta, a saber: domicílios particulares, permanentes ou improvisados, ocupados; domicílios particulares permanentes fechados; domicílios particulares permanentes vagos; domicílios particulares permanentes de uso ocasional; e domicílios coletivos com ou sem

morador. A operação censitária visa obter informações das pessoas moradoras nos domicílios classificados nas duas primeiras categorias (domicílios particulares ocupados e domicílios particulares permanentes fechados) e nos domicílios coletivos com morador. Nas divulgações de resultados de Censos Demográficos, os totais da população para cada um dos municípios brasileiros foram sempre divulgados considerando os domicílios ocupados (particulares e coletivos) na data de referência da operação censitária.

A habitação é um dos aspectos que mais explicam a situação socioeconômica da população e, no Brasil, trata-se do maior gasto agregado das famílias, em torno de 30% do orçamento das despesas de consumo. As informações deste segmento são coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, para o caso do Estado do Rio, são consolidadas pela Fundação Ceperj – Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – ao seu anuário estatístico. Deste originam-se as tabelas referente a este tópico.

Seguindo o senso comum, a Região do Médio Paraíba apresenta, em sua extrema maioria, residências particulares. A ocupação pelo modo coletivo não apresenta frequência expressiva na região, sendo boa parte dos domicílios que se encontravam nesta situação, quando pesquisados, não apresentavam moradores. Neste sentido, o déficit habitacional parece não ser uma questão urgente aos municípios da região. Em relação aos domicílios particulares, a região assume uma configuração próxima à do estado.

Do total de domicílios particulares, 88% encontravam-se ocupados na região em 2010, enquanto em todo o estado esta participação foi de 85%. Já quanto aos domicílios vagos, tanto a região quanto o estado possuíam fração de aproximadamente 8% do total deste tipo de moradia. À exceção de Rio Claro, nos demais municípios há mais domicílios particulares vagos do que unidades de uso ocasional, por exemplo. Em Itatiaia chama atenção à quantidade de domicílios de uso coletivo, apesar da maior parte destes não apresentar moradores.

A Região do Médio Paraíba conta com aproximadamente 5% do total de domicílios recenseados no estado – Tabela 4.

4 TABELA

Domicílios Recenseados, por Espécie, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Domicílios Recenseados							
	Total	Particular				Coletivo		
		Total Particular	Particular Ocupado	Particular Uso Ocasional	Particular Vago	Total Coletivo	Coletivo com Morador	Coletivo sem Morador
Estado do Rio de Janeiro	6.156.101	6.148.767	5.248.110	383.937	516.720	7.334	2.593	4.741
Região do Médio Paraíba	313.677	313.086	275.316	13.135	24.635	591	151	440
Volta Redonda	92.512	92.421	84.352	1.996	6.073	91	30	61
Barra Mansa	63.744	63.699	56.578	1.602	5.519	45	18	27
Resende	44.358	44.288	38.775	2.085	3.428	70	20	50
Barra do Pirai	34.515	34.491	30.800	974	2.717	24	10	14
Valença	28.294	28.186	23.183	2.341	2.662	108	25	83
Itatiaia	11.700	11.530	9.388	1.256	886	170	33	137
Pirai	9.656	9.638	8.058	713	867	18	4	14
Pinheiral	7.984	7.978	7.106	330	542	6	1	5
Rio Claro	7.516	7.470	5.511	1.088	871	46	8	38
Porto Real	5.574	5.572	4.984	204	384	2	—	2
Quatis	4.674	4.666	4.070	284	312	8	1	7
Rio das Flores	3.150	3.147	2.511	262	374	3	1	2

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

A Região do Médio Paraíba segue a média estadual no que tange à proporção de domicílios em área urbana e em área rural.

Sobre os domicílios particulares ocupados, no que tange à localização da área em que se encontram ocorre na região uma forte concentração no espaço urbano (95,82%), conforme tendência nacional. A média de urbanização estadual remontava a 96,87% no ano de 2010. No Médio Paraíba destacam-se municípios como os de Volta Redonda, Barra Mansa e Porto

Real, que possuem praticamente a totalidade de seus domicílios particulares ocupados inseridos no perímetro urbano. Por outro lado, o maior percentual de domicílios situados em áreas rurais pertence a Rio das Flores, com 28,32%, seguido por Rio Claro e Pirai, onde as residências têm taxa de urbanização por volta de 80% – Tabela 5.

TABELA 5

Domicílios Particulares Ocupados, por Localização da Área e Distribuição (%), nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2010)

Regiões de Governo	Número de Domicílios			Distribuição por Localização (%)	
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Estado do Rio de Janeiro	5.248.110	5.083.835	164.275	96,87%	3,13%
Região do Médio Paraíba	275.316	263.815	11.501	95,82%	4,18%
Volta Redonda	84.352	84.313	39	99,95%	0,05%
Barra Mansa	56.578	56.071	507	99,10%	0,90%
Resende	38.775	36.429	2.346	93,95%	6,05%
Barra do Pirai	30.800	29.922	878	97,15%	2,85%
Valença	23.183	20.163	3.020	86,97%	13,03%
Itatiaia	9.388	9.100	288	96,93%	3,07%
Pirai	8.058	6.417	1.641	79,64%	20,36%
Pinheiral	7.106	6.425	681	90,42%	9,58%
Rio Claro	5.511	4.383	1.128	79,53%	20,47%
Porto Real	4.984	4.957	27	99,46%	0,54%
Quatis	4.070	3.835	235	94,23%	5,77%
Rio das Flores	2.511	1.800	711	71,68%	28,32%

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

Sobre a caracterização da situação destes domicílios em função da localização da área em que se encontram, o IBGE desagrega as informações em cidades, vilas, aglomerados, povoados e núcleos, de maneira a tornar mais precisa a referência geográfica destas residências.

Do total de 263.815 domicílios da Região do Médio Paraíba em área urbana (área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por legislação municipal), o município que detinha a maior participação em 2010 era Volta Redonda, com 32% ou 84.313

domicílios. Já aqueles situados em área rural (área de um município externa ao perímetro urbano), Valença foi o município mais representativo, com 3.020 domicílios (ou 26,3%) do total de 11.501 da região. Com relação àqueles localizados em área urbana isolada (área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal), Itatiaia foi o município com maior número, 2.410 domicílios – praticamente 64% do total de domicílios nesta situação em toda a região.

A região apresenta alguns domicílios localizados fora do binômio “urbano x rural”, segundo classificação do IBGE.

Quanto à área rural, cujas classificações encontram-se definidas nas notas da Tabela 6, apenas os municípios de Valença e Rio das Flores apresentaram em sua área rural domicílios nas

características de aglomerado do tipo povoado. Já os aglomerados do tipo núcleo, em área rural isolada de caráter privado não estão presentes na região.

6 TABELA

Domicílios Particulares Ocupados, por Situação do Domicílio e Localização da Área, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Total (Urbana e Rural)	Urbana				Rural					
		Total Urbano	Cidade ou Vila		Área Urbana Isolada	Total Rural	Área Rural ¹ (Exceto Aglomerado)	Aglomerado Rural Isolado			
			Área Urbaniz.	Área Não Urbaniz.				Aglom. de Ext. Urbana ²	Povoado ³	Núcleo ⁴	Outros
Estado do Rio de Janeiro	5.248.110	5.083.835	5.051.595	14.099	18.141	163.362	124.309	28.500	10.553	182	731
Região do Médio Paraíba	275.316	263.815	259.525	489	3.801	11.501	9.250	2.020	231	–	–
Volta Redonda	84.352	84.313	84.059	254	–	39	39	–	–	–	–
Barra Mansa	56.578	56.071	56.033	25	13	507	507	–	–	–	–
Resende	38.775	36.429	35.845	5	579	2.346	1.228	1.118	–	–	–
Barra do Pirai	30.800	29.922	29.922	–	–	878	829	49	–	–	–
Valença	23.183	20.163	20.163	–	–	3.020	2.627	326	67	–	–
Itatiaia	9.388	9.100	6.525	165	2.410	288	226	62	–	–	–
Pirai	8.058	6.417	6.417	–	–	1.641	1.176	465	–	–	–
Pinheiral	7.106	6.425	6.388	–	37	681	681	–	–	–	–
Rio Claro	5.511	4.383	3.970	–	413	1.128	1.128	–	–	–	–
Porto Real	4.984	4.957	4.641	–	316	27	27	–	–	–	–
Quatis	4.070	3.835	3.795	40	–	235	235	–	–	–	–
Rio das Flores	2.511	1.800	1.767	–	33	711	547	–	164	–	–

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

NOTAS: ¹ Aglomerado Rural – Localidade situada em área não definida legalmente como urbana e caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis e dispostos ao longo de uma via de comunicação.

² Aglomerado Rural de extensão urbana – Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área urbana de uma Cidade ou Vila. Constitui simples extensão da área urbana legalmente definida.

³ Aglomerado Rural isolado – Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a uma distância igual ou superior a 1 km da área urbana de uma Cidade, Vila ou de um Aglomerado Rural já definido como de extensão urbana.

⁴ Povoado – Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias na própria localidade ou fora dela. ⁵ Núcleo – Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas, etc.).

3.4 SAÚDE

Para o atendimento hospitalar a Região do Médio Paraíba conta com a mesma proporção de leitos disponíveis ao Sistema Único de Saúde que o Estado do Rio, 60%. Nos diferentes entes administrativos, há forte predominância da oferta de leitos pela iniciativa privada: dos 2.876 existentes na região, 2.191 pertencem a entidades privadas, quase 76% do total dos leitos, com pouco mais da metade (54%) cobertos pelo SUS. Conforme informações levantadas pelo Censo 2010 do IBGE, em cinco municípios da região (Valença,

Barra do Pirai, Quatis, Pirai e Rio das Flores), o modo particular de atendimento é o único disponível e nem sempre a totalidade destes está disponível aos usuários do SUS. Na esfera pública, as prefeituras municipais têm predominância sobre a administração dos leitos existentes, 573, sendo 97% (555 leitos) disponíveis ao SUS. O governo estadual não possui oferta de leitos na região e o governo federal se faz presente em duas localidades, Resende e Itatiaia, no entanto, nenhum dos 112 leitos oferecidos atende aos usuários do sistema nacional.

Para os cuidados com a saúde, a manutenção e preservação da qualidade de vida dos habitantes são apresentadas as condições do atendimento médico e hospitalar dos municípios. Os dados foram obtidos junto à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) e o Ministério da Saúde, através da base DATASUS. A Fundação Ceperj é responsável pela consolidação e publicação dos bancos de dados que geraram as tabelas a seguir.

Como exemplo, nos municípios de Porto Real, Pinheiral e Rio Claro todos os leitos pertencem à esfera municipal. Por outro lado, Pirai e Rio das Flores dependem exclusivamente da iniciativa privada. O primeiro possui 50 leitos com atendimento pelo SUS e o segundo é o único município

que apresenta 100% de cobertura do SUS para seus leitos privados, apesar de, em números absolutos, contar com poucas unidades. Ao todo, na região, são 1.183 leitos privados com atendimento pelo Sistema Único de Saúde, representando 54% da oferta da rede particular – Tabela 7.

Do sistema de saúde da Região do Médio Paraíba, 76,2% da cobertura é oferecida pela rede particular de atendimento.

7 TABELA

Leitos Existentes e Leitos Disponíveis ao SUS, por Esfera Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Leitos Existentes					Leitos Disponíveis ao SUS				
	Total	Esfera Administrativa				Total	Esfera Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado		Federal	Estadual	Municipal	Privado
ERJ	55.062	6.224	4.850	10.350	33.638	60%	69%	88%	98%	42%
Região do Médio Paraíba	2.876	112	–	573	2.191	60%	0%	–	97%	54%
Volta Redonda	877	–	–	257	620	42%	–	–	99%	18%
Barra Mansa	472	–	–	111	361	51%	–	–	94%	38%
Resende	364	46	–	54	264	46%	0%	–	96%	43%
Valença	348	–	–	–	348	90%	–	–	–	90%
Barra do Pirai	285	–	–	–	285	72%	–	–	–	72%
Quatis	241	–	–	–	241	96%	–	–	–	96%
Itatiaia	99	66	–	33	–	33%	0%	–	100%	–
Pirai	57	–	–	–	57	88%	–	–	–	88%
Porto Real	50	–	–	50	–	88%	–	–	88%	–
Pinheiral	40	–	–	40	–	100%	–	–	100%	–
Rio Claro	28	–	–	28	–	100%	–	–	100%	–
Rio das Flores	15	–	–	–	15	100%	–	–	–	100%

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

Todos os municípios da Região do Médio Paraíba contam com pelo menos um hospital geral.

Com relação à tipologia das instituições de atenção à saúde na região, a prevalência da iniciativa privada novamente fica clara. Em números absolutos, do total de 1.625 estabelecimentos de saúde averiguados na região, há ampla frequência de consultórios isolados e clínicas especializadas, concentrados, sobretudo, nos três municípios de maior população (Volta Redonda, Barra Mansa e Resende). Por outro lado, hospitais especializados são mais escassos, estando presentes em apenas seis municípios da região, diferentemente do que ocorre com

os hospitais gerais, encontrados em todas as doze cidades da região, ainda que em sete delas só haja uma unidade. Nestes sete municípios, há maior dependência pelos centros e unidades básicas de saúde e justamente onde a incidência relativa deste tipo de atendimento é menor, em Porto Real e Itatiaia, os índices de habitantes por estabelecimento de saúde (de todos os tipos) são os maiores: 960 e 919 habitantes por unidade de saúde, respectivamente, quando os demais têm média de 745 habitantes por unidade de saúde – Tabela 8.

TABELA 8

Estabelecimentos de Saúde, por Tipo, nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2010)

Regiões de Governo	Total	Tipo de Estabelecimento								
		Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	Clinica Especializ. / Ambulatório Especializ.	Consultório Isolado	Hospital Especializado	Hospital Geral	Policlínica	Posto de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Outras Unidades
Estado do Rio de Janeiro	14.977	1.498	3.297	6.415	215	343	423	536	1.577	634
Região do Médio Paraíba	1.625	207	261	810	14	33	44	24	149	73
Volta Redonda	537	44	129	278	3	8	6	5	46	15
Barra Mansa	334	36	33	183	6	3	4	10	43	13
Resende	331	21	42	208	2	6	5	–	38	9
Barra do Piraí	155	27	23	70	1	4	15	–	7	8
Valença	101	28	11	36	–	5	3	1	8	8
Itatiaia	32	5	7	8	1	1	2	2	3	3
Piraí	32	11	3	10	–	1	1	2	–	3
Rio Claro	28	12	2	6	–	1	–	–	–	6
Porto Real	25	6	3	5	–	1	6	–	1	3
Quatis	18	3	4	3	1	1	1	2	2	1
Pinheiral	17	8	2	3	–	1	–	–	1	2
Rio das Flores	15	6	2	–	–	1	1	2	–	2

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

3.5 EDUCAÇÃO

A Região do Médio Paraíba tem revertido progressivamente o histórico de analfabetismo e evasão escolar, como evidenciado pela Tabela 9, a exemplo do que tem ocorrido em todo o Estado do Rio de Janeiro. O recorte por faixa etária revela que este quadro não

é mais a realidade da população mais jovem residente na Região do Médio Paraíba, resultando este movimento no presente em um número menor de jovens (de 15 a 19 anos) analfabetos do que as demais faixas de idade.

Outro ponto é que a Região do Médio Paraíba, embora ainda detivesse 32.202 pessoas não alfabetizadas no ano de 2010, é uma das regiões do estado que possuía neste mesmo ano um dos menores percentuais de jovens de 15 a 19 anos nesta situação (1,7%).

A região como um todo tem ofertado educação de base com qualidade superior àquela oferecida no passado. O ensino fundamental e o ensino médio, bem como os estabelecimentos que atendem ao Proeja – Programa Nacional

de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –, receberam investimentos dos governos e a rede pública já atinge todos os municípios. Através das tabelas a seguir, é possível conferir que, com relação à taxa de analfabetismo, a média regional conseguiu manter-se abaixo da média do estado na primeira faixa etária de análise, o que mostra que os municípios estão com a juventude atual em melhor situação do que os jovens do passado, em educação básica.

A educação das crianças e dos adultos dos municípios fluminenses deve ser prioridade dos governos que têm por objetivo prover um cenário de desenvolvimento social e econômico no presente e garantir um legado futuro. Nesta etapa do caderno buscaram-se dados da oferta de estabelecimentos de ensino dos doze municípios do Médio Paraíba.

À exceção de Itatiaia, Pinheiral e Rio Claro, todos os demais municípios apresentaram taxas menores que o percentual de 0,12% de analfabetismo dos jovens de 15 a 19 anos verificado na média do estado. No entanto, as taxas começam abaixo do estado nas primeiras faixas de idade e se deterioram na medida em que se avalia a população de mais idade. Neste sentido, quando se analisa o analfabetismo total, ou seja, a soma de todas as faixas, se percebe que apenas Volta Redonda, Resende e Barra Mansa, conseguiram estar abaixo das médias regional e estadual (em 4,47% e 4,30% da população, respectivamente). Dentre os de maior idade (60 anos ou mais),

Volta Redonda foi o único município da região a apresentar em 2010 taxa de analfabetismo (1,77%) inferior à taxa estadual de 1,93%. Além destes, um destaque fica com Quatis e Rio das Flores, onde apenas constavam 5 jovens entre 15 e 19 anos nesta situação, fazendo com que estes município tivessem as menores participações dos mais jovens no analfabetismo total (0,75% e 0,88%, respectivamente), apesar da menor população residente. Na região como um todo, a população analfabeta de 60 anos ou mais é maior do que todas as demais faixas somadas, o que evidencia uma evolução de políticas educacionais ao longo das últimas décadas – Tabela 10.

Jovens de 15 a 19 anos não alfabetizados em 2010 representam menos de 2% dos analfabetos da Região do Médio Paraíba.

TABELA 9

Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas						
	Total	15 a 19 Anos	20 a 29 Anos	30 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos ou Mais
Estado do Rio de Janeiro	542.241	14.684	36.343	61.031	85.568	100.745	243.870
Região do Médio Paraíba	30.202	510	1.490	2.626	4.159	5.653	15.764
Volta Redonda	6.834	117	316	510	869	1.366	3.656
Barra Mansa	5.562	99	235	392	703	993	3.140
Resende	3.944	75	226	399	607	712	1.925
Valença	3.397	63	174	267	443	622	1.828
Barra do Pirai	3.350	48	189	337	437	583	1.756
Pirai	1.489	17	53	121	218	297	783
Rio Claro	1.366	21	62	136	219	285	643
Itatiaia	1.296	28	78	165	210	267	548
Pinheiral	939	22	67	103	139	164	444
Porto Real	792	10	36	75	132	136	403
Quatis	667	5	37	71	98	124	332
Rio das Flores	566	5	17	50	84	104	306

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

TABELA 10

Taxa de Analfabetismo, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Taxa de Analfabetismo						
	Total	15 a 19 Anos	20 a 29 Anos	30 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos ou Mais
Estado do Rio de Janeiro	4,30%	0,12%	0,29%	0,48%	0,68%	0,80%	1,93%
Região do Médio Paraíba	4,47%	0,08%	0,22%	0,39%	0,62%	0,84%	2,33%
Volta Redonda	3,30%	0,06%	0,15%	0,25%	0,42%	0,66%	1,77%
Barra Mansa	3,96%	0,07%	0,17%	0,28%	0,50%	0,71%	2,23%
Resende	4,22%	0,08%	0,24%	0,43%	0,65%	0,76%	2,06%
Barra do Pirai	4,48%	0,06%	0,25%	0,45%	0,58%	0,78%	2,35%
Pinheiral	5,30%	0,12%	0,38%	0,58%	0,78%	0,93%	2,51%
Itatiaia	5,84%	0,13%	0,35%	0,74%	0,95%	1,20%	2,47%
Valença	6,00%	0,11%	0,31%	0,47%	0,78%	1,10%	3,23%
Porto Real	6,33%	0,08%	0,29%	0,60%	1,05%	1,09%	3,22%
Quatis	6,74%	0,05%	0,37%	0,72%	0,99%	1,25%	3,36%
Pirai	7,19%	0,08%	0,26%	0,58%	1,05%	1,43%	3,78%
Rio das Flores	8,65%	0,08%	0,26%	0,76%	1,28%	1,59%	4,68%
Rio Claro	10,23%	0,16%	0,46%	1,02%	1,64%	2,13%	4,82%

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

A Região do Médio Paraíba apresenta 6,4% das instituições de ensino em atividade do estado e a mesma taxa de utilização das salas de aula existentes: 92%.

No que tange à oferta de vagas nos estabelecimentos de ensino da região (Tabela 11), em 2011 tinha-se a maior predominância de instituições municipais e uma oferta de estabelecimentos estaduais comparável à oferta privada, o que não ocorre no estado como um todo, onde o número de entidades privadas aproxima-se da quantidade municipal.

Como estão considerados todos os níveis de escolaridade oferecidos pelos entes administrativos, na Tabela 11 aparecem todas as instituições de ensino da região que foram aferidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(INEP) e consolidadas pelo Ceperj. Duas delas merecem destaque por serem as duas únicas federais da região: os campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), localizados em Volta Redonda e em Pinheiral.

O campus Volta Redonda, inaugurado em 2008, oferece cursos técnicos, licenciaturas e pós-graduação. Neste mesmo ano, o Colégio Agrícola Nilo Peçanha (CANP), que hoje abriga o campus IFRJ de Pinheiral, comemorou seu centenário. Neste campus são oferecidos em uma única matriz curricular, o ensino profissionalizante e o ensino médio.

11 TABELA

Estabelecimentos de Ensino em Atividade, por Dependência Administrativa, Salas de Aula Existentes e Utilizadas, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino em Atividade					Salas de Aula	
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Existentes	Utilizadas
Estado do Rio de Janeiro	10.628	50	1.492	4.963	4.123	111.076	102.337
Região do Médio Paraíba	680	2	109	410	159	6.392	5.908
Volta Redonda	186	1	33	95	57	1.885	1.751
Barra Mansa	104	–	18	61	25	1.002	940
Resende	92	–	17	53	22	1.038	958
Barra do Pirai	77	–	14	39	24	628	582
Valença	77	–	14	53	10	651	603
Pirai	30	–	3	21	6	260	240
Pinheiral	24	1	2	12	9	219	195
Rio Claro	24	–	3	21	–	149	142
Itatiaia	22	–	1	19	2	206	182
Rio das Flores	17	–	2	15	–	120	110
Quatis	14	–	1	11	2	97	90
Porto Real	13	–	1	10	2	137	115

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

Na Região do Médio Paraíba, 73% dos estabelecimentos de ensino para a educação infantil pertencem à rede municipal.

De um modo geral, as salas existentes têm pouca ociosidade, o que não necessariamente significa evasão escolar. Do total da região, das 6.392 oferecidas, em 2011 não foram utilizadas 484, ou seja, 7,5%. Todos os municípios possuem utilização próxima a 92% das salas disponíveis, à exceção de Pinheiral e Itatiaia, com 89% e 88%, respectivamente, e de Porto Real, com o menor nível do Médio Paraíba: 84% de uso das salas de aula existentes, 22 salas ociosas. Em número absoluto chama atenção o município de Volta Redonda, com 134 salas não utilizadas – Tabela 11. Na educação infantil, cujos dados apresentam-se pela Tabela 12, as esferas federal e estadual não

possuem oferta de vagas na região. Em todo o Estado do Rio de Janeiro totalizam-se apenas onze estabelecimentos, uma vez que os ensinos infantil e fundamental são de responsabilidade dos municípios, como prevê a Constituição da República Federativa do Brasil. Quanto ao número de escolas privadas no estado que, em 2011, tinham ordem de grandeza semelhante às escolas municipais, na Região do Médio Paraíba foi verificada uma menor incidência e chegam a não existir nos municípios de Rio Claro e Rio das Flores. Sendo assim, na região as escolas municipais atendiam a 70% das crianças neste mesmo ano.

TABELA 12

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Infantil, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	6.942	4	7	3.696	3.235	501.956	487	897	290.883	209.689
Região do Médio Paraíba	420	–	–	307	113	29.687	–	–	23.001	6.686
Volta Redonda	99	–	–	56	43	9.819	–	–	7.269	2.550
Barra Mansa	68	–	–	50	18	3.917	–	–	2.672	1.245
Resende	56	–	–	43	13	4.440	–	–	3.284	1.156
Valença	55	–	–	47	8	3.274	–	–	2.928	346
Barra do Pirai	43	–	–	28	15	3.194	–	–	2.498	696
Pinheiral	18	–	–	12	6	757	–	–	518	239
Pirai	17	–	–	13	4	1.134	–	–	935	199
Rio Claro	17	–	–	17	–	606	–	–	606	–
Itatiaia	16	–	–	14	2	1.097	–	–	979	118
Quatis	11	–	–	9	2	489	–	–	417	72
Rio das Flores	11	–	–	11	–	430	–	–	430	–
Porto Real	9	–	–	7	2	530	–	–	465	65

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

Escolas municipais atendem a aproximadamente dois terços das matrículas do ensino fundamental da Região do Médio Paraíba.

Apesar de terem os municípios atuação prioritária também no ensino fundamental, os colégios estaduais têm participação expressiva neste nível de ensino na região. Em geral, atendem a mais crianças e adolescentes do que os estabelecimentos privados, apenas em Itatiaia e Pinheiral ocorre o contrário, entretanto, as matrículas em escolas municipais são mais frequentes para todos os municípios. Apenas em Valença e em Barra do Pirai estes valores estão próximos. Entretanto, em geral os colégios estaduais oferecem mais vagas

por estabelecimento. Em relação aos estabelecimentos de ensino, o governo do estado responde por 19% deles, o município por 60% e a rede particular por 22%, já nas matrículas a esfera estadual aumenta sua participação para 21% e a municipal aumenta para 65%. Em geral, os colégios estaduais oferecem mais vagas por estabelecimento, são, em média, 286 alunos por instituição, 20 a mais que a média das escolas municipais. As escolas da rede privada oferecem 163 vagas por unidade, em média – Tabela 13.

13 TABELA

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	7.759	17	1.007	3.715	3.020	2.277.461	10.748	367.290	1.314.111	585.312
Região do Médio Paraíba	493	–	92	295	106	123.190	–	26.322	79.496	17.372
Volta Redonda	118	–	25	58	35	37.626	–	4.521	26.993	6.112
Barra Mansa	83	–	15	53	15	24.012	–	5.376	15.778	2.858
Resende	64	–	14	35	15	17.582	–	4.853	8.792	3.937
Valença	60	–	13	39	8	10.758	–	4.309	5.671	778
Barra do Pirai	58	–	13	28	17	12.216	–	4.734	5.376	2.106
Pirai	23	–	2	17	4	4.591	–	286	4.072	233
Pinheiral	19	–	2	10	7	3.374	–	435	2.301	638
Rio Claro	19	–	3	16	–	2.762	–	536	2.226	–
Itatiaia	15	–	1	12	2	4.000	–	247	3.382	371
Rio das Flores	12	–	2	10	–	1.410	–	300	1.110	–
Porto Real	11	–	1	8	2	2.900	–	381	2.269	250
Quatis	11	–	1	9	1	1.959	–	344	1.526	89

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

O Instituto Federal do Rio de Janeiro, presente em Pinheiral e Volta Redonda, inicia sua oferta de vagas a partir do ensino médio.

Para o ensino médio, responsabilidade prioritária do governo do estado, a concentração de estabelecimentos fica mesmo com a rede estadual, como visto na Tabela 14. Os campi do IFRJ novamente são destaques por serem os únicos estabelecimentos de ensino federais na região. Em 2010 estas unidades foram responsáveis pela matrícula de 530 alunos no ensino médio nos dois municípios onde estão localizadas,

Pinheiral e Volta Redonda. Poucas são as escolas municipais na região: além das quatro instaladas em Volta Redonda, que juntas matricularam 742 crianças, há uma localizada em Resende com 299 matrículas, uma em Pirai, onde estudavam 37 jovens, e uma em Quatis, com apenas 9 matrículas em 2011. Em Quatis e em Pirai não haviam vagas na esfera privada, como ocorria também em Rio Claro e Rio das Flores.

TABELA 14

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	2.124	32	1.096	29	967	609.680	14.364	469.870	6.301	119.145
Região do Médio Paraíba	126	2	81	7	36	32.094	530	24.376	1.087	6.101
Volta Redonda	40	1	23	4	12	12.090	224	7.210	742	3.914
Resende	20	–	11	1	8	4.581	–	3.383	299	899
Barra Mansa	17	–	14	–	3	5.995	–	5.556	–	439
Valença	15	–	12	–	3	2.638	–	2.425	–	213
Barra do Pirai	14	–	8	–	6	2.528	–	2.072	–	456
Pinheiral	5	1	2	–	2	952	306	570	–	76
Pirai	4	–	3	1	–	1.176	–	1.139	37	–
Rio Claro	3	–	3	–	–	642	–	642	–	–
Itatiaia	2	–	1	–	1	538	–	465	–	73
Porto Real	2	–	1	–	1	358	–	327	–	31
Quatis	2	–	1	1	–	300	–	291	9	–
Rio das Flores	2	–	2	–	–	296	–	296	–	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

Os cursos presenciais de educação de jovens e adultos estão presentes em todos os municípios da Região do Médio Paraíba.

Na Lei Federal nº 9.349 de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ao artigo 37, a educação de jovens e adultos (EJA) é definida como “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Instituído em 2005, o Proeja, Programa do Governo Federal, visa atender a tal público, revertendo à distorção entre idade e série da população brasileira.

A abrangência do Programa ainda é modesta no estado como um todo e em 2011 a Região do Médio Paraíba concentrava aproximadamente 8% dos estabelecimentos do Rio. A distribuição entre os entes administrativos se dá de forma semelhante aos demais municípios do estado. Pouco mais da metade dos estabelecimentos que oferecem vagas para educação de jovens e

adultos pertence à rede municipal, aproximadamente 40% pela rede estadual e algumas instituições privadas também possibilitam a educação dos jovens e adultos com distorção idade-série. Em 2011, a única instituição federal a oferecer vagas no âmbito do Proeja era o IFRJ de Pinheiral, com 50 vagas no ensino médio. Neste nível, não há ofertas de vagas em Rio das Flores e Rio Claro – Tabela 15.

Para o ensino fundamental, todos os municípios oferecem o programa pelo sistema municipal de ensino, com 5.237 vagas em toda a região. Esta oferta ainda é incrementada com 3.566 vagas pela rede estadual e mais 1.016 pela administração privada, num total de aproximadamente 10 mil vagas para EJA no ensino fundamental para os habitantes do Médio Paraíba – Tabela 16.

15 TABELA

Estabelecimentos de Ensino do Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	1.604	15	625	737	227
Região do Médio Paraíba	126	1	47	68	10
Volta Redonda	29	–	10	16	3
Resende	26	–	10	14	2
Barra Mansa	18	–	8	9	1
Valença	11	–	5	6	–
Barra do Pirai	10	–	7	1	2
Pirai	8	–	1	6	1
Rio Claro	8	–	3	5	–
Itatiaia	4	–	1	3	–
Pinheiral	4	1	1	1	1
Porto Real	4	–	1	3	–
Quatis	3	–	–	3	–
Rio das Flores	1	–	–	1	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

TABELA 16

Matrículas no Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2011)

Regiões de Governo	Matrículas nos Cursos Presenciais de Educação de Jovens e Adultos										
	Total	Subtotal Ensino Fundamental	Ensino Fundamental				Subtotal Ensino Médio	Ensino Médio			
			Federal	Estadual	Municipal	Privada		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	267.967	175.495	91	67.132	99.867	8.405	92.472	1.365	72.020	1.512	17.575
Região do Médio Paraíba	14.899	9.819	–	3.566	5.237	1.016	5.080	50	4.021	301	708
Volta Redonda	3.725	2.809	–	713	1.665	431	916	–	629	–	287
Resende	2.577	1.440	–	638	738	64	1.137	–	1.074	–	63
Barra Mansa	2.634	1.815	–	623	901	291	819	–	700	–	119
Valença	1.168	739	–	466	273	–	429	–	429	–	–
Barra do Piraí	1.974	1.064	–	784	51	229	910	–	693	–	217
Piraí	502	378	–	34	344	–	124	–	110	–	14
Rio Claro	317	317	–	212	105	–	–	–	–	–	–
Itatiaia	654	439	–	–	439	–	215	–	215	–	–
Pinheiral	458	252	–	96	155	1	206	50	148	–	8
Porto Real	419	238	–	–	238	–	181	–	23	158	–
Quatis	365	222	–	–	222	–	143	–	–	143	–
Rio das Flores	106	106	–	–	106	–	–	–	–	–	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

A Região do Médio Paraíba, apesar da baixa frequência de estabelecimentos que ofereçam cursos técnicos, segue a tendência do estado de, na esfera pública, concentrar a oferta na rede estadual de ensino. Nos últimos sete anos, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, por meio da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), tem investido em ações para expandir a educação profissional e tecnológica gratuita no estado.

Como exemplo, a Figura 8 apresenta o 38º Centro Vocacional Técnico (CVT) do governo estadual, inaugurado em 13 de dezembro de 2013 no Município de Barra Mansa, tendo capacidade para formar cerca de 2,6 mil profissionais/ano na área de metal-mecânica, abrangendo atividades de fundição, usinagem e solda. Referência no estado, o ensino técnico de nível médio é um dos segmentos de maior destaque na Faetec.

A educação profissional e tecnológica é também regida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB de 1996, por sua vez, é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), que contempla este tipo de ensino no país. A coordenação do programa compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec-MEC).

Atualmente, mais de 11 mil vagas são oferecidas por ano nas 37 unidades da rede, sendo a maior demanda para as 19 Escolas Técnicas Estaduais (ETEs). Capacitações em diferentes eixos tecnológicos, como saúde, segurança, controle e processos industriais, gestão e negócios, são ofertadas nos centros de ensino⁶. Em 2010, esta configuração era diferente, quando as instituições privadas ainda eram as que mais matriculavam alunos: quase o dobro na região, se valendo de apenas um estabelecimento a

mais. Neste ano, do total dos 12 municípios, quatro não possuíam este tipo de ensino em 2010: Itatiaia, Porto Real, Quatis e Rio das Flores. O Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) oferece os cursos na esfera federal e, na esfera municipal, há oferta apenas em Barra Mansa e Piraí. Ao todo na rede pública são quase 3 mil matrículas com estabelecimentos estaduais. A rede privada possui mais 3.843 vagas na educação profissional, como visto na Tabela 17.

8 FIGURA

Centro Vocacional Técnico (CVT) do Município de Barra Mansa



FONTE: Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro.
FOTO: Rogério Santana / Dezembro de 2013.

⁶ Fonte: Subsecretaria de Comunicação Social, notícia sob o título "Faetec amplia educação profissional e tecnológica no estado", disponível em <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=1909493>.

TABELA 17

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Profissional, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Dependência Administrativa				Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	371	22	111	7	231	89.189	8.338	23.176	1.631	56.044
Região do Médio Paraíba	39	2	17	2	18	6.789	567	2.044	335	3.843
Volta Redonda	12	1	6	–	5	3.013	106	1.069	–	1.838
Barra Mansa	9	–	2	1	6	1.382	–	372	219	791
Resende	5	–	2	–	3	850	–	124	–	726
Barra do Piraí	4	–	1	–	3	542	–	133	–	409
Valença	4	–	3	–	1	285	–	206	–	79
Piraí	2	–	1	1	–	201	–	85	116	–
Rio Claro	2	–	2	–	–	55	–	55	–	–
Pinheiral	1	1	–	–	–	461	461	–	–	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012), baseados em dados do INEP.

A oferta de cursos de nível superior na Região do Médio Paraíba é caracterizada por acompanhar as demandas da população residente e do mercado de trabalho da região – Tabela 18. A vocação para as atividades das Indústrias Metal-Mecânica e Automobilística (e seus encadeamentos) orientam boa parte da criação de turmas de graduação e pós-graduação, visando fomentar as necessidades

da economia regional e qualificar a mão de obra local para o desenvolvimento socioeconômico do território. Além da proposta do IFRJ, já comentada, no Médio Paraíba há, ainda, o Polo Universitário de Volta Redonda, da Universidade Federal Fluminense, com três unidades acadêmicas: os Institutos de Exatas e de Ciências Humanas e Sociais, e a Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica.

Os dados do Censo Escolar de 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, retratam, segundo o instituto, a “iniciativa do governo para interiorização do ensino superior”.

18 TABELA

Cursos de Ensino Superior e Matrículas, por Natureza da Instituição, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Cursos de Ensino Superior					Matrículas				
	Total	Universidade	Centro Universitário	Instituto Federal	Faculdade	Total	Universidade	Centro Universitário	Instituto Federal	Faculdade
Estado do Rio de Janeiro	2.403	1.530	418	51	404	521.355	345.987	96.731	10.736	67.901
Região do Médio Paraíba	157	26	99	2	30	23.260	4.212	14.695	114	4.239
Volta Redonda	66	11	48	2	5	12.066	1.992	8.829	114	1.131
Barra Mansa	34	–	34	–	–	4.946	–	4.946	–	–
Resende	29	15	–	–	14	3.612	2.220	–	–	1.392
Barra do Pirai	17	–	17	–	–	920	–	920	–	–
Valença	11	–	–	–	11	1.716	–	–	–	1.716

FONTE: INEP (2011).

Outro quantitativo importante para se avaliar a educação na região é o número de bibliotecas existentes nos 12 municípios que compõem a região. Notadamente, as bibliotecas escolares predominam em números absolutos, no entanto somente as públicas municipais estão em todos os municípios da região. As demais colunas da Tabela 19 representam dados disponibilizados pelas próprias bibliotecas, estando sujeito a algumas lacunas.

A frequência de público é entendida como mensal, apesar do grande contingente populacional frequentando a única biblioteca municipal e as quatro escolares de Barra Mansa. Em Itaiaia não há a informação sobre público. Valença se destaca com 13 das 18 bibliotecas comunitárias da região. Este tipo de estabelecimento possui ainda oferta em Rio Claro (3), como Resende (1) e Rio das Flores (1).

Todos os 12 municípios da Região do Médio Paraíba possuem ao menos uma biblioteca municipal.

TABELA 19

Bibliotecas Existentes, Frequência de Público e Tipos de Atividades Culturais nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Bibliotecas				Público	Tipos de Atividades Culturais – 2011				
	Total	Tipo				Exposições	Cursos	Atividades Extramuros	Cessão de Espaço	Outras Atividades
		Municipal	Escolar	Comunitária						
Estado do Rio de Janeiro	1.216	139	953	124	661.566	231	185	234	908	3.014
Região do Médio Paraíba	98	18	62	18	55.963	21	3	48	26	46
Valença	27	1	13	13	1.440	–	–	1	–	–
Resende	21	2	18	1	1.860	3	3	–	25	3
Rio Claro	13	3	7	3	2.187	2	–	2	1	1
Quatis	11	1	10	–	4.800	5	–	10	–	8
Piraí	9	4	5	–	4.938	3	–	29	–	4
Barra Mansa	5	1	4	–	27.940	3	–	–	–	19
Barra do Piraí	4	1	3	–	4.805	–	–	–	–	–
Rio das Flores	4	1	2	1	1.200	–	–	–	–	–
Itatiaia	1	1	–	–	–	3	–	2	–	4
Pinheiral	1	1	–	–	2.631	1	–	–	–	2
Porto Real	1	1	–	–	6.962	–	–	4	–	3
Volta Redonda	1	1	–	–	2.000	1	–	–	–	2

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Aspectos econômicos e contas regionais



A Região do Médio Paraíba possuía, em 2012, o quarto maior PIB regional.



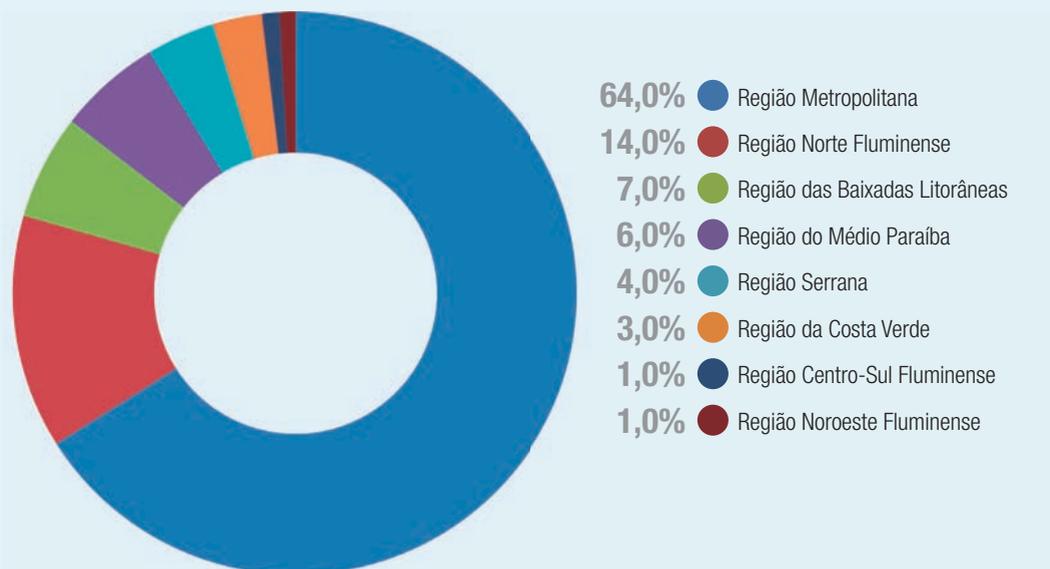
4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A região foi responsável por 5,6% do PIB Estadual no ano de 2012, quando totalizou R\$ 28,3 milhões, ficando atrás das regiões Metropolitana, Norte Fluminense e Baixadas Litorâneas, com aproximadamente R\$ 324,8 milhões, R\$ 72,2 milhões e R\$ 35,3 milhões, respectivamente

(Gráfico 4). O PIB per capita do Médio Paraíba também ocupou a quarta posição entre as oito regiões de governo, totalizando R\$ 32.682,57, acima do verificado no Estado do Rio de Janeiro, cujo valor foi de R\$ 31.064,63 por habitante (Tabela 20).

Distribuição (%) do PIB por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 4



FONTE: IBGE (2016).

Em relação ao PIB Regional, Volta Redonda, Resende, Barra Mansa e Porto Real concentraram um total de R\$ 21,6 milhões, em 2012. Os demais municípios

juntos apresentaram um montante aproximado de R\$ 6,7 milhões, em que a menor participação percentual foi a de Rio das Flores, com 0,5% do total da região.

Quatro municípios concentravam, em 2012, mais de 75% do PIB da Região do Médio Paraíba.

20 TABELA

PIB Nominal nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2012)

Regiões de Governo	PIB (R\$ 1.000)	Distribuição (%)	PIB Per Capita (R\$)
Estado do Rio de Janeiro	504.221.373	–	31.064,63
Região do Médio Paraíba	28.295.556	100%	32.682,57
Volta Redonda	9.187.069	32,5%	35.310,44
Resende	5.965.397	21,1%	48.869,46
Barra Mansa	3.417.627	12,1%	19.105,70
Porto Real	3.011.763	10,6%	174.372,57
Itatiaia	2.162.485	7,6%	73.568,93
Barra do Pirai	1.493.524	5,3%	15.602,07
Pirai	1.161.158	4,1%	43.088,84
Valença	1.108.237	3,9%	15.248,38
Pinheiral	246.051	0,9%	10.601,99
Rio Claro	218.163	0,8%	12.391,40
Quatis	184.508	0,7%	14.079,21
Rio das Flores	139.574	0,5%	16.037,46

FONTE: IBGE (2016).

Em 2012, o município de Porto Real foi o que apresentou o maior valor do produto per capita (R\$ 174.372,57) na região – Tabela 20. Esse cenário, em grande medida, deveu-se à indústria automobilística existente no município. Esta é geradora de um alto PIB industrial que, aliada à existência de um pequeno

número de residentes, gerou um alto PIB per capita. Pinheiral e Rio Claro obtiveram os menores desempenhos nessa variável. Rio das Flores, apesar de possuir um PIB Nominal pequeno, obteve um PIB per capita maior do que o verificado na região, principalmente devido à sua pequena população residente.

Mais de 40% dos municípios da região registraram um PIB per capita superior ao do equivalente regional.

Quanto à evolução do PIB entre os anos 2006 e 2012, foram considerados os resultados em termos reais (PIB real), descontando-se a inflação deste período – vide Tabela 21. O PIB real da região obteve variação de 14,7%, inferior à verificada no Estado do Rio de Janeiro (22,1%). Em relação aos municípios, Itatiaia obteve um crescimento muito superior aos demais, com variação

de 160,4%, nesse mesmo período. Seis municípios obtiveram uma variação percentual inferior a do Estado do Rio de Janeiro: Barra do Piraí (13,5%), Porto Real (10,9%), Piraí (3,1%), Volta Redonda (2,5%), Barra Mansa (-2,7%) e Rio das Flores (-48%). Apesar disso, Porto Real, Volta Redonda e Barra Mansa estavam entre os quatro maiores PIBs reais da região.

Seis dos doze municípios apresentaram um crescimento do PIB real maior do que o estadual, entre 2006 e 2012.

21 TABELA

Evolução do PIB Real nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006-2012)

Regiões de Governo	PIB Real* (1.000 R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	412.790.435	504.221.373	22,1%
Região do Médio Paraíba	24.662.343	28.295.556	14,7%
Volta Redonda	8.959.493	9.187.069	2,5%
Resende	4.652.513	5.965.397	28,2%
Barra Mansa	3.514.213	3.417.627	-2,7%
Porto Real	2.716.232	3.011.763	10,9%
Itatiaia	830.317	2.162.485	160,4%
Barra do Pirai	1.316.457	1.493.524	13,5%
Pirai	1.126.390	1.161.158	3,1%
Valença	788.117	1.108.237	40,6%
Pinheiral	192.286	246.051	28,0%
Rio Claro	163.541	218.163	33,4%
Quatis	134.405	184.508	37,3%
Rio das Flores	268.379	139.574	-48,0%

FONTE: IBGE (2016).

NOTA: * Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB municipal disponibilizado pelo IBGE. ** PIB real calculado pelo deflator implícito do PIB, a preços constantes de 2012.

Seis municípios obtiveram crescimento relativo do PIB per capita acima do verificado regionalmente, entre os anos de 2006 e 2012.

Em 2012, cinco dos doze municípios da região apresentaram um PIB per capita real superior ao verificado no Estado do Rio de Janeiro, conforme resultados da Tabela 22, ordenados decrescentemente pelo ano de 2012. Nesse contexto, desde 2006, Porto Real vem apresentando o maior valor do PIB per capita

real de todo a região. Contudo, foi o município de Itatiaia que apresentou a maior variação do período entre 2006 e 2012, mais que dobrando seu PIB per capita. Quatro municípios apresentaram variação percentual negativa no referido período: Porto Real, Barra Mansa, Pirai e Rio das Flores.

TABELA 22

Evolução do PIB Per Capita Real dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006-2012)

Regiões de Governo	PIB Per Capita* Real (R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	26.526,02	31.064,63	17,1%
Região do Médio Paraíba	28.932,59	32.682,57	13,0%
Porto Real	177.427,15	174.372,57	-1,7%
Itatiaia	26.660,57	73.568,93	175,9%
Resende	38.858,70	48.869,46	25,8%
Piraí	46.233,64	43.088,84	-6,8%
Volta Redonda	34.707,21	35.310,44	1,7%
Barra Mansa	19.950,00	19.105,70	-4,2%
Rio das Flores	31.600,00	16.037,46	-49,2%
Barra do Piraí	13.802,24	15.602,07	13,0%
Valença	11.198,82	15.248,38	36,2%
Quatis	11.033,11	14.079,21	27,6%
Rio Claro	9.024,43	12.391,40	37,3%
Pinheiral	8.355,18	10.601,99	26,9%

FONTE: IBGE (2016).

NOTA: * Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB municipal disponibilizado pelo IBGE.

** PIB real calculado pelo deflator implícito do PIB, a preços constantes de 2012.

4.2 DENSIDADE ECONÔMICA

Porto Real e Volta Redonda apresentaram as maiores densidades econômicas da região.

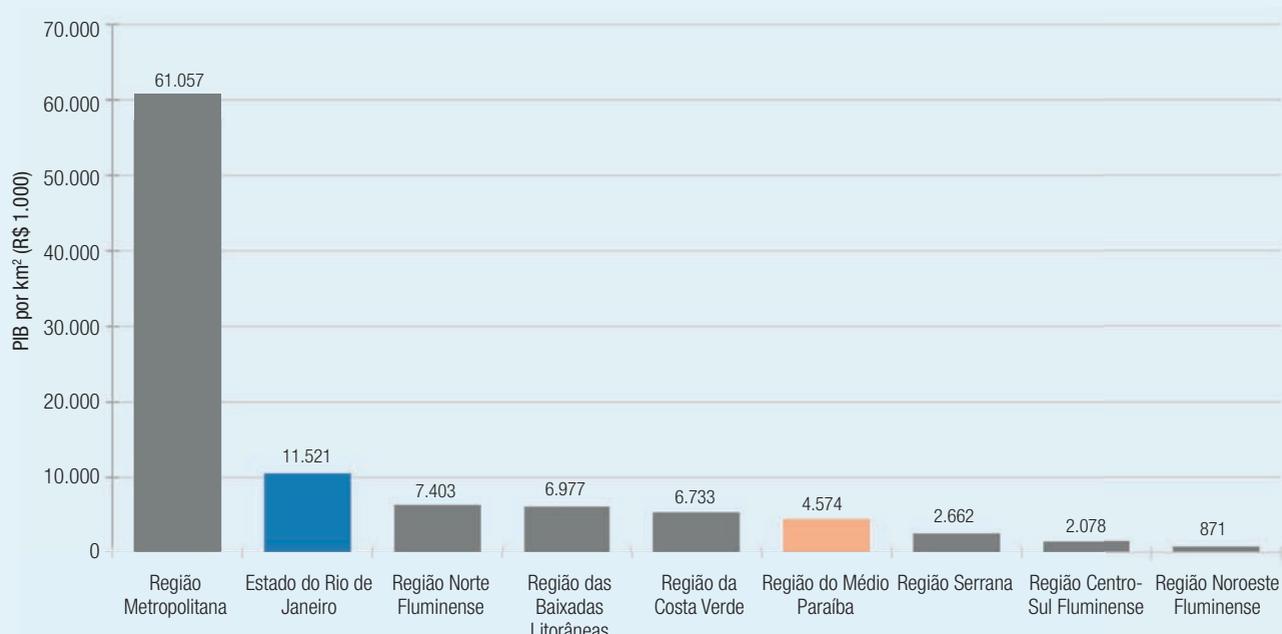
Em 2012, a região ocupou a quinta posição de maior densidade econômica dentre as regiões administrativas do Estado do Rio de Janeiro. Com densidade econômica média de 4,5 milhões/km², a região apresentou pouco menos da metade da densidade estadual de 10,5 milhões/km² – Gráfico 5.

Os municípios com as maiores densidades econômicas foram Porto Real e Volta Redonda com

valores do PIB municipal por km² de aproximadamente R\$ 60 milhões e R\$ 50 milhões (Tabela 23), respectivamente. Porém, o primeiro possui o valor do PIB por km² muito superior ao segundo.

Rio Claro foi o município que apresentou o menor valor, seguido de Rio das Flores, Quatis e Valença. Cada município citado representa individualmente menos de 1,5% da densidade econômica de Porto Real.

5 GRÁFICO

Densidade Econômica (PIB por Km²) por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro – em Milhares de Reais (2012)

FONTE: IBGE (2016).

23 TABELA

Densidade Econômica (PIB por Km²) dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2012)

Regiões de Governo	PIB (1.000 R\$)	Área da Unidade Territorial (Km ²)	PIB por Km ² (1.000 R\$)
Estado do Rio de Janeiro	504.221.373	43.767	11.521
Região do Médio Paraíba	28.295.556	6.186	4.574
Porto Real	3.011.763	51	59.287
Volta Redonda	9.187.069	183	50.313
Itatiaia	2.162.485	240	9.018
Barra Mansa	3.417.627	547	6.246
Resende	5.965.397	1.098	5.431
Pinheiral	246.051	82	3.008
Barra do Piráí	1.493.524	582	2.565
Piráí	1.161.158	492	2.362
Valença	1.108.237	1.302	851
Quatis	184.508	286	645
Rio das Flores	139.574	479	292
Rio Claro	218.163	845	258

FONTE: IBGE (2016).

4.3 VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)

Quatro municípios concentraram 81% do VAB regional da indústria.

Em 2012, conforme se depreende pelos resultados da Tabela 24, Volta Redonda representou 30,6% do VAB total da Região do Médio Paraíba, seguido por Resende e Barra Mansa, com 21,6% e 12,9%, respectivamente. Quatis e Rio Claro representaram os menores percentuais no VAB da região, 0,7% e 0,9%, respectivamente. Em relação ao VAB regional da agropecuária, o município mais representativo foi Barra do Piraí, com participação de 17,1%, e o menos representativo foi Porto Real, com 0,4%. Em relação à indústria, Volta Redonda, Resende, Porto

Real e Barra Mansa concentraram cerca de 80% do VAB regional, nesse mesmo ano. Tais municípios também somaram mais de 70% do VAB de serviços regional. Com respeito à administração pública, o valor adicionado bruto da região se concentrou nos municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Barra do Piraí, que juntos corresponderam a quase 74% do VAB da administração pública regional. As menores participações no VAB regional da administração pública, observadas neste ano, foram em Rio das Flores e Quatis, respectivamente com 1,2% e 1,6%.

TABELA 24

Valor Adicionado Bruto e Produto Interno Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro – Valores em R\$ 1.000,00 (2012)

Regiões de Governo ¹	Valor Adicionado Bruto					Impostos sobre Produtos	PIB Nominal ²
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública		
Estado do Rio de Janeiro	429.122.945	1.859.905	138.131.093	212.199.310	76.932.635	75.098.430	504.221.373
Região do Médio Paraíba	23.792.884	160.412	8.312.966	11.137.134	4.182.370	4.502.672	28.295.556
Volta Redonda	7.288.367	10.706	2.575.748	3.421.532	1.280.381	1.898.702	9.187.069
Resende	5.132.373	21.908	2.272.085	2.248.840	589.540	833.024	5.965.397
Barra Mansa	3.068.298	15.676	702.164	1.555.708	794.750	349.329	3.417.627
Porto Real	2.259.467	649	1.164.993	960.301	133.524	752.296	3.011.763
Itatiaia	1.859.965	3.944	398.863	1.298.559	158.598	302.520	2.162.485
Barra do Piraí	1.372.550	27.375	276.049	651.134	417.991	120.974	1.493.524
Piraí	1.028.772	11.660	575.384	282.947	158.781	132.387	1.161.158
Valença	1.035.001	24.415	231.720	449.718	329.148	73.236	1.108.237
Pinheiral	234.554	1.697	27.953	93.466	111.438	11.496	246.051
Rio Claro	206.568	26.646	19.556	68.388	91.978	11.595	218.163
Quatis	175.750	5.989	36.743	66.271	66.747	8.758	184.508
Rio das Flores	131.219	9.747	31.708	40.270	49.494	8.355	139.574

FONTE: IBGE (2016).

NOTAS: ¹ As regiões de governo encontram-se em ordem decrescente em relação ao valor do PIB nominal. ² Produto interno bruto, a preços correntes de 2012, refere-se ao valor adicionado bruto total adicionado dos impostos sobre produtos.

Em 2012, o setor de serviços foi preponderante na formação do VAB total em cinco municípios.

Em oito municípios, eram os setores da indústria e de serviços que possuíam a maior participação no VAB total municipal de 2012. Nesse ano, a indústria foi preponderante no VAB dos municípios de Pirai (55,9%), Porto Real (51,6%) e Resende (44,3%) – Tabela 25. Em outros cinco municípios o setor de serviços foi predominante, são eles: Itatiaia (69,8%), Barra Mansa (50,7%), Barra do Pirai (47,4%), Volta Redonda (46,9%) e Valença (43,5%).

Em relação à administração pública, em quatro municípios ela

foi constatada como o principal setor para composição do VAB dos municípios: Pinheiral (47,5%), Rio Claro (44,5%), Quatis (38%) e Rio das Flores (37,7%). Ainda sobre a participação deste setor no VAB municipal, Porto Real foi o município com menor predominância, com 5,9% de participação.

A agropecuária foi o setor com menor percentual no VAB dos municípios da região no ano de 2012. O município de Rio Claro foi o que registrou participação mais relevante deste setor, com 12,9% da participação municipal.

25 TABELA

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000,00 (2012)

Regiões de Governo	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Região do Médio Paraíba	100,0%	0,7%	34,9%	46,8%	17,6%
Barra do Pirai	100,0%	2,0%	20,1%	47,4%	30,5%
Barra Mansa	100,0%	0,5%	22,9%	50,7%	25,9%
Itatiaia	100,0%	0,2%	21,4%	69,8%	8,5%
Pinheiral	100,0%	0,7%	11,9%	39,8%	47,5%
Pirai	100,0%	1,1%	55,9%	27,5%	15,4%
Porto Real	100,0%	0,0%	51,6%	42,5%	5,9%
Quatis	100,0%	3,4%	20,9%	37,7%	38,0%
Resende	100,0%	0,4%	44,3%	43,8%	11,5%
Rio Claro	100,0%	12,9%	9,5%	33,1%	44,5%
Rio das Flores	100,0%	7,4%	24,2%	30,7%	37,7%
Valença	100,0%	2,4%	22,4%	43,5%	31,8%
Volta Redonda	100,0%	0,1%	35,3%	46,9%	17,6%

FONTE: IBGE (2016).

Nove municípios da região obtiveram variação positiva no VAB, entre 2006 e 2012.

O município de Itatiaia apresentou o maior crescimento no período entre 2006 e 2012, mais que dobrando o VAB total. Itatiaia também obteve maior crescimento absoluto, apresentando um aumento superior a R\$ 1,1 bilhão.

Por outro lado, em Volta Redonda se verificou a maior diminuição absoluta (redução de R\$ 409 milhões) e, em Rio das Flores, o maior recuo percentual (-49%) – Tabela 26.

TABELA

26

Varição Real (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Total (2006)	Total (2012)	Varição (2006-2012)
Região do Médio Paraíba	21.303.378	23.792.884	11,7%
Volta Redonda	7.696.891	7.288.367	-5,3%
Resende	4.027.120	5.132.373	27,4%
Barra Mansa	3.147.119	3.068.298	-2,5%
Porto Real	2.057.113	2.259.467	9,8%
Itatiaia	736.955	1.859.965	152,4%
Barra do Pirai	1.198.558	1.372.550	14,5%
Valença	739.158	1.035.001	40,0%
Pirai	979.063	1.028.772	5,1%
Pinheiral	182.402	234.554	28,6%
Rio Claro	154.584	206.568	33,6%
Quatis	127.312	175.750	38,0%
Rio das Flores	257.104	131.219	-49,0%

FONTE: IBGE (2016).

Barra do Pirai: maior valor adicionado bruto regional do setor de agropecuária em 2012.

Quanto à agropecuária (Tabela 27), em 2012, o município de Barra do Pirai obteve o maior VAB do setor na região. Contudo, o município de Rio Claro foi o que obteve o maior crescimento absoluto (aproximadamente R\$ 13 milhões), no período entre 2006 e 2012, em termos reais. Volta Redonda apresentou a maior variação percentual (105,6%).

Pinheiral, apesar do expressivo aumento percentual no VAB da agropecuária, apresentou um baixo valor absoluto, apenas R\$ 364 mil. Sete municípios apresentaram variação negativa no VAB do setor, sendo que Resende teve a maior redução do período, cerca de R\$ 8 milhões em termos reais ou (-26,3%).

27 TABELA

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setor de Agropecuária – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Agropecuária (2006)	Agropecuária (2012)	Varição (2006-2012)
Região do Médio Paraíba	155.948	160.412	2,9%
Barra do Piraí	23.200	27.375	18,0%
Rio Claro	13.982	26.646	90,6%
Valença	26.832	24.415	-9,0%
Resende	29.708	21.908	-26,3%
Barra Mansa	20.688	15.676	-24,2%
Piraí	13.651	11.660	-14,6%
Volta Redonda	5.207	10.706	105,6%
Rio das Flores	10.035	9.747	-2,9%
Quatis	7.279	5.989	-17,7%
Itatiaia	3.246	3.944	21,5%
Pinheiral	1.333	1.697	27,3%
Porto Real	787	649	-17,5%

FONTE: IBGE (2016).

Seis municípios apresentaram variação positiva no VAB da indústria, entre 2006 e 2012.

Dentre os três municípios com maior VAB da indústria na região, Resende foi o município que mais se destacou na variação percentual (6,9%), com um aumento absoluto de R\$ 148 milhões, entre 2006 e 2012. Valença e Quatis tiveram um importante incremento percentual. Em termos absolutos, tais municípios alcançaram um incremento absoluto no VAB da indústria de

R\$ 144 milhões e R\$ 19 milhões, respectivamente, no mesmo período. Seis municípios apresentaram variação negativa: Barra Mansa, Porto Real, Volta Redonda, Piraí, Barra do Piraí e Itatiaia. A maior perda em termos absolutos foi de Volta Redonda com redução aproximada de R\$ 603 milhões entre os anos de 2006 e 2012 – Tabela 28.

TABELA 28

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setor da Indústria – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Indústria (2006)	Indústria (2012)	Variação (2006-2012)
Região do Médio Paraíba	9.377.442	8.312.966	-11,4%
Volta Redonda	3.178.644	2.575.748	-19,0%
Resende	2.124.532	2.272.085	6,9%
Porto Real	1.481.716	1.164.993	-21,4%
Barra Mansa	1.073.214	702.164	-34,6%
Piraí	650.089	575.384	-11,5%
Itatiaia	415.843	398.863	-4,1%
Barra do Piraí	290.339	276.049	-4,9%
Valença	88.171	231.720	162,8%
Quatis	17.494	36.743	110,0%
Rio das Flores	21.799	31.708	45,5%
Pinheiral	20.928	27.953	33,6%
Rio Claro	14.673	19.556	33,3%

FONTE: IBGE (2016).

O município de Itatiaia apresentou o maior crescimento percentual no VAB de serviços, entre 2006 e 2012 (574,2%). Porto Real obteve a segunda maior variação percentual (94,5%). Já os menores desempenhos percentuais foram de

Rio das Flores (-78,6%) e de Volta Redonda (-2,2%). Em valores absolutos, o menor crescimento foi de Rio das Flores, com variação negativa de R\$ 148 milhões, no mesmo período – Tabela 29.

Dez municípios apresentaram crescimento no VAB de serviços, entre 2006 e 2012.

29 TABELA

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo o Setor de Serviços – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Serviços (2006)	Serviços (2012)	Variação (2006-2012)
Região do Médio Paraíba	8.478.450	11.137.134	31,4%
Volta Redonda	3.498.556	3.421.532	-2,2%
Resende	1.407.205	2.248.840	59,8%
Barra Mansa	1.401.719	1.555.708	11,0%
Itatiaia	192.607	1.298.559	574,2%
Porto Real	493.610	960.301	94,5%
Barra do Piraí	549.620	651.134	18,5%
Valença	372.905	449.718	20,6%
Piraí	187.773	282.947	50,7%
Pinheiral	77.895	93.466	20,0%
Rio Claro	56.506	68.388	21,0%
Quatis	52.080	66.271	27,2%
Rio das Flores	187.973	40.270	-78,6%

FONTE: IBGE (2016).

Entre 2006 e 2012, o município de Porto Real apresentou o maior crescimento percentual (64,8%) do VAB da administração pública, variação que corresponde a um incremento de 52,5 milhões de reais. No entanto, a maior variação em termos absolutos foi a do município de Volta Redonda, cujo crescimento de 26,2%

equivale a um crescimento de cerca de 266 milhões de reais no período. A menor variação foi apresentada pelo município de Barra Mansa (22%), que por outro lado apresentou o segundo maior aumento absoluto em VAB de administração pública da região, cerca de R\$ 143 milhões – Tabela 30.

O VAB da administração pública variou positivamente em todos os municípios.

TABELA 30

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro Segundo Setor de Administração Pública – Valores em R\$ 1.000,00 (2006-2012)

Regiões de Governo	Administração Pública (2006)	Administração (2012)	Variação (2006-2012)
Região do Médio Paraíba	3.291.532	4.182.370	27,1%
Volta Redonda	1.014.484	1.280.381	26,2%
Barra Mansa	651.497	794.750	22,0%
Resende	465.676	589.540	26,6%
Barra do Pirai	335.398	417.991	24,6%
Valença	251.250	329.148	31,0%
Pirai	127.549	158.781	24,5%
Itatiaia	125.258	158.598	26,6%
Porto Real	81.000	133.524	64,8%
Pinheral	82.244	111.438	35,5%
Rio Claro	69.422	91.978	32,5%
Quatis	50.458	66.747	32,3%
Rio das Flores	37.296	49.494	32,7%

FONTE: IBGE (2016).

4.4 EMPREGO E RENDA

As informações apresentadas a seguir se referenciam ao quantitativo de trabalhadores com vínculo formal, bem como a evolução destes na região, refletindo a geração de novos postos de trabalho ou a formalização da ocupação entre os anos da análise (do início de 2007⁷ ao final do de 2014), de acordo com os segmentos de atividade econômica definidos pelo IBGE. A Região do Médio Paraíba, onde residia 5,3% da população do

Estado do Rio de Janeiro, por outro lado concentrava 4,7% do seu emprego no ano de 2014, indicando uma presença maior de residentes que encontravam-se fora do mercado de trabalho formal. Neste recorte, os 12 municípios da região respondiam por 12,7% dos empregados nas atividades de agropecuária e extração vegetal de todo o estado, e por 10,1% do emprego da indústria de transformação estadual.

⁷ Para efeitos do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para o ano de 2007 foram considerados os resultados do último dia do ano anterior (31/12/2006).

Neste sentido, as zonas de atração de emprego no Médio Paraíba foram induzidas em maior medida pelas empresas localizadas, por exemplo, em Volta Redonda, que sozinha, representou 37,7% do emprego da indústria de transformação do estado no ano de 2014 (18.130 empregados), refletindo a importância histórica e econômica de segmentos como a siderurgia e metalurgia, que desde a década de 1950 contribuíram para caracterizá-la como a “Cidade

do Aço”. O município de Porto Real, com seus 6.010 empregados no segmento de transformação – um terço de sua população residente, o que denotou a grande importância deste segmento na sua economia – e os municípios de Resende e Barra Mansa, respectivamente com 6.590 e 5.981 funcionários ocupados formalmente, complementaram a lista dos maiores empregadores da região neste segmento – Tabela 32.

Para os dados de emprego e renda, foi consultada a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais –, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 2007, 2013 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro. As informações da RAIS são fornecidas por todos os estabelecimentos formais diretamente ao MTE, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Pela influência dos três segmentos que mais empregaram em termos absolutos na Região do Médio Paraíba – serviços, indústria de transformação e comércio, as profissões mais frequentes, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), foram: vendedores e demonstradores em lojas ou mercado, com 18.920 pessoas empregadas (9%) e em seguida apareceram os auxiliares administrativos, com 15.851 (7,5%), num total de 210.267 empregados, nos 12 municípios

da região. O ranking municipal das ocupações depende das potencialidades de cada localidade, como exemplo, motorista de veículo de carga em geral foi a sétima profissão mais empregada na região. Alguns segmentos não representam vocações regionais, como a extração mineral, por isso apresentam poucos empregados. Do mesmo modo ocorre nos serviços industriais de utilidade pública (SIUP), concentrados em Volta Redonda.

Volta Redonda foi destaque na região com 75.585 empregados em 2014, quase o dobro de Resende, segundo maior empregador.

TABELA 31

Número de Empregados na Região do Médio Paraíba em 2014, Segundo Classificação Setorial do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec., Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	4.641.380	50.091	474.275	58.873	301.354	891.489	2.059.563	780.804	24.931
Região do Médio Paraíba	220.237	279	48.039	1.552	10.899	46.927	77.862	31.506	3.173
Volta Redonda	75.585	54	18.130	810	5.040	17.398	28.832	5.257	64
Resende	38.086	69	6.590	375	1.168	9.666	14.179	5.657	382
Barra Mansa	37.382	81	5.981	33	1.423	8.756	15.436	5.246	426
Barra do Pirai	17.724	30	3.265	34	1.056	4.863	5.274	2.759	443
Valença	12.414	14	2.822	38	254	2.517	3.015	3.214	540
Porto Real	12.185	0	6.010	13	72	510	4.195	1.355	30
Itatiaia	8.056	6	2.314	30	156	881	2.969	1.672	28
Pirai	7.366	3	1.712	206	585	839	1.633	2.089	299
Pinheiral	3.696	0	528	0	77	605	1.247	1.114	125
Rio das Flores	3.024	1	581	0	903	152	297	953	137
Rio Claro	2.396	0	61	5	25	343	213	1.171	578
Quatis	2.323	21	45	8	140	397	572	1.019	121

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

NOTA: * O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

O setor de indústria, por exemplo, que engloba os segmentos de extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil, apresentou elevação de 36,5%, contratando

aproximadamente 16 mil funcionários com carteira assinada no período. Na construção civil, a elevação em termos percentuais que mais chamou a atenção foi a de Quatis (241,5%), que passou de 41 empregados para 140.

Entre 2007 a 2014, o crescimento do emprego na Região do Médio Paraíba foi inferior em 1,4 pontos percentuais à elevação média do estado.

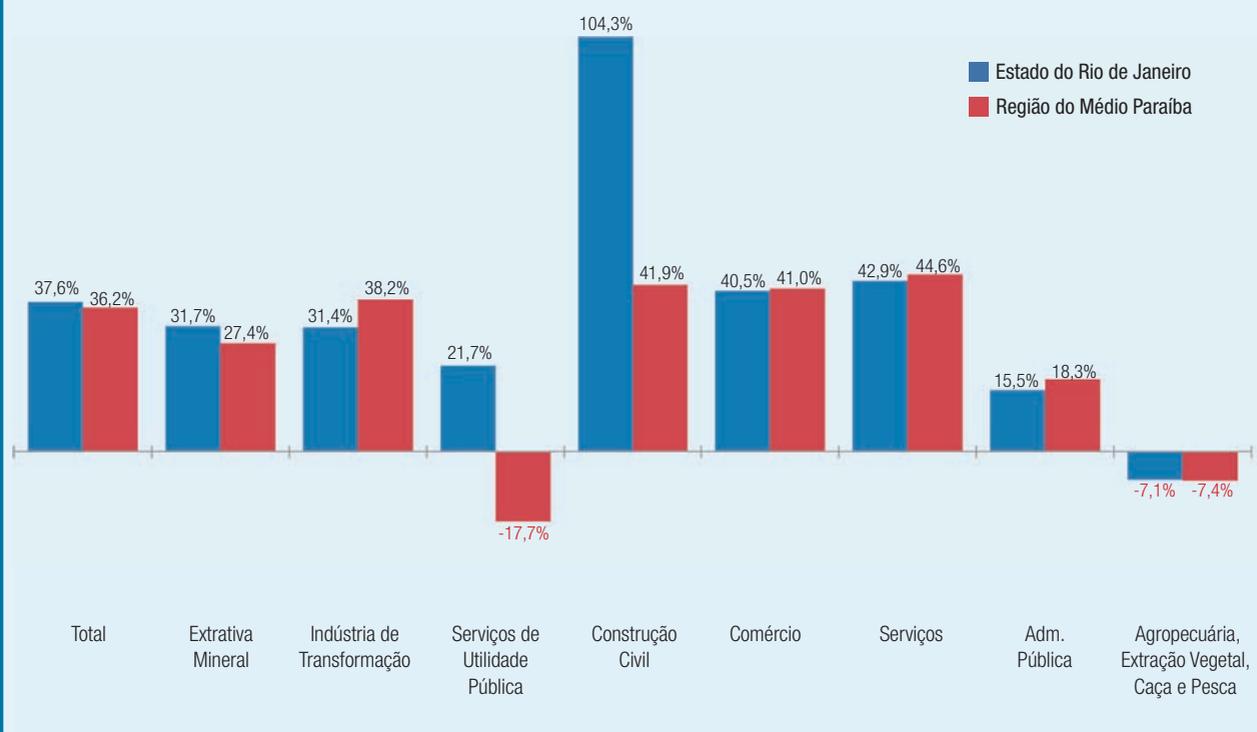
Entre 2007 e 2014, o crescimento do emprego na Região do Médio Paraíba foi inferior em 1,4 ponto percentual à elevação média do estado.

Entre o início de 2007 e o final de 2014, os segmentos da indústria de transformação, do comércio, dos serviços e da administração pública foram os que apresentaram – em termos relativos – variações superiores (38,2%, 41%, 44,6% e 18,3%) àquelas registradas pelo estado como um todo, de 31,4%, 40,5%, 42,9% e 15,5%. Já em termos de incremento absoluto de

funcionários neste mesmo período, além dos segmentos da indústria de transformação (acréscimo de 13.290 trabalhadores) e do comércio (acréscimo de 13.635), o segmento que mais agregou emprego à economia regional foi o de serviços, que em 2014 registrou 23.999 postos formais de trabalho a mais do que no início de 2007 – Gráfico 6.

6 GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação Setorial do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Na região, neste período, houve redução de 7,2% no segmento de agropecuária, extração vegetal, caça

e pesca e de 17,7% nos serviços de utilidade pública, o que pode ser visto na Tabela 32.

TABELA 32

Variação (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação Setorial do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop. e Ext. Vegetal
ERJ	37,6%	31,7%	31,4%	21,7%	104,3%	40,5%	42,9%	15,5%	-7,1%
Região do Médio Paraíba	36,2%	27,4%	38,2%	-17,7%	41,9%	41,0%	44,6%	18,3%	-7,4%
Pinheiral	74,1%	-100,0%	25,7%	-	156,7%	63,5%	265,7%	26,7%	52,4%
Itatiaia	65,3%	-	86,3%	-21,1%	143,8%	67,5%	104,3%	10,7%	-28,2%
Porto Real	58,0%	-	29,8%	-	1,4%	79,6%	228,2%	-4,8%	25,0%
Resende	54,0%	146,4%	64,3%	-6,7%	140,8%	103,8%	37,7%	28,4%	4,7%
Quatis	42,8%	10,5%	-67,9%	300,0%	241,5%	44,4%	57,1%	44,3%	51,3%
Rio Claro	40,7%	-	-11,6%	150,0%	47,1%	77,7%	7,6%	74,8%	4,3%
Volta Redonda	33,0%	-29,9%	66,9%	7,0%	-3,7%	32,0%	30,6%	15,0%	6,7%
Barra Mansa	32,6%	92,9%	16,1%	-90,8%	191,6%	17,6%	53,7%	25,6%	-10,5%
Piraí	24,3%	-	-16,4%	51,5%	219,7%	75,5%	137,7%	1,6%	-12,3%
Barra do Piraí	22,0%	0,0%	-16,3%	-79,4%	124,2%	37,3%	39,9%	27,4%	-6,7%
Rio das Flores	15,9%	-80,0%	114,4%	-	112,0%	55,1%	-61,1%	15,0%	-36,6%
Valença	13,7%	-17,6%	41,0%	40,7%	48,5%	16,8%	16,3%	-0,8%	-24,4%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

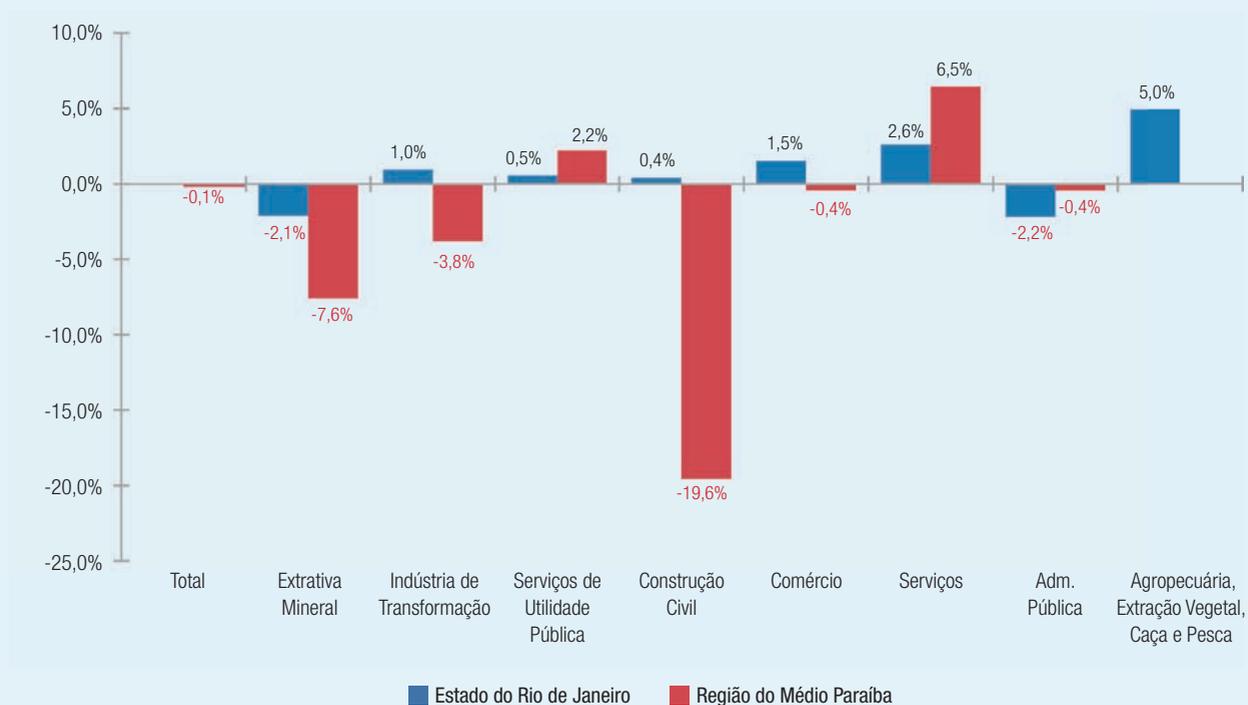
Em um ano, 165 ocupações formais foram destruídas na Região do Médio Paraíba.

Na indústria de transformação, os municípios de Porto Real e Resende, duas das quatro localidades que mais empregaram no segmento, reduziram o número de trabalhadores formais de 2013 para 2014 – Gráfico 7. Barra Mansa e Volta Redonda seguiram a tendência do estado, de incremento do quadro. Positivamente reagiram os segmentos de serviços de utilidade pública e de serviços, com

crescimentos de 2,2% e de 6,5%, respectivamente, e com elevação em quase todos os municípios. A construção civil perdeu força, contrariando a tendência do Estado do Rio de Janeiro. Em Valença e Rio Claro, a elevação superou os 50% de crescimento do emprego. A extrativa mineral foi o segmento de segunda maior retração da região, em termos de ocupação formal – Tabela 33.

7 GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação Setorial do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

TABELA 33

Varição do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop. e Ext. Vegetal
Estado do Rio de Janeiro	1,2%	-2,1%	1,0%	0,5%	0,4%	1,5%	2,6%	-2,2%	5,0%
Região do Médio Paraíba	-0,1%	-7,6%	-3,8%	2,2%	-19,6%	-0,4%	6,5%	-0,4%	-0,2%
Pinheiral	6,7%	—	13,1%	—	-3,8%	1,0%	11,1%	4,3%	-2,3%
Rio Claro	4,5%	—	1,7%	66,7%	56,3%	1,5%	13,9%	4,6%	1,6%
Barra Mansa	4,0%	-12,0%	2,6%	13,8%	18,5%	-2,5%	6,2%	7,9%	3,9%
Valença	2,4%	-26,3%	7,7%	15,2%	95,4%	-10,7%	7,4%	2,1%	-1,1%
Resende	1,6%	-24,2%	-4,0%	9,6%	-12,5%	1,7%	5,8%	1,5%	-0,3%
Rio das Flores	1,5%	0,0%	10,2%	—	-3,3%	0,7%	0,3%	4,4%	-13,3%
Volta Redonda	1,0%	22,7%	1,3%	-2,1%	-27,9%	1,1%	7,6%	4,8%	25,5%
Itatiaia	0,8%	—	12,7%	-14,3%	-27,4%	3,8%	22,2%	-29,8%	-3,4%
Piraí	-1,0%	—	-2,3%	94,3%	-37,4%	-5,5%	18,6%	-0,9%	9,1%
Barra do Piraí	-3,5%	-6,3%	-6,9%	-73,4%	19,3%	-0,6%	-4,1%	-6,7%	-4,5%
Porto Real	-16,5%	—	-27,3%	18,2%	-38,5%	3,7%	-1,9%	-3,1%	-21,1%
Quatis	-20,0%	-8,7%	-50,0%	100,0%	-80,5%	-3,9%	34,9%	-7,5%	-5,5%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

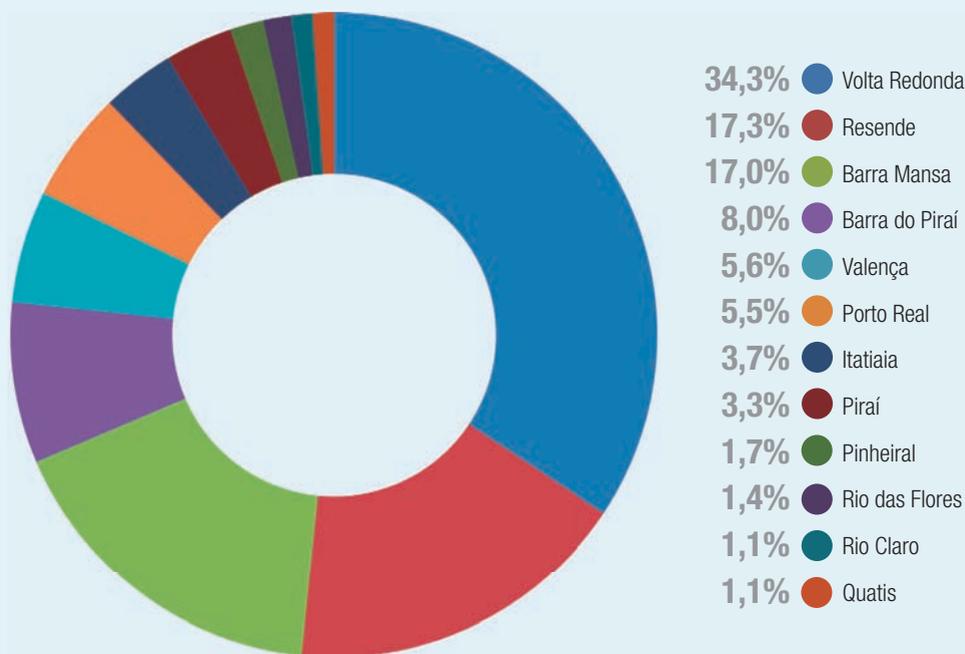
A Tabela 34 apresenta as localidades que mais empregam na Região do Médio Paraíba em cada um dos segmentos classificados pelo IBGE. Em termos de participação relativa, o município de Volta Redonda só não possuía a liderança em três segmentos, extrativa mineral, segmento no qual Barra Mansa liderou com 29% do total de trabalhadores, administração pública, no qual Resende foi o maior empregador, com 18%

do total de trabalhadores, e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, segmento que Rio Claro deteve 18,2% das ocupações formais da região. Quase dois terços de todo o emprego industrial estava localizado nos três maiores municípios em população, Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, que representaram, portanto, polos que centralizaram a oferta de emprego no Médio Paraíba – Gráfico 8.

Volta Redonda concentrou 34,3% das ocupações formais da Região do Médio Paraíba.

8 GRÁFICO

Distribuição (%) do Número de Empregados na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Classificação do IBGE



FONTE: RAIS/MTE (2015).

34 TABELA

Distribuição (%) do Número de Empregados nos Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop. e Ext. Vegetal**
Região do Médio Paraíba	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Volta Redonda	34,3%	19,4%	37,7%	52,2%	46,2%	37,1%	37,0%	16,7%	2,0%
Resende	17,3%	24,7%	13,7%	24,2%	10,7%	20,6%	18,2%	18,0%	12,0%
Barra Mansa	17,0%	29,0%	12,5%	2,1%	13,1%	18,7%	19,8%	16,7%	13,4%
Barra do Pirai	8,0%	10,8%	6,8%	2,2%	9,7%	10,4%	6,8%	8,8%	14,0%
Valença	5,6%	5,0%	5,9%	2,4%	2,3%	5,4%	3,9%	10,2%	17,0%
Porto Real	5,5%	0,0%	12,5%	0,8%	0,7%	1,1%	5,4%	4,3%	0,9%
Itatiaia	3,7%	2,2%	4,8%	1,9%	1,4%	1,9%	3,8%	5,3%	0,9%
Pirai	3,3%	1,1%	3,6%	13,3%	5,4%	1,8%	2,1%	6,6%	9,4%
Pinheiral	1,7%	0,0%	1,1%	0,0%	0,7%	1,3%	1,6%	3,5%	3,9%
Rio das Flores	1,4%	0,4%	1,2%	0,0%	8,3%	0,3%	0,4%	3,0%	4,3%
Rio Claro	1,1%	0,0%	0,1%	0,3%	0,2%	0,7%	0,3%	3,7%	18,2%
Quatis	1,1%	7,5%	0,1%	0,5%	1,3%	0,8%	0,7%	3,2%	3,8%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2014).

NOTA: * O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana. ** Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca.

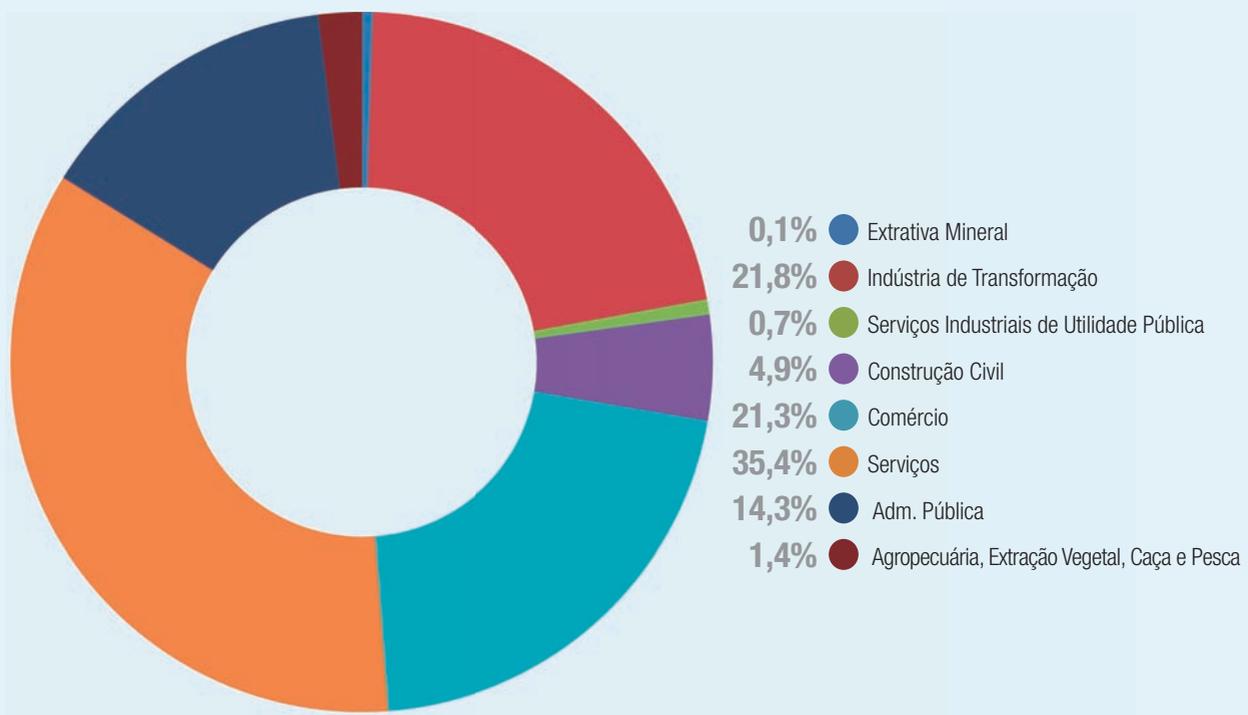
Na média regional, o segmento de serviços foi o que mais empregou no Médio Paraíba, segundo dados do MTE para o ano de 2014.

A Tabela 36 apresenta as vocações regionais do Médio Paraíba. É possível definir os segmentos que mais empregaram em cada um dos 12 municípios e verificar, por exemplo, que mais de três quartos dos trabalhadores formais da região estavam concentrados em três segmentos: comércio, serviços e indústria de transformação.

A indústria de transformação se consagrou como o segmento que mais empregou em Porto Real (49,3%). Além dos três segmentos, há municípios onde a administração pública empregou mais que todos os outros, como em Pirai (28,4%), Quatis (43,9%), Rio Claro (48,9%), Rio das Flores (31,5%) e Valença (25,9%) – Gráfico 9.

Distribuição (%) do Número de Empregados da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012), por Segmentos, Segundo Classificação do IBGE

GRÁFICO 9



FONTE: RAIS/MTE (2015).

35 TABELA

Distribuição (%) do Número de Empregados Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agrop. e Ext. Vegetal
Região do Médio Paraíba	100,0%	0,1%	21,8%	0,7%	4,9%	21,3%	35,4%	14,3%	1,4%
Barra do Pirai	100,0%	0,2%	18,4%	0,2%	6,0%	27,4%	29,8%	15,6%	2,5%
Barra Mansa	100,0%	0,2%	16,0%	0,1%	3,8%	23,4%	41,3%	14,0%	1,1%
Itatiaia	100,0%	0,1%	28,7%	0,4%	1,9%	10,9%	36,9%	20,8%	0,3%
Pinheiral	100,0%	0,0%	14,3%	0,0%	2,1%	16,4%	33,7%	30,1%	3,4%
Pirai	100,0%	0,0%	23,2%	2,8%	7,9%	11,4%	22,2%	28,4%	4,1%
Porto Real	100,0%	0,0%	49,3%	0,1%	0,6%	4,2%	34,4%	11,1%	0,2%
Quatis	100,0%	0,9%	1,9%	0,3%	6,0%	17,1%	24,6%	43,9%	5,2%
Resende	100,0%	0,2%	17,3%	1,0%	3,1%	25,4%	37,2%	14,9%	1,0%
Rio Claro	100,0%	0,0%	2,5%	0,2%	1,0%	14,3%	8,9%	48,9%	24,1%
Rio das Flores	100,0%	0,0%	19,2%	0,0%	29,9%	5,0%	9,8%	31,5%	4,5%
Valença	100,0%	0,1%	22,7%	0,3%	2,0%	20,3%	24,3%	25,9%	4,3%
Volta Redonda	100,0%	0,1%	24,0%	1,1%	6,7%	23,0%	38,1%	7,0%	0,1%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Porte das empresas

A definição do porte das empresas utilizada neste texto segue exclusivamente o critério do número de empregados por estabelecimento.

De acordo com proposta metodológica⁸, uma empresa do setor industrial é considerada “MICRO” quando possui até 19 funcionários, “PEQUENA” de 20 a 99, “MÉDIA” de 100 a 499 e “GRANDE” de 500 ou mais empregados. Esta classificação é válida também para a construção civil. Já para os setores de comércio e de serviços, a categorização é de “MICRO” para estabelecimentos de até 9 trabalhadores, “PEQUENO” de 10 a 49, “MÉDIO” de 50 a 99 e “GRANDE PORTE” para 100 ou mais assalariados (ver Boxe a seguir).

A definição do porte das empresas utilizada neste texto segue exclusivamente o critério do número de empregados por estabelecimento, foco desta seção. Paralelamente, as legislações pertinentes ao tema utilizam exclusivamente o faturamento anual das empresas para enquadramento das mesmas (ver Boxe).

Neste trabalho, foi utilizado o recorte estabelecido entre o IBGE e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, que delimita o contingente de trabalhadores em função do setor em que estão empregados (IBGE, 2010).

O setor industrial, composto pelos segmentos Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) e a construção civil, possui intervalos quantitativos diferentes daqueles utilizados nos setores de comércio e serviços para definir o número de empregados que compõe cada um dos quatro conceitos de porte.

Ademais, salienta-se que no setor de serviços não estão contabilizados os empregados na administração pública, como da mesma maneira o segmento agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também está excluído da análise, ambos por apresentarem estruturas organizacionais particulares às suas atividades.

⁸ Para fins deste trabalho adotou-se a classificação do porte da empresa, com referência ao número de empregados, conforme metodologia adotada pelo DIEESE / Sebrae no Anuário.

PORTE DE EMPRESAS

PORTE	Indústria & Construção	Comércio & Serviços
	Pessoas Empregadas	Pessoas Empregadas
MICRO	até 19	até 9
PEQUENO	de 20 a 99	10 a 49
MÉDIO	100 a 499	50 a 99
GRANDE	500 ou mais	100 ou mais

FONTE: SEBRAE (2010).

LEGISLAÇÃO

Lei Complementar Federal 123/2006, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LEI GERAL DAS MPEs).

Lei Estadual 5.147 de 06/12/2007: Dispõe sobre a aplicação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ao Estado do Rio de Janeiro.

Lei Complementar Federal 139/2011, de 10/11/2011: Altera Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e dá outras providências. (ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO).

De acordo com a última atualização da LEI GERAL (10/11/2011), segue classificação por Porte das Empresas, segundo o faturamento:

PORTE	TODOS OS SETORES
	Receita Bruta Anual
MICRO	Até R\$ 360.000,00
PEQUENO	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013: Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Ao total, 84.272 trabalhadores estavam empregados em micro e pequenas empresas da Região do Médio Paraíba.

O emprego industrial na Região do Médio Paraíba compreendeu aproximadamente 61 mil funcionários formalizados. Quase a metade destes estava alocada em firmas de grande porte. Contudo, quatro municípios não possuíam empresas deste tipo no setor indústria, como pode ser visto na Tabela 37, três deles, inclusive, Pinheiral, Quatis e Rio Claro, somente possuíam empresas com menos de 100 empregados. Neste último município, isto também

foi verdade para os setores de comércio e serviços. Nestes dois setores, a região contou com aproximadamente 125 mil funcionários, o dobro de indústria e construção civil. Pequenas e médias somaram aproximadamente 51 mil funcionários, ou 40,6% do emprego em comércio e serviços. Percebeu-se a elevação do número de empregados entre 2006 e 2014 no total dos setores em quase todos os municípios e em todos os tipos de porte – Tabela 38.

TABELA 36

Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
ERJ	124.316	184.178	222.689	353.410	563.890	828.297	299.653	1.259.212	688.206	1.012.475	522.342	1.612.622
Região do Médio Paraíba	6.859	10.589	15.229	28.092	30.216	36.608	14.095	43.870	37.075	47.197	29.324	71.962
Barra do Pirai	798	1.256	1.294	1.037	2.528	3.653	1.265	2.691	3.326	4.909	2.559	3.728
Barra Mansa	1.377	2.272	1.856	2.013	5.802	7.133	2.961	8.296	7.179	9.405	4.817	10.309
Itatiaia	249	411	446	1.400	1.226	1.178	226	1.220	1.475	1.589	672	2.620
Pinheiral	177	428	0	0	520	497	275	560	697	925	275	560
Pirai	212	530	913	851	669	700	154	949	881	1.230	1.067	1.800
Porto Real	261	264	1.376	4.194	471	833	180	3.221	732	1.097	1.556	7.415
Quatis	82	132	0	0	373	332	138	126	455	464	138	126
Resende	983	1.880	3.155	2.184	5.408	6.333	2.481	9.623	6.391	8.213	5.636	11.807
Rio Claro	62	29	0	0	450	106	0	0	512	135	0	0
Rio das Flores	68	24	504	889	202	67	75	105	270	91	579	994
Valença	657	1.066	1.405	0	2.123	1.932	598	879	2.780	2.998	2.003	879
Volta Redonda	1.933	2.297	4.280	15.524	10.444	13.844	5.742	16.200	12.377	16.141	10.022	31.724

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

37 TABELA

Variação (%) do Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba entre 2006 e 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
ERJ	27,9%	33,5%	38,1%	78,1%	25,5%	41,2%	41,5%	52,0%	26,0%	39,8%	40,0%	57,1%
Região do Médio Paraíba	26,5%	43,2%	22,0%	46,0%	31,2%	45,5%	41,5%	51,3%	30,3%	45,0%	30,7%	49,2%
Barra do Pirai	16,3%	15,1%	145,5%	-54,2%	21,8%	38,3%	-4,0%	110,6%	20,5%	31,5%	38,7%	5,3%
Barra Mansa	22,7%	41,3%	31,4%	6,2%	18,7%	33,2%	53,1%	56,2%	19,4%	35,1%	43,9%	43,0%
Itatiaia	170,7%	478,9%	33,1%	65,5%	49,1%	51,2%	352,0%	272,0%	61,4%	86,9%	74,5%	123,2%
Pinheiral	20,4%	40,8%	-	-	61,0%	173,1%	391,1%	273,3%	48,3%	90,3%	391,1%	273,3%
Pirai	-30,9%	15,2%	4,2%	17,7%	47,0%	43,1%	-	329,4%	15,6%	29,6%	21,8%	90,7%
Porto Real	107,1%	-4,7%	23,0%	31,9%	116,1%	98,3%	-8,6%	343,1%	112,8%	57,4%	18,2%	89,8%
Quatis	15,5%	0,8%	-	-	48,6%	118,4%	19,0%	5,0%	41,3%	64,0%	19,0%	5,0%
Resende	53,8%	111,5%	-7,2%	-	39,1%	56,9%	72,5%	69,4%	41,2%	66,8%	16,5%	107,8%
Rio Claro	37,8%	-32,6%	-	-	101,8%	60,6%	-	-100,0%	91,0%	23,9%	-	-100,0%
Rio das Flores	15,3%	-79,8%	-3,8%	-	29,5%	86,1%	-	-84,3%	25,6%	-41,3%	10,5%	48,4%
Valença	55,0%	32,4%	42,4%	-	28,0%	38,6%	-13,8%	-12,2%	33,5%	36,3%	19,2%	-12,2%
Volta Redonda	13,5%	43,8%	29,7%	50,3%	29,3%	44,1%	38,1%	20,8%	26,5%	44,0%	34,3%	33,7%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

O município de Porto Real concentrou quase 15% do emprego em indústrias de grande porte de toda a Região do Médio Paraíba, atrás apenas de Volta Redonda.

O município de Volta Redonda reafirmou sua liderança no número de trabalhadores formais em todos os tamanhos de empresa. A participação da cidade no total de pequenas empresas da região possuía a menor diferença com relação ao segundo maior empregador, Barra Mansa (0,2 ponto percentual). Os dois municípios, quando somados, representaram quase a metade do emprego da região em todos os portes. Do grande peso do

emprego industrial de Porto Real, percebeu-se que este se estabeleceu através de grandes fábricas. As micro e pequenas em indústria e construção civil, por outro lado, estavam mais bem distribuídas no território. No total das médias, cerca de um quinto dos trabalhadores da região estava em Resende e mais de um terço em Volta Redonda. Das empresas de grande porte, quase a metade (44,1%) dos trabalhadores estava em Volta Redonda – Tabela 38.

TABELA 38

Distribuição (%) do Número de Empregados entre os Municípios da Região do Médio Paraíba, Segundo Porte de Empresas (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços							
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande
Região do Médio Paraíba	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Barra do Pirai	11,6%	11,9%	8,5%	3,7%	8,4%	10,0%	9,0%	6,1%	9,0%	10,4%	8,7%	5,2%
Barra Mansa	20,1%	21,5%	12,2%	7,2%	19,2%	19,5%	21,0%	18,9%	19,4%	19,9%	16,4%	14,3%
Itatiaia	3,6%	3,9%	2,9%	5,0%	4,1%	3,2%	1,6%	2,8%	4,0%	3,4%	2,3%	3,6%
Pinheiral	2,6%	4,0%	0,0%	0,0%	1,7%	1,4%	2,0%	1,3%	1,9%	2,0%	0,9%	0,8%
Pirai	3,1%	5,0%	6,0%	3,0%	2,2%	1,9%	1,1%	2,2%	2,4%	2,6%	3,6%	2,5%
Porto Real	3,8%	2,5%	9,0%	14,9%	1,6%	2,3%	1,3%	7,3%	2,0%	2,3%	5,3%	10,3%
Quatis	1,2%	1,2%	0,0%	0,0%	1,2%	0,9%	1,0%	0,3%	1,2%	1,0%	0,5%	0,2%
Resende	14,3%	17,8%	20,7%	7,8%	17,9%	17,3%	17,6%	21,9%	17,2%	17,4%	19,2%	16,4%
Rio Claro	0,9%	0,3%	0,0%	0,0%	1,5%	0,3%	0,0%	0,0%	1,4%	0,3%	0,0%	0,0%
Rio das Flores	1,0%	0,2%	3,3%	3,2%	0,7%	0,2%	0,5%	0,2%	0,7%	0,2%	2,0%	1,4%
Valença	9,6%	10,1%	9,2%	0,0%	7,0%	5,3%	4,2%	2,0%	7,5%	6,4%	6,8%	1,2%
Volta Redonda	28,2%	21,7%	28,1%	55,3%	34,6%	37,8%	40,7%	36,9%	33,4%	34,2%	34,2%	44,1%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Quase 40% do emprego formal da Região do Médio Paraíba estava em empresas de grande porte do setor industrial e da construção civil.

Para os municípios que apresentaram empresas industriais de grande porte em seus territórios, a maior parte do emprego se concentrou nas mesmas. Porém em alguns municípios como Rio Claro, por exemplo, que só contém as duas primeiras categorias de porte, a soma dos trabalhadores de todas as microempresas superou o contingente que atuou em estabelecimentos de pequeno porte, concentrando quase 70% do total de empregados do município. No somatório dos

setores em análise, o total por porte, percebeu-se que devido à concentração de empregos formais na cidade de Volta Redonda e devido ao peso das maiores empresas, o percentual de empregados em firmas de grande porte superou os demais, na maioria dos casos, à exceção daqueles que não possuíam firmas com mais de 500 empregados, no caso da indústria, ou estabelecimentos com mais de 100, no caso de comércio e serviços – Tabela 39.

39 TABELA

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total (A + B)			
	Indústria & Construção Civil (A)				Comércio & Serviços (B)				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
Região do Médio Paraíba	11,3%	17,4%	25,1%	46,2%	24,2%	29,3%	11,3%	35,2%	20,0%	25,4%	15,8%	38,8%
Barra do Pirai	18,2%	28,6%	29,5%	23,6%	24,9%	36,0%	12,5%	26,5%	22,9%	33,8%	17,6%	25,7%
Barra Mansa	18,3%	30,2%	24,7%	26,8%	24,0%	29,5%	12,2%	34,3%	22,6%	29,7%	15,2%	32,5%
Itatiaia	9,9%	16,4%	17,8%	55,9%	31,8%	30,6%	5,9%	31,7%	23,2%	25,0%	10,6%	41,2%
Pinheiral	29,3%	70,7%	0,0%	0,0%	28,1%	26,8%	14,8%	30,2%	28,4%	37,6%	11,2%	22,8%
Pirai	8,5%	21,1%	36,4%	34,0%	27,1%	28,3%	6,2%	38,4%	17,7%	24,7%	21,4%	36,2%
Porto Real	4,3%	4,3%	22,6%	68,8%	10,0%	17,7%	3,8%	68,5%	6,8%	10,2%	14,4%	68,7%
Quatis	38,3%	61,7%	0,0%	0,0%	38,5%	34,3%	14,2%	13,0%	38,5%	39,2%	11,7%	10,7%
Resende	12,0%	22,9%	38,5%	26,6%	22,7%	26,6%	10,4%	40,4%	19,9%	25,6%	17,6%	36,8%
Rio Claro	68,1%	31,9%	0,0%	0,0%	80,9%	19,1%	0,0%	0,0%	79,1%	20,9%	0,0%	0,0%
Rio das Flores	4,6%	1,6%	33,9%	59,9%	45,0%	14,9%	16,7%	23,4%	14,0%	4,7%	29,9%	51,4%
Valença	21,0%	34,1%	44,9%	0,0%	38,4%	34,9%	10,8%	15,9%	32,1%	34,6%	23,1%	10,2%
Volta Redonda	8,0%	9,6%	17,8%	64,6%	22,6%	29,9%	12,4%	35,0%	17,6%	23,0%	14,3%	45,1%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Segundo o grau de instrução, 67,8% da força de trabalho da Região do Médio Paraíba possuía de 8 a 11 anos de estudo.

O grau de instrução dos trabalhadores formais é um indicativo da relação entre escolaridade e mercado de trabalho. O número de empregados por anos de estudo na Região do Médio Paraíba mostrou que foram poucos os analfabetos em número absoluto e em termos percentuais apresentou taxa menor que a verificada no Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, o maior grau de instrução mensurado (12 anos ou mais), no qual os trabalhadores têm pelo menos curso superior, seja em andamento, concluído ou ainda em fase de pós-graduação, teve menor participação na região do que na média do estado.

A maior concentração dos trabalhadores formais nos 12 municípios do Médio Paraíba estava no grau de instrução referente aos níveis fundamental completo e médio completo ou incompleto, equivalente a 8 a 11 anos de estudo. Sobre os demais níveis, 1 a 3 anos representam os trabalhadores alfabetizados que ao menos ingressaram no ensino fundamental e a faixa de 4 a 7 anos de estudo equivalem aos que cursaram do 5º ao 9º ano do fundamental, mas não o concluíram.

O município de Rio Claro apresentou os maiores percentuais de funcionários na região, nestes dois graus de instrução, respectivamente. Na outra ponta

estava Porto Real, que se destacou como o município onde houve o maior percentual de graduandos e pós-graduandos na região – Tabela 40.

TABELA 40

Número de Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)

Regiões de Governo	Total dos Empregados	Anos de Estudo*				
		Analfabetos	1 a 3 Anos	4 a 7 Anos	8 a 11 Anos	12 Anos ou Mais
ERJ	4.641.380	6.778	120.095	432.741	2.901.700	1.180.066
Região do Médio Paraíba	220.237	299	5.240	21.901	149.398	43.399
Volta Redonda	75.585	47	1.733	6.358	52.653	14.794
Resende	38.086	60	686	3.166	25.114	9.060
Barra Mansa	37.382	41	794	4.539	25.956	6.052
Barra do Piraí	17.724	33	464	2.129	12.073	3.025
Valença	12.414	30	410	1.676	7.891	2.407
Porto Real	12.185	6	117	664	8.148	3.250
Itatiaia	8.056	6	181	882	5.625	1.362
Piraí	7.366	15	245	936	4.954	1.216
Pinheiral	3.696	2	97	414	2.462	721
Rio das Flores	3.024	20	127	481	1.915	481
Rio Claro	2.396	34	305	400	1.214	443
Quatis	2.323	5	81	256	1.393	588

FONTE: RAIS/MTE (2015).

NOTA: * Correspondência dos anos de estudo: 1 a 3 anos de estudo (até o 5º ano do ensino fundamental incompleto); 4 a 7 anos de estudo (do 5º ano do ensino fundamental completo ao 9º ano do ensino fundamental incompleto); 8 a 11 anos de estudo (ensinos fundamental e médio completos); 12 anos ou mais (ao menos o superior incompleto).

Em 2014, a maior média salarial do Médio Paraíba foi de Porto Real (R\$ 2.782), valor superior ao salário-médio estadual.

A relação entre escolaridade e remuneração do trabalhador é definida pela divisão da massa salarial pela quantidade de empregados a cada grau de instrução. A intuição é a de que haja “prêmio salarial”, ou seja, quanto maior a escolaridade maior o salário recebido. Entretanto, nem sempre é o que acontece para a média do Estado do Rio de Janeiro e em alguns municípios da Região do Médio Paraíba, que chegaram a pagar salários um pouco superiores àqueles que pararam os estudos após a alfabetização em comparação àqueles que interromperam os estudos próximos de completar o ensino fundamental. O “efeito-diploma”

foi de fato observado a partir dos 7 anos de estudo, quando os salários-médios receberam acréscimos substantivos conforme o grau obtido pelo trabalhador. O maior salto estava na média do estado, na passagem do nível médio para o nível superior, quando a remuneração média mais que triplicou. Na região a maior elevação sentida no salário estava em Porto Real (154%), aumentando, em média, R\$ 3.075 a remuneração do trabalhador que cursava ou já cursou faculdade. Ganhou acréscimo de 153% em Resende e Pirai, o que equivaleu a mais de dois mil reais no fim do mês, para os moradores dos dois municípios – Tabela 41.

41 TABELA

Remuneração Média (R\$) dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)

Regiões de Governo	Total dos Empregados	Anos de Estudo*				
		Analfabetos	1 a 3 Anos	4 a 7 Anos	8 a 11 Anos	12 Anos ou Mais
ERJ	2.779	1.219	1.505	1.477	1.872	5.625
Região do Médio Paraíba	1.904	994	1.245	1.298	1.540	3.550
Porto Real	2.782	1.094	1.143	1.403	2.003	5.077
Resende	2.363	980	1.190	1.325	1.704	4.650
Itatiaia	2.066	846	1.158	1.244	1.730	4.109
Pirai	1.962	934	1.452	1.582	1.551	4.045
Volta Redonda	1.865	1.310	1.427	1.317	1.547	3.284
Barra Mansa	1.698	921	1.169	1.372	1.497	2.882
Barra do Pirai	1.507	879	1.050	1.149	1.258	2.832
Rio Claro	1.436	809	1.019	1.061	1.251	2.618
Valença	1.430	983	1.051	1.123	1.202	2.463
Rio das Flores	1.407	993	1.323	1.302	1.325	1.881
Quatis	1.377	1.110	1.348	1.133	1.212	1.880
Pinheiral	1.243	995	1.050	1.081	1.149	1.687

FONTE: RAIS/MTE (2015).

NOTA: * Correspondência dos anos de estudo: 1 a 3 anos de estudo (até o 5º ano do ensino fundamental incompleto); 4 a 7 anos de estudo (do 5º ano do ensino fundamental completo ao 9º ano do ensino fundamental incompleto); 8 a 11 anos de estudo (ensinos fundamental e médio completos); 12 anos ou mais (ao menos o superior incompleto).

4.5 ESTABELECIMENTOS

O quantitativo de estabelecimentos formais e a evolução destes nas regiões político-administrativas do Estado do Rio refletem a criação de novas empresas e/ou a formalização de negócios antes não registrados. Esta análise possibilita inclusive, diferenciar as empresas por tamanho, segundo o número de empregados. Na Região do Médio Paraíba, por exemplo, como visto na seção anterior, 21,8% dos trabalhadores formais estavam alocados na indústria de transformação. Entretanto, como apresentado adiante, apenas 7% dos estabelecimentos pertenceu

a este segmento. Em outras palavras, os 1.165 estabelecimentos da indústria de transformação empregaram em 2014, em média, 41 funcionários cada.

Por outro lado, os segmentos de comércio e serviços juntos responderam praticamente por 82% de todos os estabelecimentos formalizados na região.

Contabilizando 13.571 empresas, estes dois segmentos, porém, apresentaram média de nove empregados, refletindo uma diferente configuração setorial.

Todos os estabelecimentos formais, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), declaram suas atividades ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), gerando uma ampla base de dados sobre as firmas instaladas no país.

O Médio Paraíba, mesmo assumindo uma nova configuração industrial nas últimas décadas, ainda possuía 15% do total de estabelecimentos agropecuários formais do ERJ.

Por ser caracterizado por estabelecimentos de maior porte, o setor industrial concentrou 27,6% dos empregados em 11,5% do total das empresas da Região do Médio Paraíba. Ou seja, foram empresas que empregaram mais funcionários que em estabelecimentos comerciais ou em escritórios, por exemplo. Empresas formalizadas na indústria extrativa mineral e em serviços industriais de utilidade pública apresentaram-se em menor número ou até mesmo foram inexistentes em alguns municípios. Quando adicionadas aos da construção civil e da indústria de transformação, somaram 1.910

empresas industriais no todo da região, contra 13.571 do setor de comércio e serviços.

No outro extremo dos segmentos, Valença foi o município do Médio Paraíba que mais apresentou estabelecimentos formais no segmento de agropecuária, extração vegetal, caça e pesca. Ao todo, foram 295 estabelecimentos, representando mais de um quarto do total, o que ainda traduziu uma importância do cultivo de algumas culturas na região. Foi seguido por Resende, Barra Mansa, Barra do Pirai e Rio Claro, todos com mais de cem estabelecimentos deste mesmo segmento – Tabela 42.

42 TABELA

Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba em 2014, Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec. Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	287.851	678	19.956	635	11.291	105.948	141.465	711	7.167
Região do Médio Paraíba	16.589	28	1.165	42	675	7.081	6.490	45	1.063
Volta Redonda	5.267	6	305	8	227	2.552	2.139	6	24
Barra Mansa	3.193	5	258	3	111	1.424	1.251	6	135
Resende	2.837	2	153	12	125	1.111	1.262	5	167
Barra do Pirai	1.527	2	126	3	69	606	577	7	137
Valença	1.403	9	121	4	37	507	426	4	295
Itatiaia	659	1	52	1	25	232	332	2	14
Pirai	429	1	37	4	22	147	140	3	75
Pinheiral	303	0	31	0	15	146	94	3	14
Rio Claro	300	0	8	2	7	119	51	3	110
Porto Real	285	0	41	2	20	105	108	2	7
Quatis	216	1	11	3	11	80	68	2	40
Rio das Flores	170	1	22	0	6	52	42	2	45

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

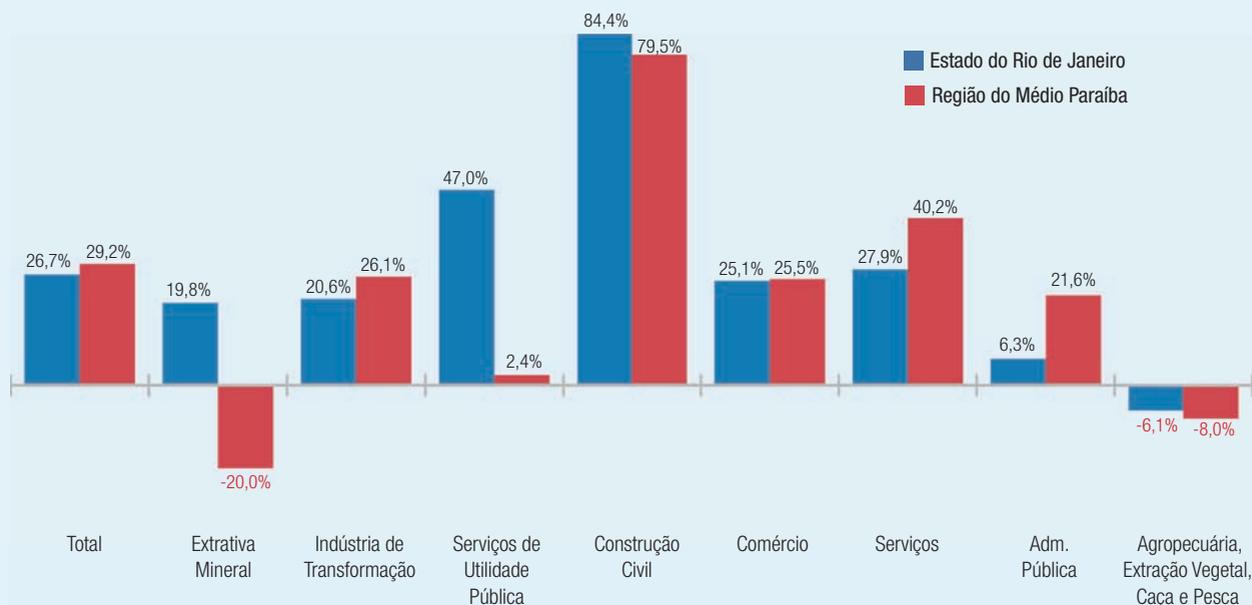
A partir de 2007, a Região do Médio Paraíba apresentou segmentos com crescimento maior que a média estadual. O setor industrial, por exemplo, apresentou elevação de 38,8%, com saldo, em 2014, de 534 empresas a mais em atividade, quando comparado a 2006. A indústria de transformação por si só teve elevação de 26,1%,

superando o crescimento médio do estado no segmento em 5,4 pontos percentuais. Dos segmentos que apresentaram queda, a indústria extrativa mineral não mais possuía estabelecimentos em Pinheiral, onde havia um estabelecimento. De 2006 para 2014, empresas relacionadas ao agronegócio fecharam o período com 93 firmas a menos – Gráfico 10 e Tabela 43.

De 2006 a 2014, a elevação do número de estabelecimentos na Região do Médio Paraíba superou em quase três pontos percentuais a média do estado.

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

GRÁFICO 10



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

TABELA 43

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec., Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	26,7%	19,8%	20,6%	47,0%	84,4%	25,1%	27,9%	6,3%	-6,1%
Região do Médio Paraíba	29,2%	-20,0%	26,1%	2,4%	79,5%	25,5%	40,2%	21,6%	-8,0%
Porto Real	87,5%	—	41,4%	—	100,0%	133,3%	80,0%	0,0%	16,7%
Itatiaia	51,5%	—	147,6%	0,0%	56,3%	46,8%	51,6%	-33,3%	-17,6%
Pinheiral	46,4%	-100,0%	3,3%	—	114,3%	44,6%	64,9%	50,0%	55,6%
Resende	37,7%	-50,0%	28,6%	50,0%	177,8%	31,9%	44,4%	25,0%	1,2%
Volta Redonda	30,5%	-33,3%	18,7%	60,0%	73,3%	23,7%	38,6%	0,0%	14,3%
Quatis	28,6%	-50,0%	37,5%	200,0%	37,5%	19,4%	70,0%	100,0%	-2,4%
Barra Mansa	25,1%	-28,6%	29,0%	-70,0%	85,0%	19,3%	39,3%	20,0%	-24,2%
Rio Claro	24,5%	—	-27,3%	100,0%	75,0%	58,7%	54,5%	50,0%	-4,3%
Barra do Pirai	23,7%	-33,3%	5,9%	0,0%	76,9%	15,6%	36,7%	133,3%	13,2%
Pirai	16,6%	—	-5,1%	-33,3%	-4,3%	31,3%	38,6%	-25,0%	-9,6%
Valença	15,5%	28,6%	51,3%	-33,3%	27,6%	19,0%	22,1%	33,3%	-6,3%
Rio das Flores	-1,2%	-50,0%	100,0%	—	50,0%	52,9%	23,5%	0,0%	-47,1%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

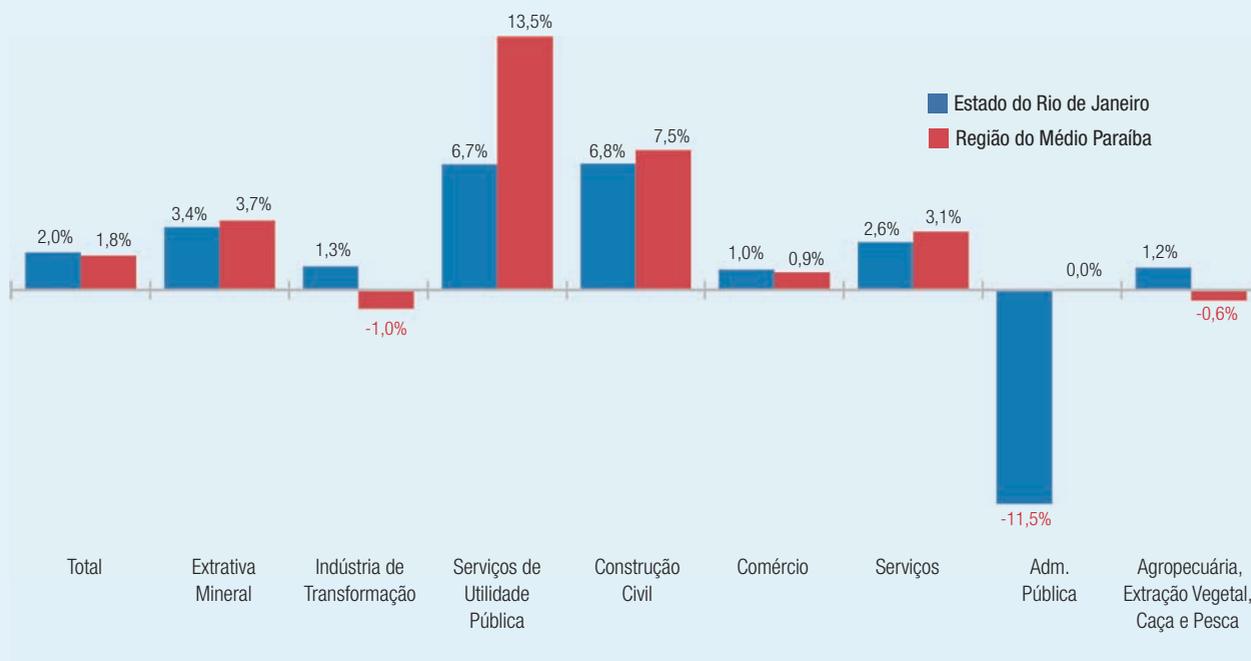
Em 2014, o número de estabelecimentos formais da região aumentou em 298, em comparação com o ano anterior.

Em relação à variação do número de estabelecimentos formais entre 2013 e 2014, a região obteve resultado inferior ao crescimento médio do estado – Gráfico 11. Na construção civil superou em quase um ponto percentual, com 47 estabelecimentos a mais, e nos serviços de utilidade pública, aproximadamente 14 pontos percentuais, tendo sido o que mais cresceu. Essa trajetória demonstrou que no curto prazo a Região

do Médio Paraíba, assim como todo o Estado do Rio de Janeiro apresentou aumento da atração de empresas de um ano para o outro. Em relação às tendências de cada segmento, a região acompanhou o movimento estadual em quase todos os segmentos, as exceções foram indústria de transformação e agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, que apresentaram queda na região e elevação no estado – Tabela 44.

11 GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

TABELA 44

Varição (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec., Extração Vegetal Caça, Pesca
ERJ	2,0%	3,4%	1,3%	6,7%	6,8%	1,1%	2,6%	-11,5%	1,2%
Região do Médio Paraíba	1,8%	3,7%	-1,0%	13,5%	7,5%	0,9%	3,1%	0,0%	-0,6%
Porto Real	7,5%	–	-4,7%	0,0%	17,6%	23,5%	0,9%	0,0%	-22,2%
Piraí	4,1%	–	12,1%	33,3%	10,0%	2,1%	1,4%	0,0%	5,6%
Rio Claro	3,1%	–	0,0%	100,0%	40,0%	2,6%	15,9%	-25,0%	-2,7%
Valença	2,9%	12,5%	1,7%	0,0%	-9,8%	2,2%	6,8%	0,0%	1,0%
Quatis	2,9%	0,0%	-15,4%	200,0%	0,0%	-4,8%	21,4%	0,0%	-4,8%
Barra Mansa	2,3%	0,0%	-1,1%	-25,0%	3,7%	1,1%	4,2%	0,0%	4,7%
Itatiaia	2,0%	–	4,0%	0,0%	4,2%	-0,4%	1,8%	0,0%	40,0%
Volta Redonda	2,0%	0,0%	-0,7%	14,3%	9,7%	1,9%	1,6%	0,0%	14,3%
Pinheiral	1,3%	–	3,3%	–	-11,8%	0,7%	4,4%	0,0%	0,0%
Resende	0,6%	-33,3%	-3,2%	20,0%	14,7%	-2,4%	3,5%	0,0%	-5,6%
Barra do Piraí	0,3%	-33,3%	-6,0%	-25,0%	9,5%	-1,3%	1,8%	16,7%	3,8%
Rio das Flores	-4,5%	0,0%	4,8%	–	-14,3%	10,6%	2,4%	0,0%	-23,7%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

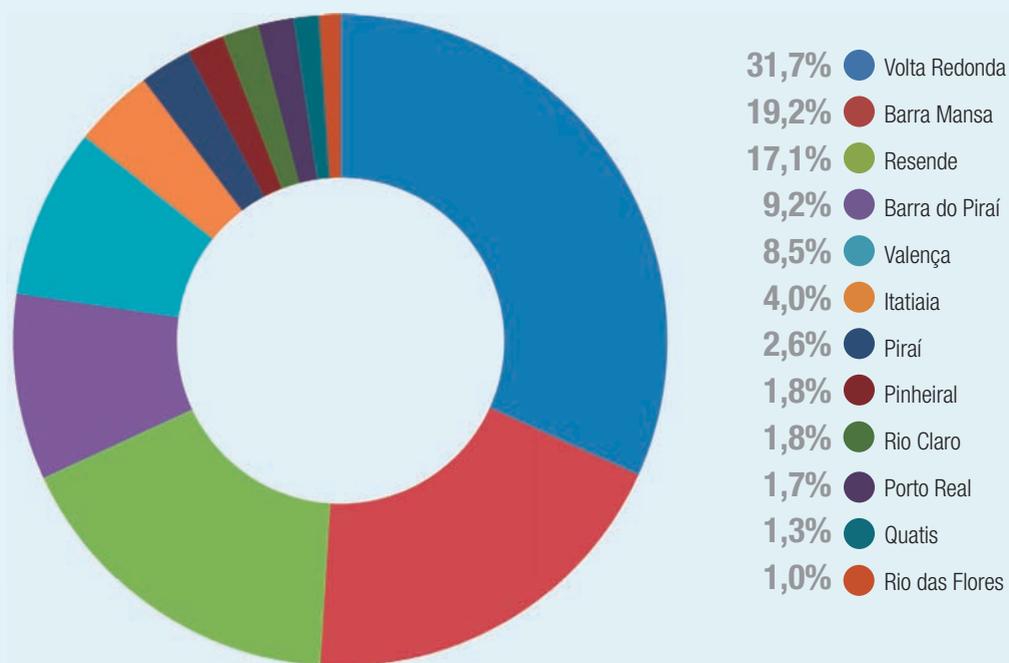
Volta Redonda concentrou 31,7% dos estabelecimentos formais da Região do Médio Paraíba.

O Gráfico 12 e a Tabela 45 apresentam as localidades que mais possuíam estabelecimentos na Região do Médio Paraíba, em cada um dos segmentos classificados pelo IBGE. Em termos de participação relativa, o município de Volta Redonda não possuía liderança em quatro dos oito segmentos: extrativa mineral, no qual Valença deteve 32,1% dos estabelecimentos; serviços de utilidade pública, no qual Resende foi o maior empregador, com 28,6% do total de empresas geradoras e

distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana; na administração pública, Barra do Piraí deteve 15,6% das instituições; e em agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, o município de Valença possuía 27,8% dos estabelecimentos formalizados. Quase dois terços de todo o emprego industrial estava localizado nos três maiores municípios em população, Volta Redonda, Barra Mansa e Resende que representaram, portanto, polos que centralizaram a oferta de emprego no Médio Paraíba.

12 GRÁFICO

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Município da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)



FONTE: RAIS/MTE (2015).

45 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec., Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região do Médio Paraíba	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Volta Redonda	31,7%	21,4%	26,2%	19,0%	33,6%	36,0%	33,0%	13,3%	2,3%
Barra Mansa	19,2%	17,9%	22,1%	7,1%	16,4%	20,1%	19,3%	13,3%	12,7%
Resende	17,1%	7,1%	13,1%	28,6%	18,5%	15,7%	19,4%	11,1%	15,7%
Barra do Pirai	9,2%	7,1%	10,8%	7,1%	10,2%	8,6%	8,9%	15,6%	12,9%
Valença	8,5%	32,1%	10,4%	9,5%	5,5%	7,2%	6,6%	8,9%	27,8%
Itatiaia	4,0%	3,6%	4,5%	2,4%	3,7%	3,3%	5,1%	4,4%	1,3%
Pirai	2,6%	3,6%	3,2%	9,5%	3,3%	2,1%	2,2%	6,7%	7,1%
Pinheiral	1,8%	0,0%	2,7%	0,0%	2,2%	2,1%	1,4%	6,7%	1,3%
Rio Claro	1,8%	0,0%	0,7%	4,8%	1,0%	1,7%	0,8%	6,7%	10,3%
Porto Real	1,7%	0,0%	3,5%	4,8%	3,0%	1,5%	1,7%	4,4%	0,7%
Quatis	1,3%	3,6%	0,9%	7,1%	1,6%	1,1%	1,0%	4,4%	3,8%
Rio das Flores	1,0%	3,6%	1,9%	0,0%	0,9%	0,7%	0,6%	4,4%	4,2%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Nota: * O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

A Tabela 46 apresenta as potencialidades do Médio Paraíba. Foi possível definir os segmentos onde houve a maior oferta de empresas, fábricas e instituições que empregaram nos 12 municípios.

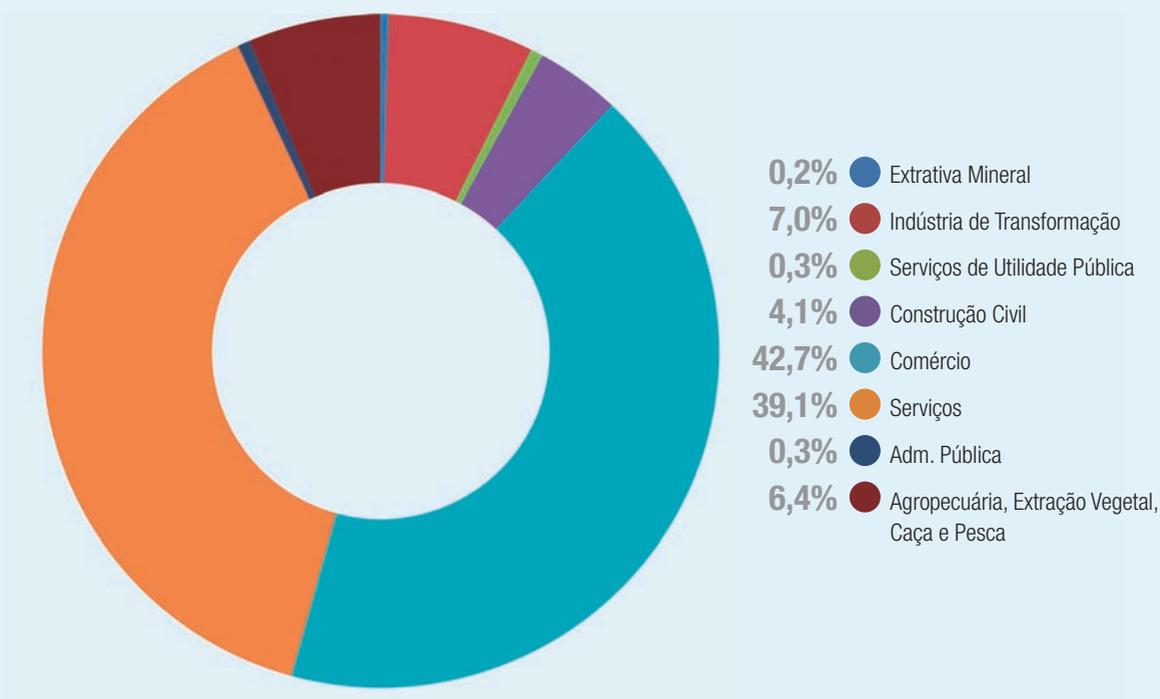
Como dito na introdução desta seção, em termos de

estabelecimentos formais, o setor de comércio liderou o ranking dos segmentos, com quase a metade dos estabelecimentos em atividade na região como um todo. Houve municípios onde o segmento de serviços superou essa liderança, porém com margem estreita – Gráfico 13.

Na média regional, o segmento de comércio foi o que mais possuía estabelecimentos, 7.081, segundo último levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)

GRÁFICO 13



FONTE: RAIS/MTE (2015).

46 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec., Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região do Médio Paraíba	100,0%	0,2%	7,0%	0,3%	4,1%	42,7%	39,1%	0,3%	6,4%
Barra do Pirai	100,0%	0,1%	8,3%	0,2%	4,5%	39,7%	37,8%	0,5%	9,0%
Barra Mansa	100,0%	0,2%	8,1%	0,1%	3,5%	44,6%	39,2%	0,2%	4,2%
Itatiaia	100,0%	0,2%	7,9%	0,2%	3,8%	35,2%	50,4%	0,3%	2,1%
Pinheiral	100,0%	0,0%	10,2%	0,0%	5,0%	48,2%	31,0%	1,0%	4,6%
Pirai	100,0%	0,2%	8,6%	0,9%	5,1%	34,3%	32,6%	0,7%	17,5%
Porto Real	100,0%	0,0%	14,4%	0,7%	7,0%	36,8%	37,9%	0,7%	2,5%
Quatis	100,0%	0,5%	5,1%	1,4%	5,1%	37,0%	31,5%	0,9%	18,5%
Resende	100,0%	0,1%	5,4%	0,4%	4,4%	39,2%	44,5%	0,2%	5,9%
Rio Claro	100,0%	0,0%	2,7%	0,7%	2,3%	39,7%	17,0%	1,0%	36,7%
Rio das Flores	100,0%	0,6%	12,9%	0,0%	3,5%	30,6%	24,7%	1,2%	26,5%
Valença	100,0%	0,6%	8,6%	0,3%	2,6%	36,1%	30,4%	0,3%	21,0%
Volta Redonda	100,0%	0,1%	5,8%	0,2%	4,3%	48,5%	40,6%	0,1%	0,5%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Na Região do Médio Paraíba estavam 7% das empresas de grande porte dos setores indústria e construção civil do Estado do Rio, atrás apenas da Região Metropolitana, que possuía 70%, e da Região Norte Fluminense, com 15%. No entanto, em número de estabelecimentos os setores de comércio e serviços possuía supremacia no total, representaram 91% do total das firmas de grande porte e 87,9%

das micro e pequenas. Em sete anos, o total destas duas categorias (MPes), cresceu 32,7%, mesmo em municípios que perderam estabelecimentos industriais e/ou de construção civil. No total, somente os municípios que perderam suas grandes empresas de comércio e serviços, Rio Claro e Valença, tiveram variações negativas no total por porte – Tabela 47 e Tabela 48.

Na Região do Médio Paraíba, 16 grandes firmas industriais empregaram mais de 28 mil empregados. Média de quase 1.756 funcionários por empresa industrial de grande porte da região.

TABELA 47

Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços							
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande
ERJ	26.752	4.557	1.028	223	197.309	42.303	4.381	3.420	224.061	46.860	5.409	3.643
Região do Médio Paraíba	1.558	260	76	16	11.280	1.927	203	161	12.838	2.187	279	177
Barra do Pirai	161	30	8	1	953	196	18	16	1.114	226	26	17
Barra Mansa	306	57	12	2	2.233	369	42	31	2.539	426	54	33
Itatiaia	67	9	2	1	487	69	4	4	554	78	6	5
Pinheiral	36	10	0	0	206	28	4	2	242	38	4	2
Pirai	47	13	3	1	247	35	2	3	294	48	5	4
Porto Real	48	7	5	3	166	39	3	5	214	46	8	8
Quatis	22	4	0	0	129	16	2	1	151	20	2	1
Resende	227	47	15	3	1.967	335	35	36	2.194	382	50	39
Rio Claro	16	1	0	0	164	6	0	0	180	7	0	0
Rio das Flores	23	1	4	1	87	5	1	1	110	6	5	2
Valença	140	22	9	0	818	102	8	5	958	124	17	5
Volta Redonda	465	59	18	4	3.823	727	84	57	4.288	786	102	61

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

TABELA 48

Variação do Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região do Médio Paraíba entre 2006 e 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços							
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande
ERJ	38,5%	32,6%	33,2%	59,3%	23,7%	39,5%	41,5%	41,1%	25,3%	38,8%	39,8%	42,1%
Região do Médio Paraíba	38,1%	45,3%	31,0%	45,5%	30,4%	41,6%	37,2%	46,4%	31,3%	42,0%	35,4%	46,3%
Barra do Pirai	20,1%	25,0%	100,0%	-50,0%	23,4%	34,2%	-5,3%	77,8%	23,0%	32,9%	13,0%	54,5%
Barra Mansa	37,8%	26,7%	50,0%	0,0%	26,9%	29,5%	55,6%	47,6%	28,2%	29,1%	54,3%	43,5%
Itatiaia	103,0%	350,0%	0,0%	0,0%	49,4%	43,8%	300,0%	100,0%	54,3%	56,0%	100,0%	66,7%
Pinheiral	20,0%	25,0%	-	-	45,1%	100,0%	300,0%	100,0%	40,7%	72,7%	300,0%	100,0%
Pirai	-14,5%	44,4%	0,0%	0,0%	32,8%	34,6%	-	200,0%	22,0%	37,1%	66,7%	100,0%
Porto Real	77,8%	16,7%	25,0%	50,0%	104,9%	95,0%	0,0%	400,0%	98,1%	76,9%	14,3%	166,7%
Quatis	37,5%	33,3%	-	-	35,8%	77,8%	0,0%	0,0%	36,0%	66,7%	0,0%	0,0%
Resende	63,3%	113,6%	0,0%	-	35,0%	53,7%	59,1%	89,5%	37,5%	59,2%	35,1%	105,3%
Rio Claro	14,3%	-50,0%	-	-	62,4%	0,0%	-	-100,0%	56,5%	-12,5%	-	-100,0%
Rio das Flores	76,9%	-50,0%	100,0%	-	35,9%	150,0%	-	-50,0%	42,9%	50,0%	150,0%	0,0%
Valença	40,0%	22,2%	125,0%	-	20,8%	27,5%	-27,3%	-28,6%	23,3%	26,5%	13,3%	-28,6%
Volta Redonda	34,8%	55,3%	12,5%	33,3%	27,8%	43,4%	35,5%	26,7%	28,5%	44,2%	30,8%	27,1%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Como nas tabelas discriminadas por porte não entram dois dos oito setores, administração pública e agropecuária, o total de estabelecimentos classificados por porte não representam o total de estabelecimentos da região, mas são uma *proxy* das firmas presentes no espaço

urbano. Em todos os portes, o total das empresas seguiu um terço concentrado em Volta Redonda e um quinto em Barra Mansa, ou seja, as duas cidades juntas possuíam mais da metade das empresas dos setores da indústria e de comércio e serviços – Tabela 49.

Mais de um terço do total de firmas da indústria, comércio e serviços estava no município de Volta Redonda.

49 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos entre os Municípios da Região do Médio Paraíba, Segundo Porte de Empresas (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
Região do Médio Paraíba	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Barra do Pirai	10,3%	11,5%	10,5%	6,3%	8,4%	10,2%	8,9%	9,9%	8,7%	10,3%	9,3%	9,6%
Barra Mansa	19,6%	21,9%	15,8%	12,5%	19,8%	19,1%	20,7%	19,3%	19,8%	19,5%	19,4%	18,6%
Itatiaia	4,3%	3,5%	2,6%	6,3%	4,3%	3,6%	2,0%	2,5%	4,3%	3,6%	2,2%	2,8%
Pinheiral	2,3%	3,8%	0,0%	0,0%	1,8%	1,5%	2,0%	1,2%	1,9%	1,7%	1,4%	1,1%
Pirai	3,0%	5,0%	3,9%	6,3%	2,2%	1,8%	1,0%	1,9%	2,3%	2,2%	1,8%	2,3%
Porto Real	3,1%	2,7%	6,6%	18,8%	1,5%	2,0%	1,5%	3,1%	1,7%	2,1%	2,9%	4,5%
Quatis	1,4%	1,5%	0,0%	0,0%	1,1%	0,8%	1,0%	0,6%	1,2%	0,9%	0,7%	0,6%
Resende	14,6%	18,1%	19,7%	18,8%	17,4%	17,4%	17,2%	22,4%	17,1%	17,5%	17,9%	22,0%
Rio Claro	1,0%	0,4%	0,0%	0,0%	1,5%	0,3%	0,0%	0,0%	1,4%	0,3%	0,0%	0,0%
Rio das Flores	1,5%	0,4%	5,3%	6,3%	0,8%	0,3%	0,5%	0,6%	0,9%	0,3%	1,8%	1,1%
Valença	9,0%	8,5%	11,8%	0,0%	7,3%	5,3%	3,9%	3,1%	7,5%	5,7%	6,1%	2,8%
Volta Redonda	29,8%	22,7%	23,7%	25,0%	33,9%	37,7%	41,4%	35,4%	33,4%	35,9%	36,6%	34,5%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

As microempresas representaram 82,9% do total de empresas da Região do Médio Paraíba.

Com apenas 1,1% do total de estabelecimentos dos quatro setores de análise, as empresas de grande porte absorveram 38,8% do emprego. Em se tratando exclusivamente do setor industrial e da construção civil, as grandes empresas detiveram apenas 0,8% dos estabelecimentos, porém empregam 46,2% dos empregos industriais. A predominância das empresas micro se repetiu em todos os municípios, com

participação de mais de 70% em todos os municípios, tanto no setor industrial, (até 19 empregados) como no comercial (até 9). Pinheiral e Pirai destoaram por apresentarem maior peso das indústrias de pequeno porte. No comércio e nos serviços o peso das micros foi ainda maior, chegando a 96,5% do estabelecimentos formais em Rio Claro, que não apresentou portes médio e grande – Tabela 50.

TABELA 50

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
Região do Médio Paraíba	81,6%	13,6%	4,0%	0,8%	83,1%	14,2%	1,5%	1,2%	82,9%	14,1%	1,8%	1,1%
Barra do Pirai	80,5%	15,0%	4,0%	0,5%	80,6%	16,6%	1,5%	1,4%	80,5%	16,3%	1,9%	1,2%
Barra Mansa	81,2%	15,1%	3,2%	0,5%	83,5%	13,8%	1,6%	1,2%	83,2%	14,0%	1,8%	1,1%
Itatiaia	84,8%	11,4%	2,5%	1,3%	86,3%	12,2%	0,7%	0,7%	86,2%	12,1%	0,9%	0,8%
Pinheiral	78,3%	21,7%	0,0%	0,0%	85,8%	11,7%	1,7%	0,8%	84,6%	13,3%	1,4%	0,7%
Pirai	73,4%	20,3%	4,7%	1,6%	86,1%	12,2%	0,7%	1,0%	83,8%	13,7%	1,4%	1,1%
Porto Real	76,2%	11,1%	7,9%	4,8%	77,9%	18,3%	1,4%	2,3%	77,5%	16,7%	2,9%	2,9%
Quatis	84,6%	15,4%	0,0%	0,0%	87,2%	10,8%	1,4%	0,7%	86,8%	11,5%	1,1%	0,6%
Resende	77,7%	16,1%	5,1%	1,0%	82,9%	14,1%	1,5%	1,5%	82,3%	14,3%	1,9%	1,5%
Rio Claro	94,1%	5,9%	0,0%	0,0%	96,5%	3,5%	0,0%	0,0%	96,3%	3,7%	0,0%	0,0%
Rio das Flores	79,3%	3,4%	13,8%	3,4%	92,6%	5,3%	1,1%	1,1%	89,4%	4,9%	4,1%	1,6%
Valença	81,9%	12,9%	5,3%	0,0%	87,7%	10,9%	0,9%	0,5%	86,8%	11,2%	1,5%	0,5%
Volta Redonda	85,2%	10,8%	3,3%	0,7%	81,5%	15,5%	1,8%	1,2%	81,9%	15,0%	1,9%	1,2%

FONTE: RAIS/ MTE (2015).

Finanças públicas



O objetivo desta seção é apresentar a evolução das finanças dos municípios localizados na Região do Médio Paraíba, entre os anos de 2006 e 2012.



O objetivo desta seção é apresentar a evolução das finanças dos municípios localizados na Região do Médio Paraíba, entre os anos de 2006 e 2012. Para os dados fiscais foram utilizados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ).⁹ Outra fonte constante na seção foi a Fundação Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados referentes às receitas dos municípios foram atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mês de dezembro de 2012, visando à comparação em termos reais entre os anos analisados. Já para as contas de despesas, os resultados aferidos nos respectivos relatórios são anuais, sendo realizada a atualização monetária diretamente entre os anos comparados.

5.1 RECEITAS CORRENTES

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN, 2007), as receitas correntes se referem a ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, também em atividades operacionais, que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas. Compreendem as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Municípios do Médio Paraíba receberam, em média, R\$ 157 milhões em transferências correntes.

Em 2012, os municípios da Região do Médio Paraíba receberam R\$ 1,9 bilhão em transferências correntes (R\$ 157 milhões, em média). Estas receitas são provenientes de transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior,

de pessoas, de convênios e para o combate à fome (STN, 2007). Volta Redonda (R\$ 496 milhões), Resende (R\$ 276 milhões), Barra Mansa (R\$ 259 milhões) e Porto Real (R\$ 206 milhões) foram os que mais se valeram dessas transferências.¹⁰

⁹ Outra fonte de dados sobre finanças municipais é o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (Sistn), que foi criado para operacionalizar convênio firmado entre Caixa Econômica Federal e Secretaria de Tesouro Nacional (STN), com o objetivo de coletar dados e informações contábeis dos poderes e dos órgãos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e nas portarias expedidas pela STN. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Esse processo resulta na divulgação anual pela STN do banco de dados Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios. Disponível em: <http://www3.stn.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Porém constata-se que alguns municípios não possuem informações no Sistn, conseqüentemente não aparecem no Finbra.

¹⁰ As receitas dos municípios são apresentadas de forma completa no Apêndice 1 deste trabalho.

Dentre os municípios da região, Rio das Flores e Porto Real detiveram as maiores participações das transferências com relação às receitas correntes (92,8% e 91,0%, respectivamente)¹¹. Já

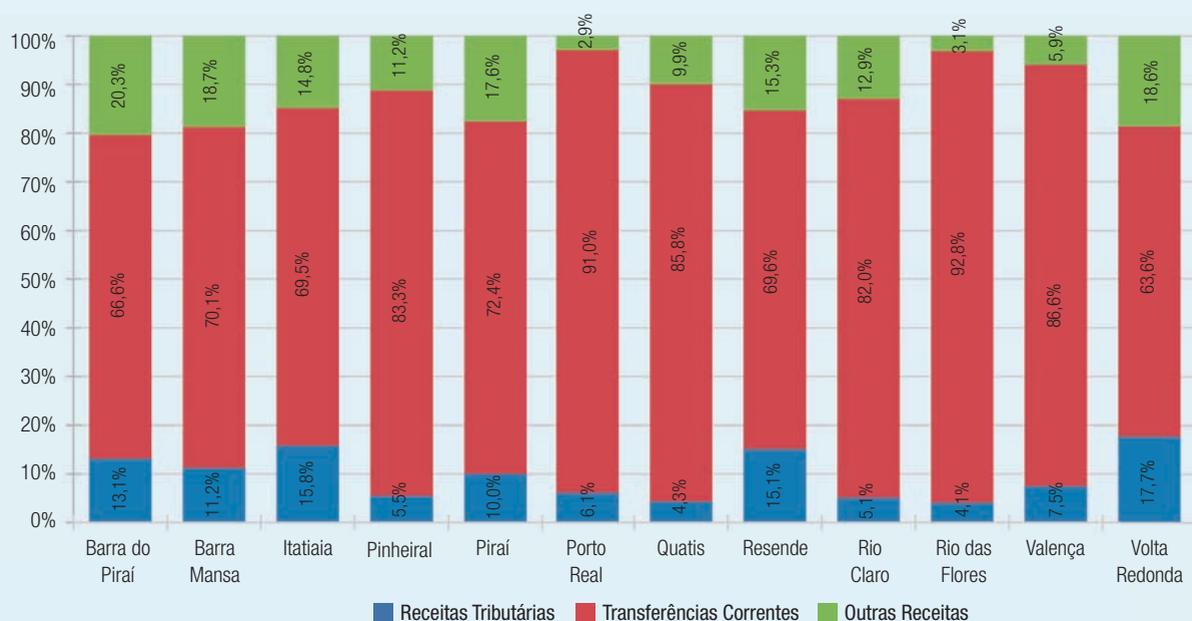
Volta Redonda destacou-se dos demais municípios, com maior parcela da receita tributária proporcionalmente à receita corrente (17,7%) – Gráfico 14.

17,7% da receita corrente de Volta Redonda correspondem à receita tributária própria do município.

14

GRÁFICO

Distribuição (%) das Receitas Tributárias e das Transferências Correntes sobre as Receitas Correntes (2012)



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

¹¹ O peso das receitas sobre os orçamentos encontra-se apresentado no Apêndice 2.

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL OU INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÕES (ICMS)

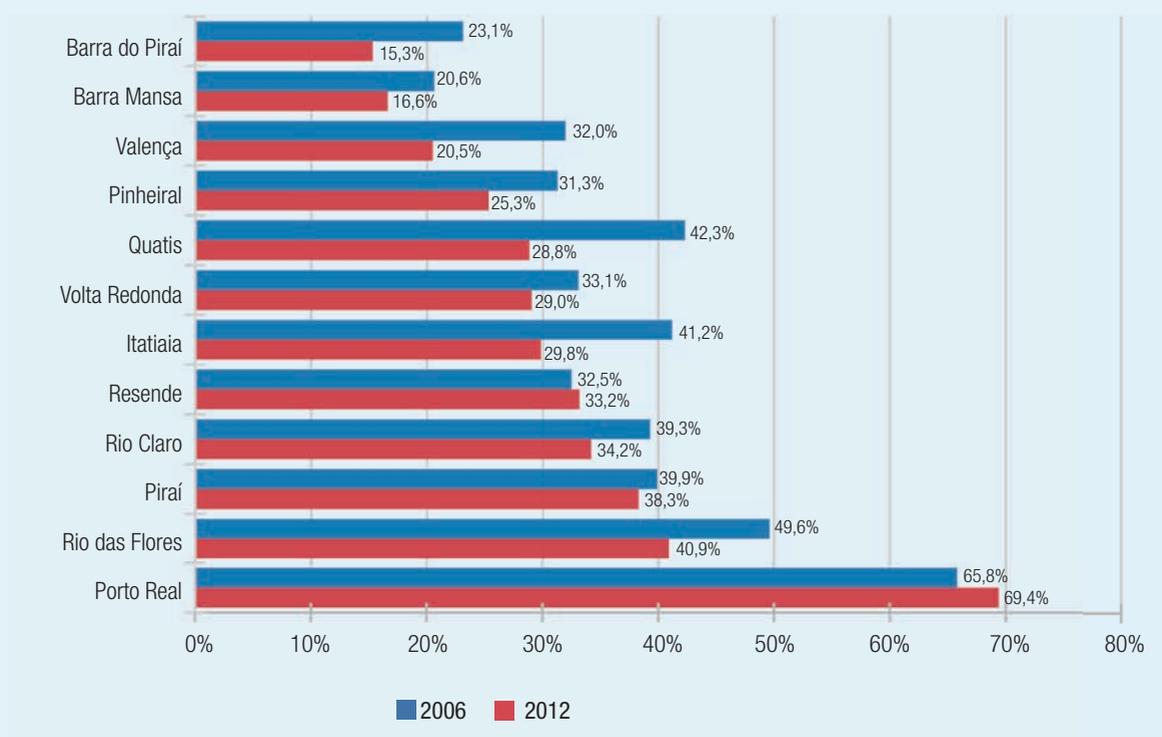
De 2006 para 2012, a cota-parte do ICMS com relação à receita corrente cresceu apenas em Porto Real e Resende.

A parte do ICMS que compete aos municípios (cota-parte) foi maior em Volta Redonda, Porto Real e Resende, tanto em 2006 quanto em 2012. A despeito disso, dez dos doze municípios apresentaram redução na relação cota-parte do ICMS/receitas correntes, entre 2006 e 2012, incluindo-se Volta

Redonda (Gráfico 15). Em 2006, Porto Real era o único município do Médio Paraíba onde a cota-parte do ICMS respondia por mais de 50% da receita corrente (65,8%). Já em 2012, este tributo foi responsável por 69,4% de sua receita corrente municipal.

Distribuição (%) do ICMS sobre as Receitas Correntes (2006 e 2012)

GRÁFICO 15



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

5.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Receitas tributárias são ingressos provenientes da arrecadação de impostos (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU –, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS –, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR), taxas (Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxa pela Prestação de Serviços) e Contribuições de Melhoria.

Com população estimada de 260.180 habitantes em 2012 (IBGE, 2014), Volta Redonda é o município mais populoso da Região do Médio Paraíba e também o que mais arrecadou diretamente (R\$ 138 milhões).

Contudo, se considerarmos as receitas tributárias per capita, verificamos que Porto Real (R\$ 803,17), Itatiaia (R\$ 657,59) e Pirai (R\$ 615,62) superaram Volta Redonda (R\$ 531,66) no mesmo ano (Gráfico 16).

Em 2012, a receita tributária per capita real de Porto Real foi de R\$ 803,17, sendo a maior da Região do Médio Paraíba.

De acordo com o Gráfico 16, entre 2006 e 2012, os 12 municípios do Médio Paraíba apresentaram crescimento real da receita tributária per capita. Esses crescimentos foram devido principalmente aos aumentos nas arrecadações tributárias dos respectivos municípios, tendo apenas Itatiaia e Rio Claro verificado também reduções quanto ao número de população residente, de 5,6% e 2,8%, respectivamente. Destaque para os aumentos da receita tributária per capita em Rio Claro (147%), Porto Real (118,7%) e Pinheiral (112%), únicos da região onde os

valores mais do que dobraram. Por outro lado, o município de Rio das Flores obteve o menor aumento (28,7%) – vide Tabela 52.

Em termos reais, no período compreendido entre 2006 e 2012, os municípios que apresentaram maior incremento monetário da receita tributária per capita foram os de Porto Real e Itatiaia, com saldos de R\$ 435,93 e R\$ 325,80, respectivamente. Outros que também se destacaram foram Resende e Volta Redonda com saldos positivos em torno de R\$ 212,00.

O IR nas prestações de contas de Porto Real merece destaque: em 2012 foi superior em quase oito vezes o IPTU per capita. Em 2006, essa relação era aproximadamente 2,3 vezes. Entre 2006 e 2012 o aumento foi de 225,6%. Já o IPTU per capita em Volta Redonda apresentou crescimento real de 94,5%, passando de R\$ 94,06/população residente em 2006 para R\$ 182,98/população

residente em 2012. O ISS per capita, por sua vez, obteve crescimento de 161% em Barra do Pirai entre 2006 e 2012 (em 2006 era R\$ 51,23/população residente em 2012 passou para R\$ 133,69/população residente). Os valores das receitas tributárias per capita em 2006 e 2012, bem como a evolução entre esses mesmos anos, são explicitados no Apêndice 3.

Entre 2006 e 2012, a receita tributária per capita aumentou em todos os municípios da região.

Receita Tributária Real Per Capita, em R\$ (2006 e 2012)

GRÁFICO 16



FONTES: TCE-RJ e IBGE.

NOTA: valores mensais das receitas tributárias atualizados pelo IPCA para 2012.

51 TABELA

Variação (%) da Receita Tributária Real Per Capita dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006-2012)

Município	Valores em R\$		Variação (%)
	2006	2012	
Rio Claro	86,86	214,54	147,0%
Porto Real	367,24	803,17	118,7%
Pinheiral	69,05	146,38	112,0%
Itatiaia	331,79	657,59	98,2%
Barra do Pirai	127,25	251,13	97,3%
Quatis	91,24	168,83	85,0%
Resende	277,69	490,08	76,5%
Volta Redonda	319,66	531,66	66,3%
Valença	100,55	147,78	47,0%
Pirai	452,69	615,62	36,0%
Barra Mansa	175,30	232,01	32,3%
Rio das Flores	154,59	199,02	28,7%

FONTES: TCE-RJ e IBGE.

NOTA: Valores mensais das receitas tributárias atualizados pelo IPCA para 2012.

O Gráfico 17 e o Gráfico 18 ilustram a trajetória de participação do IPTU e do ISS¹² sobre a receita tributária nos 12 municípios que compõem a Região do Médio Paraíba. Destaque para o crescimento expressivo, de 2006 para 2012, na participação de ISS em Quatis (passando de 21,3% em 2006 para 52% em 2012;

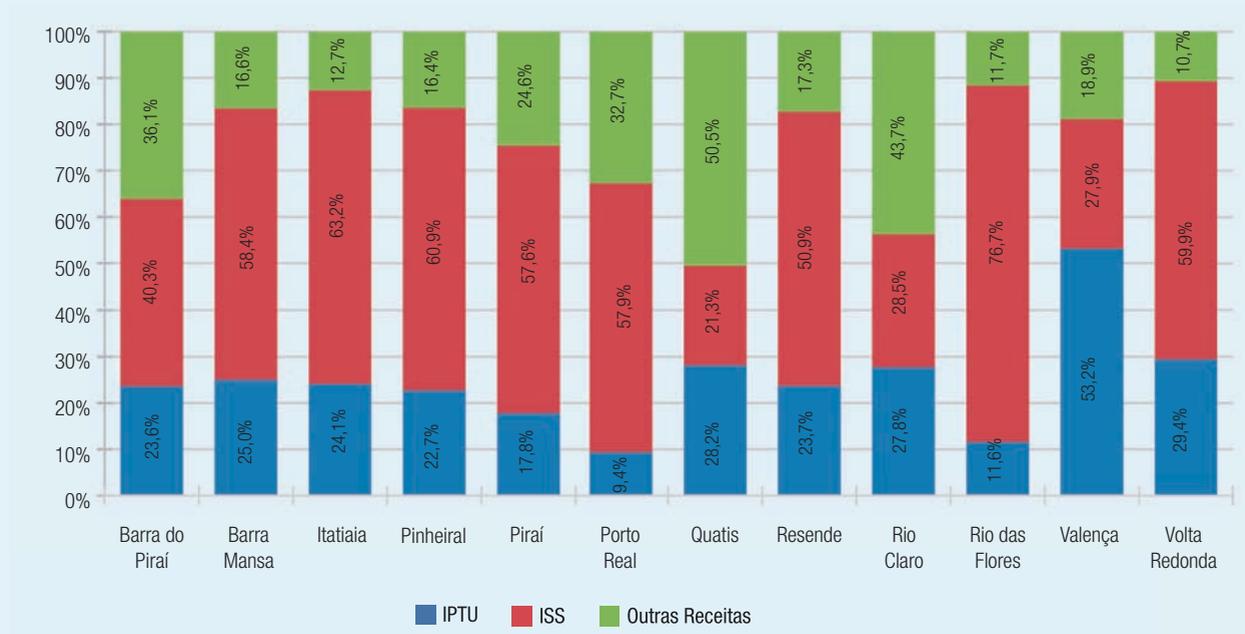
30,7 pontos percentuais) e para a queda de IPTU em Valença (de 53,2% em 2006 para 33,1% em 2012, redução de 20,1 pontos percentuais). Vale ressaltar ainda que em Quatis o peso conjunto do IPTU e do ISS na receita tributária não atingia 50% em 2006. Contudo, passou para quase 70% em 2012.

De 2006 para 2012, a relação ISS/receita tributária em Quatis aumentou 30,7 p.p., enquanto IPTU/receita tributária em Valença reduziu em 20,1 p.p.

¹² IPTU e ISS são, usualmente, os principais tributos que compõem a receita tributária municipal.

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2006)

GRÁFICO 17

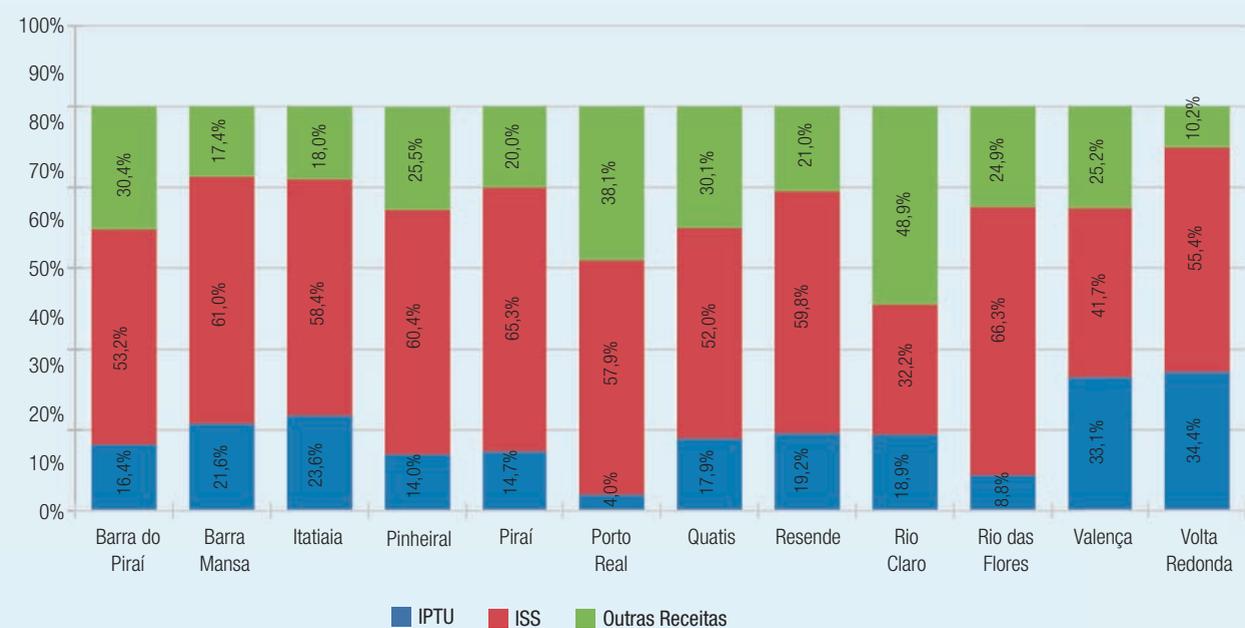


FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2012)

GRÁFICO 18



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Royalties

Conforme a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as receitas provenientes dos *royalties* da produção de petróleo e gás natural são uma compensação financeira devida ao estado brasileiro pelas empresas produtoras no território nacional. Trata-se de uma remuneração à sociedade brasileira pela exploração desses recursos não renováveis (esgotáveis ou finitos) que, dentre outras participações governamentais, são previstos no regime de concessão (Lei nº 9.478/1997 – Lei do Petróleo), na cessão onerosa de direitos de exploração e produção à Petrobras (Lei nº 12.276/2010) ou no regime de partilha da produção nas áreas do pré-sal e outras áreas estratégicas (Lei nº 12.351/2010) – ANP (2014)¹³.

Os *royalties* incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os *royalties*, com base nos cálculos efetuados pela ANP, aos beneficiários: estados e municípios brasileiros, Comando da Marinha, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Fundo Especial, sendo este administrado pelo Ministério da Fazenda (MF) – ANP (2014).

Os contratos de concessão preveem alíquotas de *royalties* que variam de 5% a 10%, sendo que os primeiros 5% são distribuídos conforme o Art. 48 da Lei nº 9.478/1997¹⁴ (o qual mantém os critérios de distribuição previstos na Lei nº 7.990/1989), enquanto o percentual excedente aos 5% é distribuído conforme o Art. 49 da Lei nº 9.478/1997. O valor dos *royalties* a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores:

- Alíquota dos *royalties* do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%;
- A produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo;
- O preço de referência destes hidrocarbonetos no mês, como determinam os artigos 7º e 8º do Decreto nº 2.705/1998, que regulamentou a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo).

As alíquotas e os beneficiários da distribuição dos *royalties* são apresentados a seguir, consoante as respectivas legislações.

¹³ <http://www.anp.gov.br/?pg=69709&m=royalties&t1=&t2=royalties&t3=&t4=&ar=0&ps=1&cachebust=1393441946434>.

¹⁴ A Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que modifica as Leis nº 9.478/1997 e nº 12.351/2010, "determina novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e aprimora o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha". Contudo, os efeitos desta Lei encontram-se suspensos até o momento de elaboração deste documento, devido à liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.917.

Parcela de 5% (Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991):

LAVRA EM TERRA

70%	Estados produtores;
20%	Municípios produtores;
10%	Municípios com instalações de embarque/desembarque de petróleo e gás natural.

LAVRA NA PLATAFORMA CONTINENTAL

30%	Estados confrontantes com poços;
30%	Municípios confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas;
20%	Comando da Marinha;
10%	Fundo Especial (estados e municípios);
10%	Municípios com instalações de embarque/desembarque de petróleo e gás natural.

Parcela acima de 5% – Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998:

LAVRA EM TERRA

52,5%	Estados produtores;
25%	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
15%	Municípios Produtores;
7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

LAVRA NA PLATAFORMA CONTINENTAL

25%	Ministério da Ciência e Tecnologia;
22,5%	Estados confrontantes com campos;
22,5%	Municípios confrontantes com campos;
15%	Comando da Marinha;
7,5%	Fundo Especial (estados e municípios);
7,5%	Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Em 2013, último ano apurado, o montante da receita aferida com *royalties* da produção de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro e destinada aos municípios da Região do Médio Paraíba, foi de aproximadamente R\$ 111,3 milhões, sendo o quinto maior valor dentre as oito regiões de governo.

Observa-se no Gráfico 19 que, em 2013, dentre os municípios do Médio Paraíba, Volta Redonda recebeu o maior valor acumulado de *royalties* (R\$ 14,1 milhões), seguido por Barra Mansa e Resende com R\$ 13,7 e R\$ 13,1 milhões, respectivamente.

19 GRÁFICO

Royalties da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região do Médio Paraíba (2013)



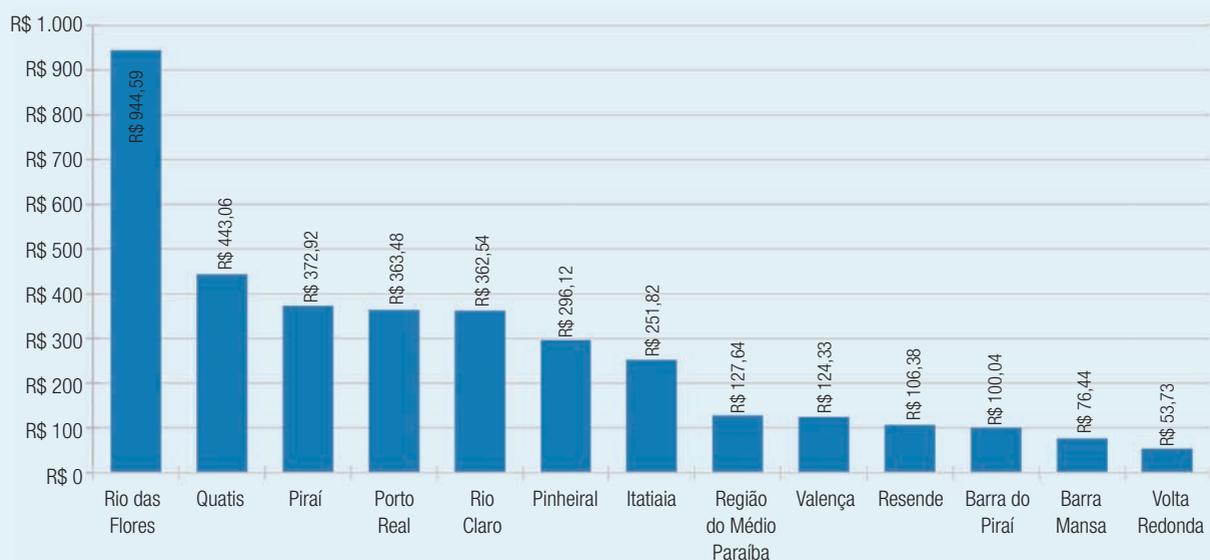
FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) – janeiro de 2014.

Em termos per capita, Rio das Flores, município com o menor contingente populacional da região, obteve R\$ 944,60 em *royalties* por residente, mais do que o dobro verificado em Quatis, que vem em seguida com R\$ 443,06 (Gráfico 20). Já Volta Redonda, que se configurou como o município que recebeu o maior montante em *royalties*, passou a ocupar a última posição dentre o conjunto dos municípios do Médio Paraíba com apenas R\$ 53,73 de *royalties* per capita.

GRÁFICO

20

Royalties Per Capita da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região do Médio Paraíba (2013)



FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) – janeiro de 2014.

5.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Refere-se ao somatório das receitas correntes, consideradas as deduções previstas em lei, e serve de base para cálculo dos limites de gastos com pessoal, da dívida consolidada líquida, das contratações de operações de crédito (empréstimos de longo prazo) e da concessão de garantias.¹⁵

No que se refere à despesa total com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina

dois limites distintos: para a União, o limite máximo é de 50% da receita corrente líquida; nos estados e municípios, o limite é de 60% da RCL.¹⁶

Em relação à dívida consolidada pública¹⁷, esta não deverá ultrapassar o limite máximo de 2 vezes a RCL para os estados e Distrito Federal e 1,2 vez para os municípios.¹⁸

RCL serve de base de cálculo para limites de: gastos com pessoal, DCL, contratações de operações de crédito e concessão de garantias.

¹⁵ Segundo o art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições para a previdência social do empregador incidente sobre prestação de serviço de terceiros e a contribuição à previdência feita pelo trabalhador e também as contribuições para o PIS (Programa de Integração Social); b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; e c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre diferentes sistemas de previdência. A apuração é feita somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

¹⁶ Para a União, os limites máximos para despesas com pessoal (50% da RCL) são assim distribuídos: a) 2,5% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União; b) 6% para o Judiciário; c) 0,6% para o Ministério Público da União; d) 3% para custeio de despesas do DF e de ex-territórios, e; e) 37,9% para o Executivo.

Nos Estados, os limites máximos para despesas com pessoal (60% da RCL) serão: a) 3% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; b) 6% para o Judiciário; c) 2% para o Ministério Público dos Estados, e; d) 49% para as demais despesas de pessoal do Executivo.

Nos Municípios, os limites máximos para despesas com pessoal (60% da RCL) serão: a) 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver; e b) 54% para o Executivo.

¹⁷ A dívida consolidada compõe-se de: dívida mobiliária; dívida contratual; precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive); operações de crédito inferiores a 12 meses; parcelamento com a União de tributos federais, contribuições sociais, do FGTS; e outras dívidas.

¹⁸ Art. 3º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

¹⁹ Inciso I do art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá exceder 16% da RCL¹⁹. O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá ser superior a 11,5% da RCL²⁰. O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder, no exercício em que estiver sendo apurado, 7% da RCL²¹.

No que tange ao saldo global das garantias concedidas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, não poderá ser superior a 22% da RCL²². Esse limite poderá ser elevado para 32%, desde que, cumulativamente, quando aplicável, o garantidor: não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 meses, a contar

do mês da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas; esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida; esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal; e esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União.

Em 2012, os municípios de Volta Redonda, Resende, Barra Mansa e Porto Real apresentaram as maiores RCLs da Região do Médio Paraíba, com valores aproximados de R\$ 707 milhões, R\$ 352 milhões, R\$ 336 milhões e R\$ 192 milhões, respectivamente, conforme dados do Gráfico 21. Isso equivale a dizer que Volta Redonda possui mais de 30% de todas as RCLs dos municípios da região e, em conjunto, Volta Redonda, Resende e Barra Mansa possuem aproximadamente 50%. Entre 2006 e 2012, o maior aumento foi observado em Porto Real (144%)²³.

A RCL de Porto Real apresentou crescimento real de 144%, de 2006 para 2012.

²⁰ Inciso II do art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

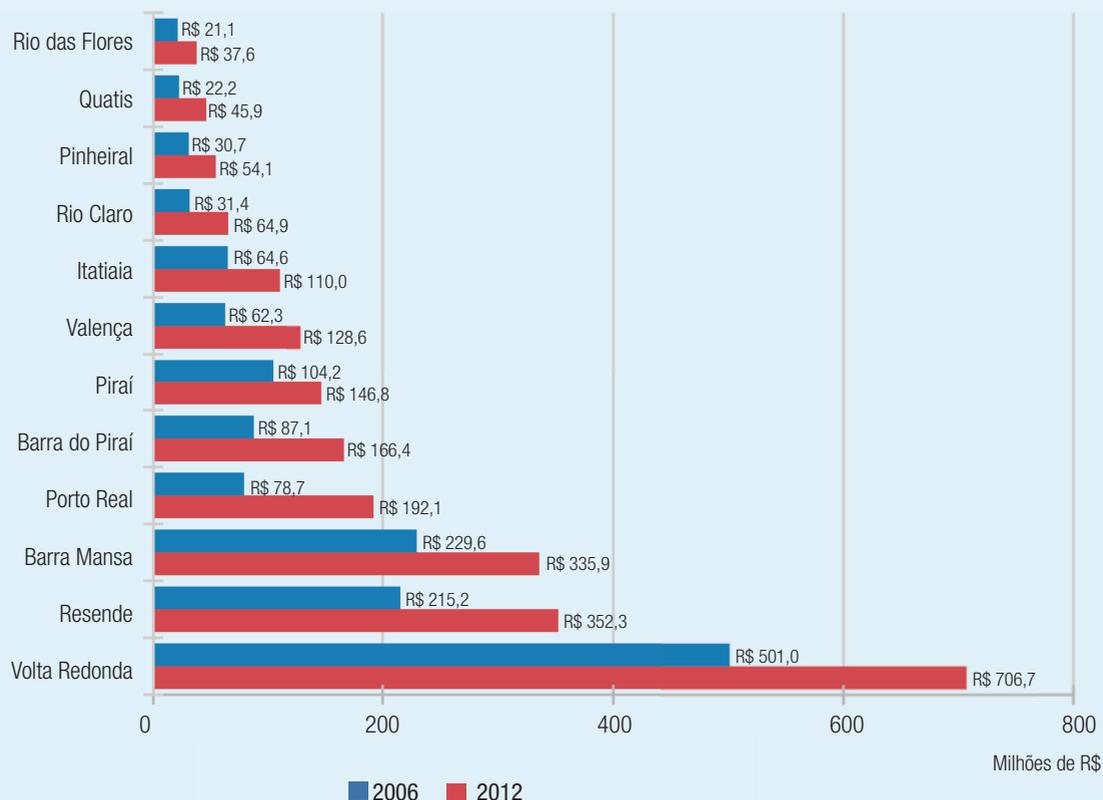
²¹ Art. 10º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

²² Art. 9º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

²³ A evolução das receitas sobre os orçamentos, entre 2006 e 2012, são apresentadas de forma completa no Apêndice 4 do presente trabalho.

21 GRÁFICO

Receita Corrente Líquida, em Milhões de R\$ (2006 e 2012)



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Nota-se no Gráfico 22 que, em 2012, a RCL per capita de Porto Real (R\$ 11.121,01) foi mais que o dobro de Piraí (R\$ 5.448,53), município com a segunda

maior RCL per capita da região. Novamente Porto Real apresentou maior crescimento, entre 2006 e 2012, com 116,3%.

De 2006 para 2012, a RCL per capita de Porto Real aumentou 116,3%.

Receita Corrente Líquida Per Capita, em R\$ (2006 e 2012)

GRÁFICO 22



FONTES: TCE-RJ, Sefaz-RJ e IBGE.

NOTA: valores mensais da receita corrente líquida atualizados pelo IPCA para 2012.

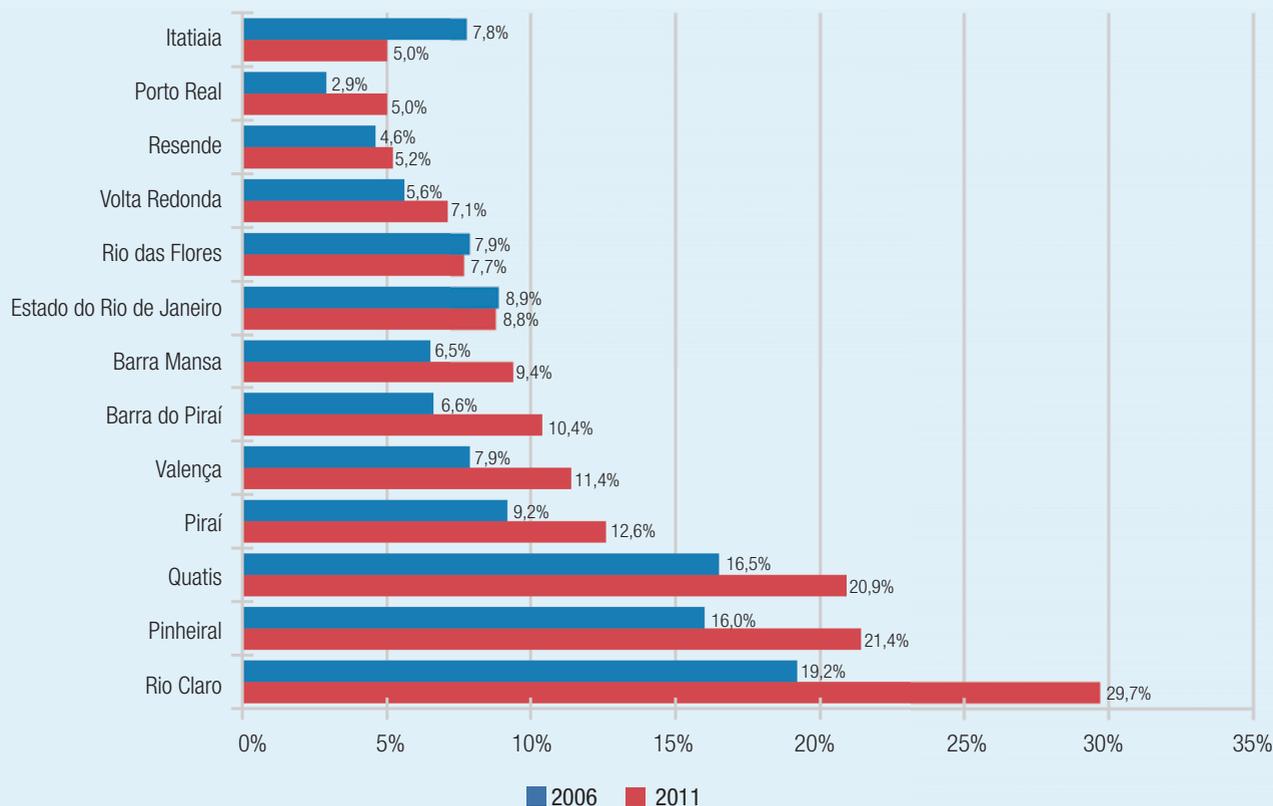
A análise do Gráfico 23 mostra que 10 dos 12 municípios da Região do Médio Paraíba apresentaram aumento na RCL proporcionalmente ao PIB, entre 2006 e 2011. Evidenciando que no período a geração e a obtenção de receitas nestes municípios foram

superiores ao crescimento do PIB. Destaque para o aumento no PIB de Itatiaia, maior da região, que no período apresentou crescimento de 129,6%, enquanto a RCL aumentou 47,1%, implicando em menor relação da região entre RCL e PIB.

De 2006 para 2011, a relação RCL/PIB apresentou redução apenas em Itatiaia e Rio das Flores.

23 GRÁFICO

Relação entre a Receita Corrente Líquida e o Produto Interno Bruto (%) (2006 e 2011)



FONTES: TCE-RJ, Sefaz-RJ e IBGE.

NOTA: valores mensais da RCL atualizados pelo IPCA para 2012 e do PIB atualizados pelo deflator implícito do PIB nacional para 2012.

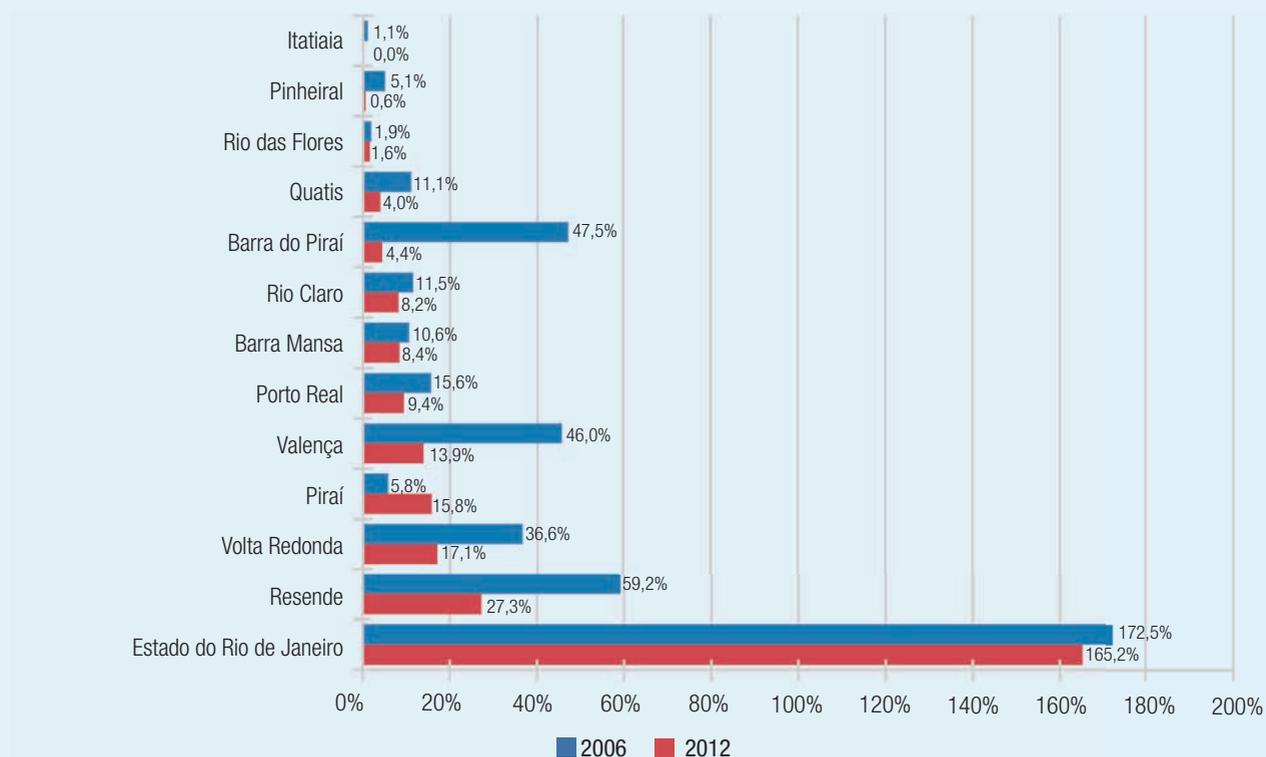
Conforme se constata no Gráfico 24, em 2012, a DCL do município de Resende montou a 27,3% da RCL e nenhum município atingiu o limite máximo fixado pelo Senado Federal. Na comparação com 2006, a relação entre DCL/RCL nesse mesmo município

apresentou redução de 19,5 pontos percentuais. Vale ressaltar, que Piraí é o único município onde a DCL aumentou em relação à RCL no período analisado (passando de 5,8%, em 2006, para 15,8%, em 2012).

Todos os municípios do Médio Paraíba respeitaram o limite máximo definido pelo Senado Federal para DCL/RCL.

Relação entre Despesa Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida (%) (2006 e 2012)

GRÁFICO 24



FONTES: TCE-RJ e Sefaz-RJ.

5.4 DESPESA²⁴

Procurou-se neste trabalho expurgar os valores registrados nas operações intraorçamentárias, visando não contabilizar o repasse das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, superestimação das despesas públicas. Todavia, no ano de 2006, os balanços orçamentários dos municípios de Pinheiral, Piraí, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda não discriminam tais despesas intraorçamentárias.

²⁴ Esses dados são apresentados de forma completa no Apêndice 5.

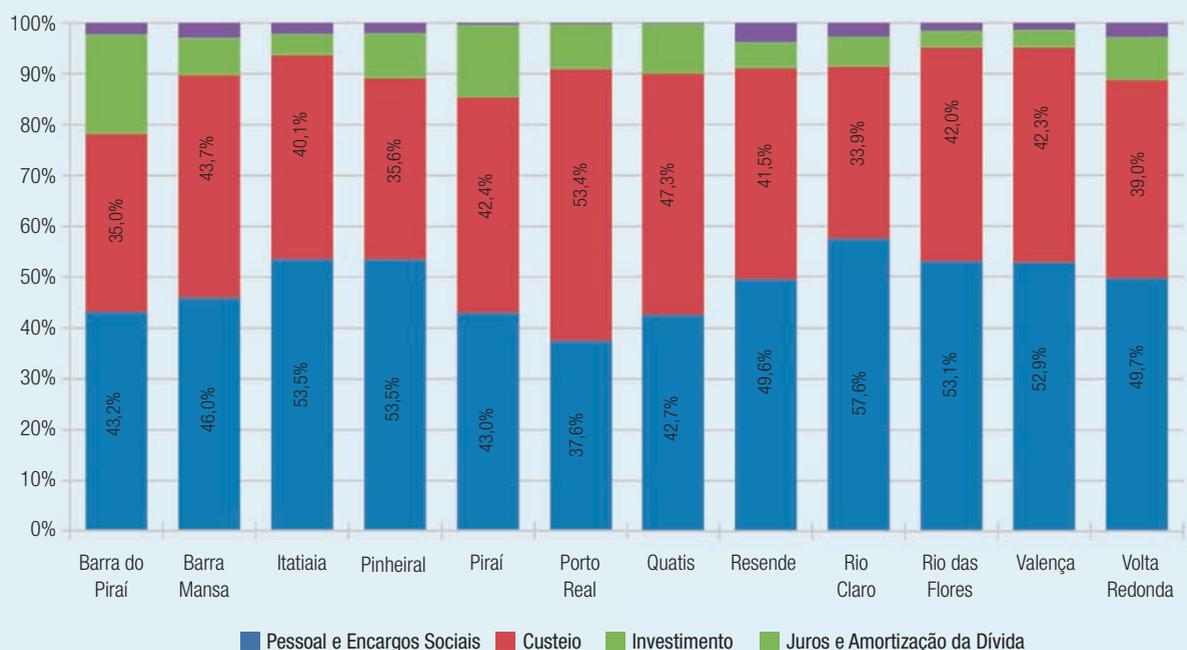
Entre 2006 e 2012, Porto Real se destacou com os maiores aumentos nos gastos com pessoal e custeio.

De acordo com o Gráfico 25, a maior participação do gasto com pessoal em relação à despesa total, em 2012, foi observada em Rio Claro (57,6%). No sentido oposto, a menor ocorreu em Porto Real (37,6%). Vale ressaltar que em quase todos os municípios (as exceções são Porto Real e Quatis), o gasto com pessoal configura-se como a mais relevante dentre as demais categorias. Já os investimentos responderam, em média, por 19,7% da despesa total em Barra do Pirai (maior participação entre os municípios da região).²⁵

De 2006 para 2012, Porto Real e Rio Claro se destacaram dos demais municípios da Região do Médio Paraíba com aumentos respectivos de 113,4% e 112,4%²⁶ nos gastos com pessoal. Porto Real também obteve maior aumento em despesas com custeio (198,4% no período). Os investimentos cresceram mais em Quatis (361,8%) e em Barra do Pirai (214%). As despesas com juros e amortizações da dívida em Rio Claro ampliaram-se em 1.530,7% nesse mesmo período.

25 GRÁFICO

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica na Despesa Total (2012)



FONTE: TCE-RJ.

²⁵ No Apêndice 6 encontram-se os dados de forma completa.

²⁶ A evolução das despesas encontra-se apresentada no Apêndice 7.

5.5 OUTROS INDICADORES FINANCEIROS

De forma complementar à análise até então desenvolvida, a presente seção tem como objetivo identificar e analisar alguns indicadores financeiros trabalhados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) voltados para os municípios. Estes indicadores,

baseados nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas pelos municípios ao TCE e/ou à Secretaria de Fazenda do governo do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), encontram-se discriminados no Quadro 1, o qual também dispõe as relações e descrições de cada indicador.

QUADRO 1

Descrição dos Indicadores Financeiros Selecionados

Indicador	Relação	Descrição
Equilíbrio orçamentário	Receita realizada/despesa executada	Demonstra, em um dado período, o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada do município.
Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	Mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento as suas despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.
Investimentos per capita	Investimentos/população do município	Demonstra o quanto de investimentos públicos aplicados, em dado período, se traduziriam em benefícios para cada cidadão.
Grau de investimento público	Investimentos/receita total	Reflete a parcela de contribuição da receita total na execução dos investimentos realizados pelo município.
Liquidez corrente	Ativo financeiro/passivo financeiro	Mede a capacidade do município de cumprir suas obrigações consoante às disponibilidades monetárias do município em um mesmo exercício fiscal.

FONTE: baseado nos Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

A Tabela 52 revela que, em 2012, oito municípios da Região do Médio Paraíba apresentaram superávit de execução orçamentária, tendo Volta Redonda se destacado dos demais por ter apresentado índice de 1,1654, o que significa que, para cada R\$ 100,00 de despesa executada, o município possui R\$ 116,54 de receita. Cabe mencionar que este mesmo município vinha acumulando

déficit de execução orçamentária desde 2009. Por outro lado, quatro municípios apresentaram déficit – índice registrado abaixo de 1 – tendo sido o de Barra Mansa (0,9157) o menor observado neste mesmo ano. Ademais, Valença foi o único município da região que, nos seis anos do período analisado, não registrou superávit orçamentário, o que reflete uma situação de desequilíbrio orçamentário.

Oito municípios do Médio Paraíba apresentaram superávit de execução orçamentária em 2012.

52 TABELA

Indicador de Equilíbrio Orçamentário (2007 a 2012)

Equilíbrio Orçamentário	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volta Redonda	1,3065	1,0436	0,9046	0,9172	0,8638	1,1654
Rio Claro	1,0490	0,8775	1,0856	1,0688	1,0507	1,1472
Itatiaia	0,9700	1,0361	1,0765	1,0637	1,0946	1,1132
Resende	1,0430	1,0301	1,0831	1,0881	1,0324	1,1123
Barra do Pirai	1,0792	1,0643	1,1443	1,4018	0,9603	1,0725
Pinheiral	1,0619	1,0011	1,0167	1,0977	1,1043	1,0397
Quatis	1,0790	1,0323	1,1188	1,0203	1,0654	1,0363
Pirai	1,1236	1,1002	1,0000	1,4921	0,9186	1,0308
Valença	0,9715	0,9895	0,9802	0,9095	0,9205	0,9924
Rio das Flores	1,0041	1,1019	1,9803	1,0639	0,9801	0,9913
Porto Real	0,9994	1,0811	0,9449	1,0087	1,0208	0,9330
Barra Mansa	0,9953	1,0043	0,8026	0,9389	1,0105	0,9157

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Nenhum município apresentou autonomia financeira acima de 30%.

Os dados da Tabela 53 mostram que nenhum município do Médio Paraíba possui autonomia financeira, tendo em vista que suas receitas tributárias próprias são insuficientes para cobrir as despesas de custeio, ou seja, o atendimento das despesas com manutenção da máquina administrativa. Nos seis anos apurados, chama a atenção os baixos índices apresentados, em que nenhum município obteve resultado superior a 30% de cobertura, refletindo a grande disparidade entre o volume de receita tributária própria e os gastos de custeio executados em dado exercício fiscal.

Os municípios do Médio Paraíba – tal como o senso comum – refletem uma situação de alta dependência de outras receitas não próprias. Em 2012, por exemplo, Volta Redonda foi o município que apresentou o melhor índice, com autonomia financeira de apenas 22,3%. Em todo o período apurado, o melhor resultado havia sido computado por este mesmo município no ano de 2007 (28,4% de autonomia). Por outro lado, Rio Claro apresentou índice de apenas 4,2% tendo sido o menor registrado em 2012. Já Quatis obteve o menor índice do período (4,6% em 2009) dentre os municípios da região, fechando em 2012 com segundo pior índice (4,5%).

TABELA 53

Indicador de Autonomia Financeira (2007 a 2012)

Autonomia Financeira	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volta Redonda	0,284	0,272	0,197	0,200	0,196	0,223
Itatiaia	0,169	0,143	0,142	0,178	0,224	0,187
Resende	0,186	0,197	0,217	0,195	0,201	0,173
Barra do Pirai	0,156	0,149	0,157	0,185	0,179	0,170
Pirai	0,118	0,116	0,112	0,128	0,129	0,118
Barra Mansa	0,142	0,138	0,120	0,124	0,129	0,106
Valença	0,098	0,100	0,100	0,085	0,076	0,075
Pinheiral	0,058	0,065	0,086	0,092	0,063	0,056
Porto Real	0,072	0,092	0,068	0,064	0,082	0,050
Rio das Flores	0,057	0,052	0,161	0,182	0,075	0,046
Quatis	0,062	0,059	0,046	0,047	0,050	0,045
Rio Claro	0,051	0,055	0,063	0,108	0,089	0,042

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Observa-se na Tabela 54 que, em 2012, cada residente de Porto Real recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 1.019,70 em benefícios diretos e indiretos, sendo o segundo melhor resultado apurado em todo o período, pois no ano anterior este mesmo município havia apresentado índice igual a 1.751,19, maior do período. Em seguida veio Pirai, mesmo a despeito da queda verificada de 2011 para 2012,

passando de R\$ 1039,64/residente para R\$ 894,20/residente. Chama atenção que no período compreendido entre 2007 e 2012 o índice apresentou aumento em quase todos os municípios, tendo diminuído apenas em Rio das Flores. O município que apresentou menor índice no ano de 2012 foi Valença (R\$ 115,61/residente). Em 2009 esse mesmo município obteve o menor índice do período (R\$ 18,98/residente).

Pelo segundo ano consecutivo, Porto Real e Pirai se destacaram com maiores valores no indicador de investimento per capita.

54 TABELA

Indicador dos Investimentos Per Capita (2007 a 2012)

Investimentos Per Capita	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Porto Real	670,66	522,62	501,80	947,03	1.751,19	1.019,70
Pirai	217,16	449,17	626,91	472,92	1.039,64	894,20
Quatis	120,64	385,39	70,33	413,75	288,78	354,15
Rio das Flores	702,60	457,44	804,67	522,59	314,17	335,55
Barra do Pirai	71,91	100,62	57,35	134,92	383,85	331,72
Rio Claro	168,91	486,65	120,43	527,09	576,72	274,15
Barra Mansa	85,33	148,44	287,08	179,84	81,22	225,87
Volta Redonda	96,65	271,64	298,72	382,39	559,98	213,99
Pinheiral	72,74	351,73	97,25	324,85	212,04	200,61
Itatiaia	67,52	80,18	20,49	165,21	140,64	176,85
Resende	83,83	232,84	77,07	129,36	226,25	175,14
Valença	38,63	38,04	18,98	115,56	229,29	115,61

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Os investimentos públicos em Barra do Pirai corresponderam a 18,25% da receita total do município em 2012. Em seguida vieram Pirai (15,82%) e Barra Mansa (11,46%). No ano anterior, Barra do Pirai apurou também o

melhor índice de todo o período (25,05%). Já Itatiaia (4,64%) apresentou o menor percentual em 2012. Em 2009, esse mesmo município destacou-se com menor índice do período (1,23%), como mostram os dados da Tabela 55.

Nos dois últimos anos da análise (2011 e 2012), o município de Barra do Pirai foi o que apresentou o melhor grau de investimento público.

TABELA 55

Indicador do Grau de Investimento Público (2007 a 2012)

Grau de Investimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Barra do Pirai	9,22%	11,50%	5,37%	8,42%	25,05%	18,25%
Pirai	6,08%	11,40%	15,38%	7,31%	21,26%	15,82%
Barra Mansa	7,23%	10,64%	21,22%	11,35%	4,44%	11,46%
Porto Real	13,63%	9,56%	9,57%	11,94%	16,49%	9,42%
Quatis	7,00%	18,83%	3,08%	13,75%	8,62%	9,22%
Pinheiral	5,62%	20,78%	6,09%	16,31%	9,53%	8,11%
Rio das Flores	20,61%	15,56%	24,20%	13,22%	8,11%	7,86%
Volta Redonda	7,55%	13,86%	14,81%	16,36%	21,62%	7,40%
Rio Claro	10,47%	21,80%	4,92%	16,43%	16,65%	6,81%
Valença	5,01%	3,93%	1,65%	8,41%	13,73%	6,28%
Resende	5,85%	14,10%	4,77%	6,16%	9,10%	5,85%
Itatiaia	4,11%	4,81%	1,23%	6,17%	4,50%	4,65%

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

A Tabela 56 revela que, em 2012, nove municípios apresentaram perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pelas prefeituras – índice igual ou superior a um. Itatiaia se destacou dos demais municípios com maior índice (13,34). Seguido por Pinheiral (10,24) e Quatis (também 10,24). Em

outro extremo, Volta Redonda apresentou menor índice (0,29), sendo que no ano anterior registrou o menor índice de todo o período (0,12). Chama atenção que no período compreendido entre os anos de 2007 e 2012, Volta Redonda e Valença apresentaram índices abaixo de um.

Nove municípios apresentaram perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

56 TABELA

Indicador da Liquidez Corrente (2007 a 2012)

Liquidez Corrente	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Itatiaia	6,55	20,36	9,76	5,64	7,08	13,34
Pinheiral	5,99	5,74	4,68	4,74	8,31	10,24
Quatis	1,23	2,52	2,65	2,33	3,93	10,24
Resende	4,22	5,45	6,18	6,65	5,21	6,75
Barra do Pirai	2,81	6,38	5,04	5,32	3,91	4,94
Rio Claro	1,83	1,21	1,49	2,14	2,06	3,18
Pirai	15,60	11,10	7,16	4,87	6,40	1,61
Porto Real	1,08	2,76	1,24	1,31	1,92	1,32
Rio das Flores	0,59	1,13	0,97	1,22	1,11	1,20
Barra Mansa	1,59	1,39	0,32	0,56	0,74	0,45
Valença	0,89	0,90	0,59	0,41	0,44	0,40
Volta Redonda	0,25	0,89	0,27	0,23	0,12	0,29

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Infraestrutura



O Médio Paraíba foi, em 2012, a terceira região do ERJ em consumo de energia elétrica.

6

6.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

No presente item analisam-se dados do consumo de energia elétrica dos municípios da Região do Médio Paraíba e do total do Estado do Rio de Janeiro, relativos ao ano de 2012, segundo o Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), bem como o Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, organizado pela Fundação Ceperj.

Ambas as fontes baseiam-se em informações encaminhadas pelas concessionárias Light Serviços de Eletricidade S.A., Ampla Energia e Serviços S.A. e Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A. Os dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro consideram tanto o consumo de energia elétrica adquirida diretamente do sistema (energia distribuída pelas concessionárias) como aquela

oriunda de autoprodução. Já as informações organizadas pela Fundação Ceperj consideram apenas a energia distribuída pelas concessionárias.

As distribuições do consumo (em megawatt-hora – MWh) e das unidades de consumo nas oito regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), em 2012, estão apresentadas no Gráfico 26. A Região do Médio Paraíba representou 10,4% do consumo do ERJ e 5,5% das unidades de consumo, sendo a terceira região em consumo, com aproximadamente 5,3 TWh²⁷, no ano de 2012, ficando atrás apenas da Região Metropolitana e do Norte Fluminense. Por outro lado, ocupou a quinta posição em número de unidades de consumo nesse mesmo ano, por concentrar boa parte do consumo em unidades industriais, como será detalhado adiante.

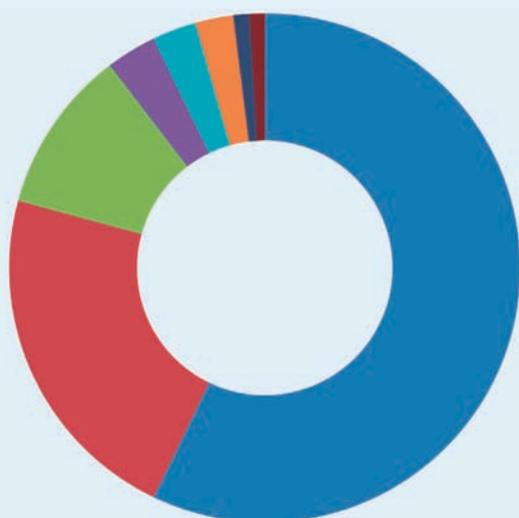
²⁷ 1 terawatt-hora (TWh) = 10⁶ megawatt-hora (MWh).

26

GRÁFICO

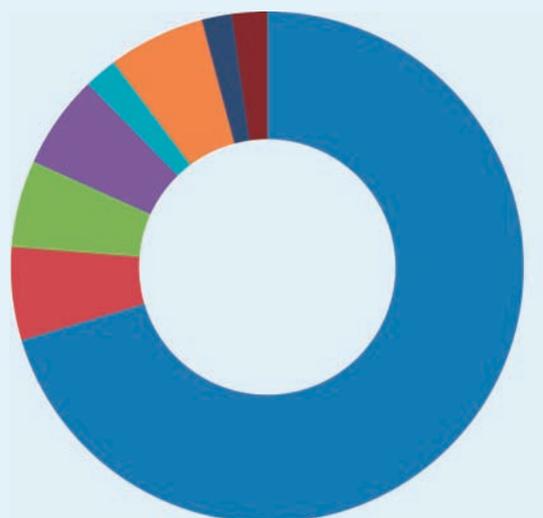
Distribuições (%) do Consumo e das Unidades de Consumo de Energia Elétrica Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica (MWh)



57,20%	●	Região Metropolitana
22,10%	●	Região Norte Fluminense
10,40%	●	Região do Médio Paraíba
3,20%	●	Região Serrana
2,80%	●	Região da Costa Verde
2,40%	●	Região das Baixadas Litorâneas
1,01%	●	Região Centro-Sul Fluminense
0,96%	●	Região Noroeste Fluminense

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica



70,30%	●	Região Metropolitana
5,86%	●	Região Norte Fluminense
5,50%	●	Região do Médio Paraíba
5,91%	●	Região Serrana
2,10%	●	Região da Costa Verde
6,10%	●	Região das Baixadas Litorâneas
1,90%	●	Região Centro-Sul Fluminense
2,20%	●	Região Noroeste Fluminense

FONTES: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Fundação Ceperj (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

O mercado consumidor de energia elétrica da Região do Médio Paraíba teve predomínio do setor industrial (3.953.880 MWh),

seguido pelos setores residencial (638.978 MWh) e comercial (331.124 MWh), conforme a Tabela 57.

O consumo de energia elétrica da Região do Médio Paraíba, em 2012, estava concentrado no setor industrial.

TABELA 57

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)

SETOR	CONSUMO (MWh)
CONSUMO FINAL TOTAL	5.244.159
ENERGÉTICO	66.340
RESIDENCIAL	638.978
COMERCIAL	331.124
PÚBLICO	204.118
AGROPECUÁRIO	27.763
TRANSPORTE (Ferroviário)	21.957
INDUSTRIAL ²⁸	3.953.880
Siderúrgico/Metalúrgico	3.500.395
Ferro-Gusa/Aço	3.497.802
Não Ferrosos/Outros	2.592
Veículos Automotores	106.713
Minerais Não Metálicos	91.629
Cimento	49.292
Vidros	37.681
Cerâmica	1.528
Outros	3.128
Borracha e Material Plástico	59.699
Bebidas	52.445
Química	45.756
Produtos Alimentícios	31.055
Produtos de Metal (Exceto Máquinas e Equipamentos)	17.783
Farmoquímicos e Farmacêuticos	17.057
Equipamentos de Transporte (Exceto Veículos Automotores)	12.865
Máquinas e Equipamentos	4.801
Extração e Tratamento de Minerais	2.123
Outras Indústrias	11.560

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

O elevado consumo de energia elétrica da região pode ser justificado pela concentração de indústrias energo-intensivas.

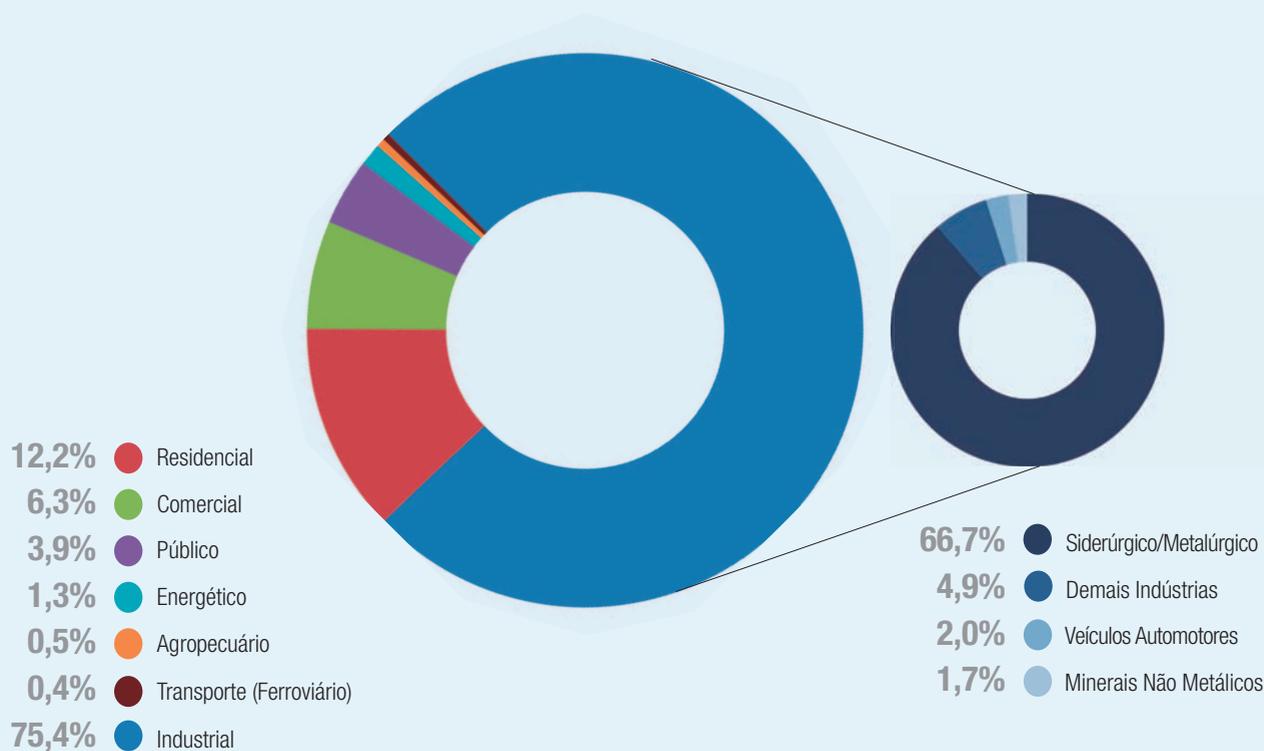
O elevado consumo de energia elétrica no Médio Paraíba se deve em grande parte à configuração industrial da região, composta por indústrias energointensivas dos segmentos da siderurgia, metalurgia, veículos automotores e minerais não metálicos. De fato, como mostram os dados do Gráfico 27, no ano de 2012, o setor industrial foi responsável por aproximadamente 75% de todo

o consumo regional de energia elétrica. Chama atenção a elevada participação apresentada pelo subsetor siderúrgico/metalúrgico proporcionalmente ao consumo total final (66,7%). Além da indústria, coube às residências a segunda maior parcela (12,2%) do consumo regional de energia elétrica nesse mesmo ano, ficando o setor comercial na terceira posição com 6,3%.

27

GRÁFICO

Participação (%) do Consumo de Energia Elétrica no Consumo Final da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

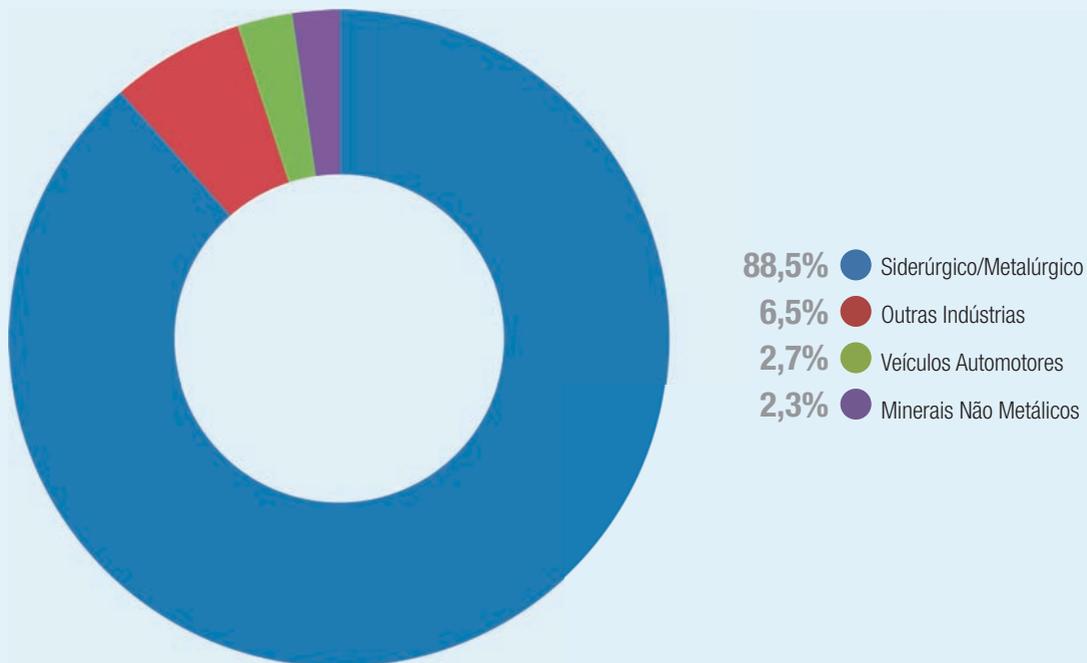
NOTA: as "Demais Indústrias" incluem: extração e tratamento de minerais, produtos alimentícios, bebidas, têxtil, confecção, papel e celulose, impressão e reprodução de gravações, química, farmoquímicos e farmacêuticos, borracha e material plástico, produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos), máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), obras de infraestrutura, entre outras.

Considerando apenas o consumo industrial de energia elétrica, a análise do Gráfico 28 revela que o subsetor siderúrgico/metalúrgico respondeu com quase a totalidade (88,5%). As demais indústrias representaram 6,5% do consumo total de energia elétrica do setor industrial, podendo-se destacar aquelas ligadas às atividades de fabricação de borracha e material plástico, bebidas e química, bem representativos

na região. Coube às atividades que envolvem a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias a terceira maior parcela (2,7%) do consumo industrial regional de energia elétrica. Já as indústrias de minerais não metálicos responderam por 2,6% do consumo industrial, destacando-se as cimenteiras, que responderam por mais da metade do consumo destas indústrias.

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica do Setor Industrial da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 28



FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

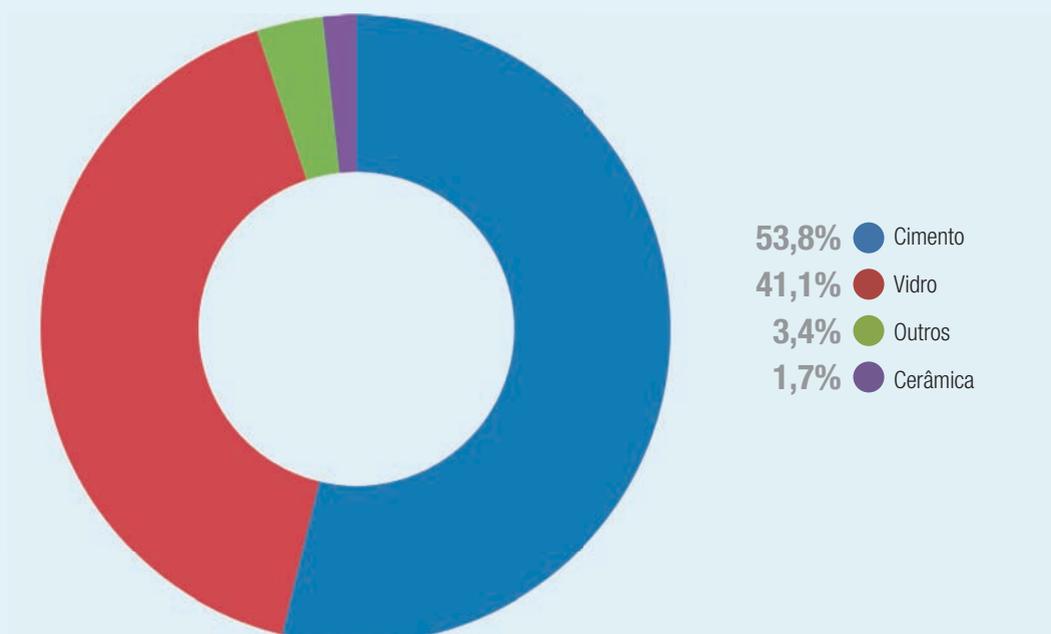
NOTA: as "Demais Indústrias" incluem: extração e tratamento de minerais, produtos alimentícios, bebidas, têxtil, confecção, papel e celulose, impressão e reprodução de gravações, química, farmoquímicos e farmacêuticos, borracha e material plástico, produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos), máquinas, aparelhos e materiais elétricos, máquinas e equipamentos, equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), obras de infraestrutura, entre outras.

Com relação ao subsetor minerais não metálicos, as atividades industriais de cimento (49.292 MWh) e vidros (37.681 MWh) possuíam as maiores participações do consumo de energia elétrica da

região em 2012, respectivamente 53,8% e 41,1%. Já a atividade de fabricação de cerâmica representou 1,7% do consumo de energia elétrica do referido subsetor (Gráfico 29).

29 GRÁFICO

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica do Subsetor Minerais Não Metálicos da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

Dentre as concessionárias, a Light possui representatividade maior na região.

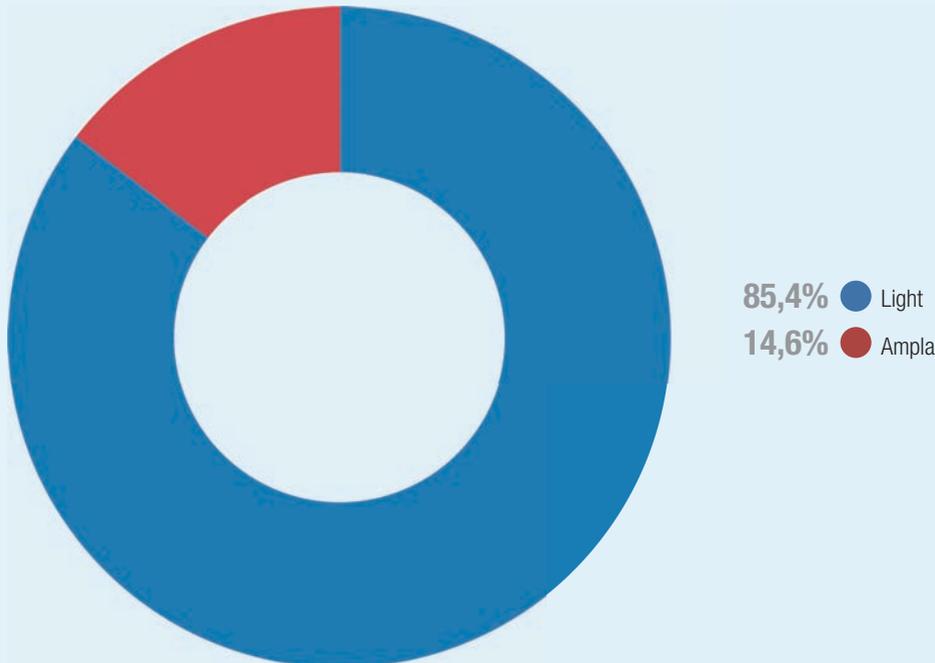
Em 2012, a Light Serviços de Eletricidade S.A. distribuiu energia elétrica para nove dos doze municípios da Região do Médio Paraíba. Isso equivale a dizer que a Light concentrou nesse ano 85,4% da energia elétrica

distribuída para toda a região (3.299.067 MWh). Já os outros três municípios, Itatiaia, Porto Real e Resende, foram atendidos pela Ampla Energia e Serviços S.A., abrangendo 14,6% (561.948 MWh) da região (Gráfico 30).

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Concessionárias na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO

30



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

O maior consumo de energia elétrica (MWh) distribuída pelas concessionárias da Região do Médio Paraíba compete ao setor industrial.

Focando a análise do consumo de energia elétrica considerando apenas a energia elétrica distribuída pelas concessionárias (excluindo-se, portanto, àquela energia de autoprodução), as informações trabalhadas na sequência foram desagregadas para os quatro principais setores de consumo regional: residencial, industrial, comercial, agropecuário. Setores como público e energético foram considerados como “outros”.

O setor residencial caracteriza-se pelo fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras com fim residencial, excetuando-se o rural residencial.

O setor industrial refere-se ao fornecimento àquelas unidades onde sejam exercidas quaisquer atividades industriais. Já o setor comercial caracteriza-se pelo fornecimento às unidades de consumo onde sejam exercidas as atividades comerciais e de serviços. O fornecimento às unidades consumidoras onde se desenvolvem atividades rurais compete ao setor agropecuário. Estas definições encontram-se no Anuário Estatístico de Energia Elétrica (2013) publicado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE (EPE, 2013).

A Tabela 58 revela que o maior consumo de energia elétrica (MWh) da região, distribuída pelas concessionárias, encontra-se no setor industrial (2.653.415 MWh), seguida por residencial (638.978 MWh) e por comercial (331.124 MWh). Constatou-se a

mesma configuração para esses três setores na análise anterior baseada nos dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro 2013 (Sedeis, 2013), que contabilizou também a autoprodução de energia elétrica.

58 TABELA

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Estado do Rio de Janeiro	AMPLA / ENERGISA / LIGHT	35.762.621	12.837.479	7.853.420	9.778.617	291.922	5.001.183
Região do Médio Paraíba	AMPLA/LIGHT	3.861.015	638.978	2.653.415	331.124	27.763	209.735
Barra do Pirai	LIGHT	248.770	68.313	119.829	33.363	5.343	21.922
Barra Mansa	LIGHT	708.826	134.332	484.757	60.396	3.022	26.320
Itatiaia	AMPLA	73.349	17.994	40.460	9.662	737	4.497
Pinheiral	LIGHT	27.691	16.041	1.427	4.634	586	5.002
Pirai	LIGHT	79.277	18.538	42.370	7.615	1.942	8.813
Porto Real	AMPLA	197.847	11.495	172.507	6.940	840	6.065
Quatis	LIGHT	16.354	8.816	1.660	1.940	1.835	2.102
Resende	AMPLA	290.752	89.305	99.557	57.928	2.763	41.199
Rio Claro	LIGHT	22.150	9.388	133.342	2.312	4.119	6.199
Rio das Flores	LIGHT	9.229	4.712	122,02	1.048	1.223	2.124
Valença	LIGHT	91.846	47.423	9.014	18.359	4.936	12.113
Volta Redonda	LIGHT	2.094.923	212.623	1.681.579	126.926	417	73.378

FONTE: Sedeis/Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: as unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

Em 2012, Volta Redonda possuía o maior percentual de consumo (MWh) de eletricidade distribuída nos setores industrial, comercial e residencial com relação à Região do Médio Paraíba.

Conforme a distribuição do consumo de energia elétrica para cada setor de consumo, em 2012, dentre os doze municípios da região, Volta Redonda possuía a maior parcela de consumo (MWh) nos setores industrial (63,1%), comercial (38,3%) e residencial (33,3%). O município de Barra Mansa também se destacou com participações do consumo na região de: 21% no setor

residencial, 18,3% no industrial e 18,2% no comercial. Vale ressaltar ainda o município de Barra do Pirai, com a maior parcela do consumo no setor agropecuário, com 19,2% do total da região. Por outro lado, o município de Rio das Flores foi o de menor participação relativa nos setores de consumo residencial, industrial e comercial, a exceção foi no setor agropecuário (Tabela 59).

TABELA 59

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região do Médio Paraíba	AMPLA/LIGHT	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Barra do Pirai	LIGHT	6,4%	10,7%	4,5%	10,1%	19,2%	10,5%
Barra Mansa	LIGHT	18,4%	21,0%	18,3%	18,2%	10,9%	12,5%
Itatiaia	AMPLA	1,9%	2,8%	1,5%	2,9%	2,7%	2,1%
Pinheiral	LIGHT	0,7%	2,5%	0,1%	1,4%	2,1%	2,4%
Pirai	LIGHT	2,1%	2,9%	1,6%	2,3%	7,0%	4,2%
Porto Real	AMPLA	5,1%	1,8%	6,5%	2,1%	3,0%	2,9%
Quatis	LIGHT	0,4%	1,4%	0,1%	0,6%	6,6%	1,0%
Resende	AMPLA	7,5%	14,0%	3,8%	17,5%	10,0%	19,6%
Rio Claro	LIGHT	0,6%	1,5%	0,0%	0,7%	14,8%	3,0%
Rio das Flores	LIGHT	0,2%	0,7%	0,0%	0,3%	4,4%	1,0%
Valença	LIGHT	2,4%	7,4%	0,3%	5,5%	17,8%	5,8%
Volta Redonda	LIGHT	54,3%	33,3%	63,4%	38,3%	1,5%	35,0%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: as unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

Em 2012, houve predomínio de consumo de energia elétrica distribuída no setor industrial em sete municípios da região.

Observa-se na Tabela 60 que, em 2012, o consumo (MWh) do setor industrial foi superior ao dos demais setores em sete municípios, com percentuais variando entre 87,2% em Porto Real e 34,2% em Resende. Já nos outros cinco municípios (Pinheiral, Quatis, Valença, Rio das Flores e Rio Claro) o setor residencial destacou-se, com Pinheiral apresentando a maior parcela (57,9%). Os municípios de Resende e Valença destacaram-se com os percentuais mais elevados no setor comercial sobre o total do consumo municipal (20% e 19,9%, respectivamente), o primeiro pelo fato de ser também um polo regional de comércio e

serviços e o segundo por possuir menor concentração industrial. Já Rio Claro registrou maior percentual no setor agropecuário (18,6%) a despeito do município de Barra do Pirai, que na análise regional anterior foi o que mais se destacou, porém no total do município esse mesmo setor apresentou percentual de apenas 2,1%.

Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, o consumo industrial de energia elétrica dos municípios de Porto Real (87,2%) e Volta Redonda (80,3%) foram superiores à participação relativa do consumo industrial de energia elétrica da Região do Médio Paraíba (68,7%).

60 TABELA

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região do Médio Paraíba	AMPLA / LIGHT	100,0%	16,5%	68,7%	8,6%	0,7%	5,4%
Barra do Pirai	LIGHT	100,0%	27,5%	48,2%	13,4%	2,1%	8,8%
Barra Mansa	LIGHT	100,0%	19,0%	68,4%	8,5%	0,4%	3,7%
Itatiaia	AMPLA	100,0%	24,5%	55,2%	13,2%	1,0%	6,1%
Pinheiral	LIGHT	100,0%	57,9%	5,2%	16,7%	2,1%	18,1%
Pirai	LIGHT	100,0%	23,4%	53,4%	9,6%	2,4%	11,1%
Porto Real	AMPLA	100,0%	5,8%	87,2%	3,5%	0,4%	3,1%
Quatis	LIGHT	100,0%	53,9%	10,2%	11,9%	11,2%	12,9%
Resende	AMPLA	100,0%	30,7%	34,2%	19,9%	1,0%	14,2%
Rio Claro	LIGHT	100,0%	42,4%	0,6%	10,4%	18,6%	28,0%
Rio das Flores	LIGHT	100,0%	51,1%	1,3%	11,4%	13,3%	23,0%
Valença	LIGHT	100,0%	51,6%	9,8%	20,0%	5,4%	13,2%
Volta Redonda	LIGHT	100,0%	10,1%	80,3%	6,1%	0,0%	3,5%

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: as unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

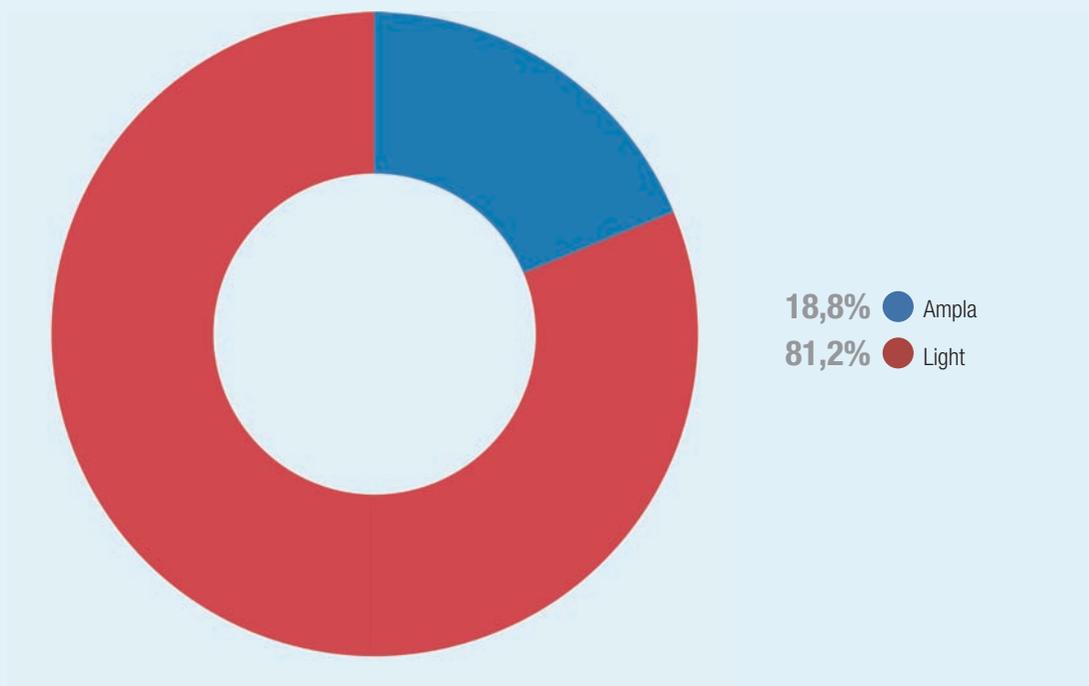
No Gráfico 31 observa-se que na Região do Médio Paraíba, a Light Serviços de Eletricidade S.A. distribuiu energia elétrica para nove dos doze municípios da Região do Médio Paraíba. Isso equivale a dizer que a Light concentrou nesse ano 81,2%

(293.936) da energia elétrica distribuída para toda a região. Já os outros três municípios, Itatiaia, Porto Real e Resende, foram atendidos pela Ampla Energia e Serviços S.A., abrangendo 18,8% (68.248) da região.

Dentre as concessionárias, a Light possui participação maior no número de unidades de consumo na região.

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Concessionárias na Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 31



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

A Região do Médio Paraíba, em 2012, reunia 362.184 de unidades de consumo.

A maior quantidade de unidades de consumo de energia elétrica da Região do Médio Paraíba encontra-se no setor residencial (327.403), seguida por comercial (24.419), como pode ser observado pelos dados apresentados na Tabela 61. As unidades de consumo de energia elétrica são entendidas como os consumidores de energia elétrica, ou seja, residências,

estabelecimentos industriais e comerciais, propriedades rurais etc. Vale ressaltar que a região possui 981 unidades de consumo no setor industrial, contudo vimos anteriormente que esse mesmo setor respondeu por aproximadamente 63% do mercado consumidor de energia elétrica da região.

61 TABELA

Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Estado do Rio de Janeiro	AMPLA / ENERGISA / LIGHT	6.535.025	5.945.686	15.983	466.976	75.518	30.862
Região do Médio Paraíba	AMPLA/LIGHT	362.184	327.403	981	24.419	6.028	3.353
Barra do Piraí	LIGHT	40.559	37.067	123	2.491	600	278
Barra Mansa	LIGHT	73.845	67.932	201	4.703	663	346
Itaiaia	AMPLA	10.846	9.686	40	806	188	126
Pinheiral	LIGHT	9.250	8.711	14	394	46	85
Piraí	LIGHT	11.106	9.818	41	550	447	250
Porto Real	AMPLA	6.699	5.999	29	414	95	162
Quatis	LIGHT	5.553	4.902	13	221	335	82
Resende	AMPLA	50.703	45.201	213	4.109	787	393
Rio Claro	LIGHT	7.444	6.287	13	346	664	134
Rio das Flores	LIGHT	3.529	2.927	15	156	275	156
Valença	LIGHT	32.214	28.164	77	1.803	1.854	316
Volta Redonda	LIGHT	110.436	100.709	202	8.426	74	1.025

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A..

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. ² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Volta Redonda possuía, em 2012, o maior percentual de unidades de consumo nos setores residencial e comercial com relação à Região do Médio Paraíba.

Em 2012, dentre os doze municípios, Volta Redonda foi o que apresentou a maior participação em unidades de consumo (30,5% do total da região). Este mesmo município concentrou a maior parcela de unidades de consumo nos setores residencial (30,8%) e comercial (34,5%). Resende, Volta Redonda

e Barra Mansa destacaram-se também com significativas parcelas de unidades de consumo do setor industrial (21,7%, 20,6% e 20,5%, respectivamente). Com relação ao setor agropecuário, Valença foi o município que mais concentrou unidades de consumo, com 30,8% sobre o total da região (Tabela 62).

TABELA 62

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região do Médio Paraíba	AMPLA/LIGHT	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Barra do Pirai	LIGHT	11,2%	11,3%	12,5%	10,2%	10,0%	8,3%
Barra Mansa	LIGHT	20,4%	20,7%	20,5%	19,3%	11,0%	10,3%
Itaiaia	AMPLA	3,0%	3,0%	4,1%	3,3%	3,1%	3,8%
Pinheiral	LIGHT	2,6%	2,7%	1,4%	1,6%	0,8%	2,5%
Pirai	LIGHT	3,1%	3,0%	4,2%	2,3%	7,4%	7,5%
Porto Real	AMPLA	1,8%	1,8%	3,0%	1,7%	1,6%	4,8%
Quatis	LIGHT	1,5%	1,5%	1,3%	0,9%	5,6%	2,4%
Resende	AMPLA	14,0%	13,8%	21,7%	16,8%	13,1%	11,7%
Rio Claro	LIGHT	2,1%	1,9%	1,3%	1,4%	11,0%	4,0%
Rio das Flores	LIGHT	1,0%	0,9%	1,5%	0,6%	4,6%	4,7%
Valença	LIGHT	8,9%	8,6%	7,8%	7,4%	30,8%	9,4%
Volta Redonda	LIGHT	30,5%	30,8%	20,6%	34,5%	1,2%	30,6%

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. ² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Em 2012, houve predomínio de unidades de consumo residenciais nos municípios da região.

De acordo com a Tabela 63, as unidades de consumo residenciais foram predominantes em todas as localidades, remontando a uma participação média regional de 90,4%. Os municípios de Pinheiral, Barra Mansa, Barra do Pirai e Volta Redonda se destacaram, pois apresentaram percentuais de unidades de consumo residenciais sobre o total da região superiores a 90%. Vale destacar ainda os municípios de Rio Claro, Rio das Flores, Quatis, e Valença, nos quais o setor agropecuário possuía participação maior do que o comercial.

Com relação à representação de unidades de consumo industriais em todos os municípios, observa-se que, diferentemente da participação do consumo de energia elétrica em que seis municípios tinham mais da metade dos respectivos consumos totais municipais, remontando a uma média regional de 68,7% quanto à distribuição de unidades de consumo, a média regional foi de apenas 0,3% (981 unidades de consumo industriais).

63 TABELA

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região do Médio Paraíba	AMPLA/LIGHT	100,0%	90,4%	0,3%	6,7%	1,7%	0,9%
Barra do Pirai	LIGHT	100,0%	91,4%	0,3%	6,1%	1,5%	0,7%
Barra Mansa	LIGHT	100,0%	92,0%	0,3%	6,4%	0,9%	0,5%
Itatiaia	AMPLA	100,0%	89,3%	0,4%	7,4%	1,7%	1,2%
Pinheiral	LIGHT	100,0%	94,2%	0,2%	4,3%	0,5%	0,9%
Pirai	LIGHT	100,0%	88,4%	0,4%	5,0%	4,0%	2,3%
Porto Real	AMPLA	100,0%	89,6%	0,4%	6,2%	1,4%	2,4%
Quatis	LIGHT	100,0%	88,3%	0,2%	4,0%	6,0%	1,5%
Resende	AMPLA	100,0%	89,1%	0,4%	8,1%	1,6%	0,8%
Rio Claro	LIGHT	100,0%	84,5%	0,2%	4,6%	8,9%	1,8%
Rio das Flores	LIGHT	100,0%	82,9%	0,4%	4,4%	7,8%	4,4%
Valença	LIGHT	100,0%	87,4%	0,2%	5,6%	5,8%	1,0%
Volta Redonda	LIGHT	100,0%	91,2%	0,2%	7,6%	0,1%	0,9%

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. ² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Os consumos médios de energia elétrica (MWh) no ano de 2012, distribuída pelas concessionárias, são apresentados na Tabela 65. Estes foram obtidos dividindo-se o consumo de energia elétrica (MWh) pelas respectivas unidades de consumo conforme os setores econômicos analisados. De acordo com a referida tabela, em 2012, os consumos totais médios de energia elétrica (MWh) dos municípios de Porto Real (29,5 MWh) e Volta Redonda (19 MWh) foram superiores à média da Região do Médio Paraíba (10,7 MWh). Todos os demais municípios registraram média de consumo inferior à média regional.

No setor residencial as médias de consumo de todos os doze municípios se apresentaram próximas entre elas e com média regional de 2 MWh por residência faturada no período de um ano. Isso equivale a dizer que cada residência faturada obteve em 2012 um consumo médio mensal aproximado de 167 (em quilowatt-hora – kWh).

Já no setor industrial os resultados reforçam o elevado consumo de energia elétrica do setor na região, com variações entre 8,1 MWh em Rio das Flores e 8.324,6 MWh em Volta Redonda. Chama a atenção que o consumo médio industrial da região superou quase seis vezes o consumo médio de energia elétrica das indústrias do ERJ, enfatizando a representativa desse setor na economia da região.

Dos doze municípios da região, seis obtiveram maior consumo médio industrial de energia elétrica do que a média do consumo estadual. Dois municípios se sobressaíram por também deterem maior consumo do que a média regional: Volta Redonda (8.324,6 MWh) e Porto Real (5.948,5 MWh).

Os municípios de Porto Real (16,8 MWh), Volta Redonda (15,1 MWh), Resende (14,1 MWh) e Pirai (13,8 MWh) destacaram-se no consumo médio comercial. Já no setor agropecuário, Pinheiral obteve o maior consumo médio anual (12,7 MWh).

O consumo médio industrial de energia elétrica da região foi superior, em aproximadamente 6 vezes, ao consumo médio industrial do ERJ.

64 TABELA

Consumo Médio Anual de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo Médio de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Estado do Rio de Janeiro	AMPLA / ENERGISA / LIGHT	5,5	2,2	491,4	20,9	3,9	162,1
Região do Médio Paraíba	AMPLA/LIGHT	10,7	2,0	2.704,8	13,6	4,6	62,6
Barra do Pirai	LIGHT	6,1	1,8	974,2	13,4	8,9	78,9
Barra Mansa	LIGHT	9,6	2,0	2.411,7	12,8	4,6	76,1
Itatiaia	AMPLA	6,8	1,9	1.011,5	12,0	3,9	35,7
Pinheiral	LIGHT	3,0	1,8	101,9	11,8	12,7	58,9
Pirai	LIGHT	7,1	1,9	1.033,4	13,8	4,3	35,3
Porto Real	AMPLA	29,5	1,9	5.948,5	16,8	8,8	37,4
Quatis	LIGHT	2,9	1,8	127,7	8,8	5,5	25,6
Resende	AMPLA	5,7	2,0	467,4	14,1	3,5	104,8
Rio Claro	LIGHT	3,0	1,5	10,3	6,7	6,2	46,3
Rio das Flores	LIGHT	2,6	1,6	8,1	6,7	4,4	13,6
Valença	LIGHT	2,9	1,7	117,1	10,2	2,7	38,3
Volta Redonda	LIGHT	19,0	2,1	8.324,6	15,1	5,6	71,6

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: ¹ As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. ² Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Volta Redonda obteve o maior consumo mensal per capita de energia elétrica residencial da região, em 2012.

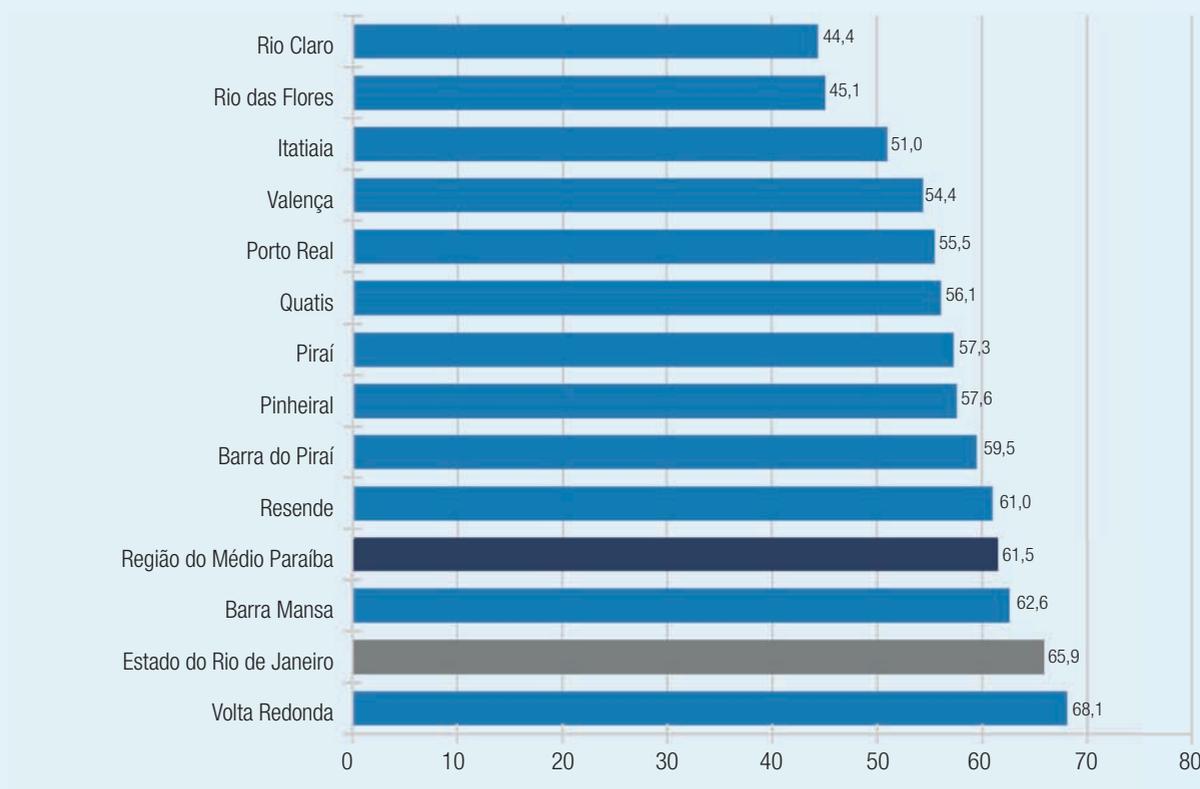
O indicador de Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh), representado no Gráfico 32, foi obtido dividindo-se os valores do consumo residencial de energia elétrica pela população residente estimada pelo IBGE para o ano de 2012. Nota-se que nesse mesmo ano, Volta Redonda apresentou o maior consumo mensal per capita de energia elétrica residencial (68,1

kWh) da região, sendo o único município a superar o consumo per capita estadual (65,9 kWh). Outro município que se destacou foi Barra Mansa (com 62,6 kWh) que junto a Volta Redonda, apresentou consumo superior ao da média regional (61,5 kWh). Já Rio Claro (44,4 kWh) e Rio das Flores (45,1 kWh) obtiveram os menores consumos per capita nesse mesmo ano.

Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh) nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO

32



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A. e da Ampla Energia e Serviços S.A.

6.2 CONSUMO DE GÁS NATURAL

Neste item analisam-se dados do consumo de gás natural dos municípios da Região do Médio Paraíba e do total do Estado do Rio de Janeiro, relativos ao ano de 2012, segundo o Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), com base em dados das concessionárias CEG e CEG Rio.

Os dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro consideram o consumo final municipal e estadual de gás natural nos diferentes setores de consumo. O denominado gás natural “seco” configura-se como próprio para o consumo final por conter grande quantidade de metano e etano [Sedeis (2013)]. Os dados trabalhados foram estritamente de gás natural “seco”, que para simplificação do texto optou-se por designá-lo apenas de “gás natural”.

Vale ressaltar que o suprimento para as usinas termelétricas movidas a gás natural não é considerado consumo final, mas sim transformação. Isso decorre do fato da termoeletricidade transformar esse combustível em energia elétrica, sendo no Balanço Energético computado apenas o consumo da eletricidade gerada.

A distribuição de gás canalizado no ERJ cabe às concessionárias CEG e CEG Rio, empresas controladas pelo grupo espanhol Gás Natural Fenosa. A CEG, que concentra a distribuição de gás natural na Região Metropolitana, possuía, em 2012, rede de dutos de cerca

de 4 mil km de extensão e atendia 16 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Seropédica. Já a CEG Rio, que cuida da distribuição para o interior do estado, possuía, nesse mesmo ano, rede de distribuição de aproximadamente 5 mil km²⁹ e estava presente em 21 municípios de seis regiões de governo: Norte Fluminense, Metropolitana, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense e Médio Paraíba.

O Médio Paraíba foi, em 2012, a segunda região do ERJ em consumo de gás natural.

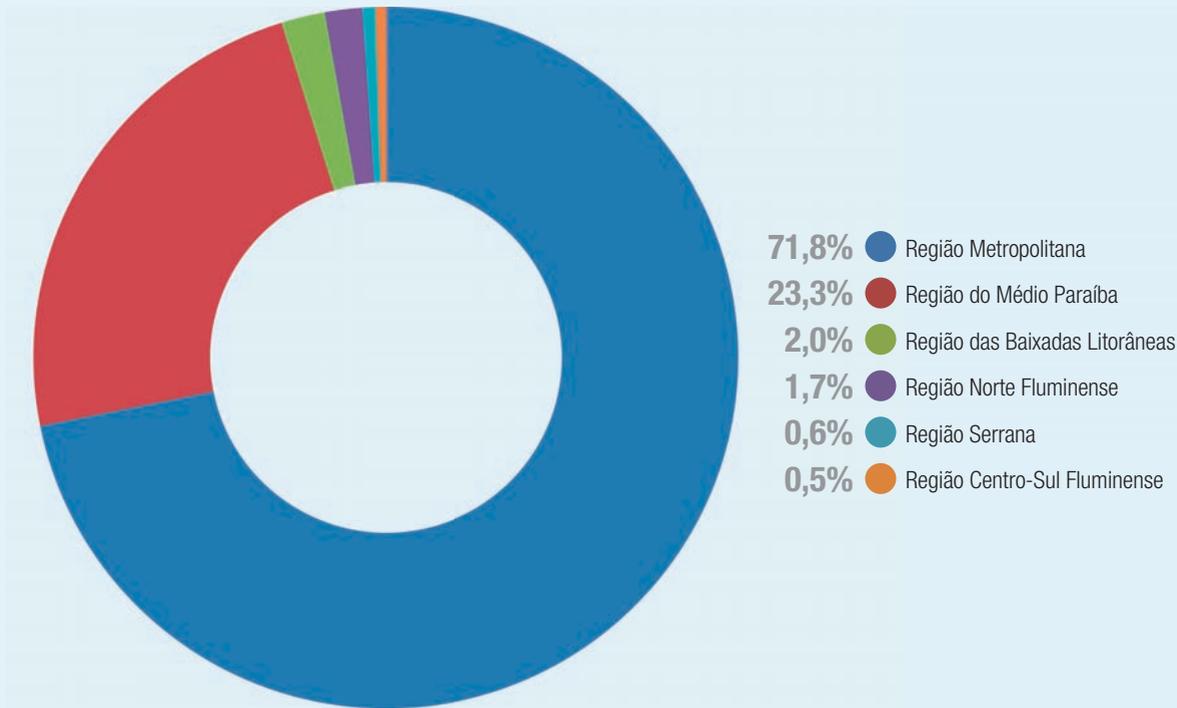
A distribuição do consumo (em m³) nas seis regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), em 2012, está apresentada no Gráfico 33. A Região do Médio Paraíba representou 23,3% do consumo do

ERJ, sendo a segunda região em consumo com aproximadamente 697 milhões m³, no ano de 2012, por concentrar boa parte do consumo em unidades industriais, como será detalhado adiante.

²⁹ http://www.agenersa.rj.gov.br/agenersa_site/index.php?option=com_content&view=category&id=78&Itemid=76

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 33



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

As informações trabalhadas na sequência foram desagregadas em quatro setores de consumo regional: residencial, industrial, comercial e transportes.

O setor residencial caracteriza-se pelo fornecimento de gás natural às unidades consumidoras com fim residencial. O setor industrial refere-se ao fornecimento àquelas unidades onde sejam exercidas quaisquer atividades industriais. Já o setor comercial caracteriza-se pelo fornecimento às unidades de

consumo onde sejam exercidas as atividades comerciais e de serviços. O fornecimento aos veículos movidos a gás natural, compete ao setor de transportes.

O mercado consumidor de gás natural da Região do Médio Paraíba teve predomínio do setor industrial (632.585.343 m³), seguido pelos setores de transportes (63.254.674 m³), residencial (855.753 m³) e comercial (292.462 m³), conforme a Tabela 65.

O consumo de gás natural da Região do Médio Paraíba, em 2012, estava concentrado no setor industrial.

65 TABELA

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Setor	Consumo (m ³)
Consumo Final Total	696.988.232
Transportes	63.254.674
Residencial	855.753
Comercial	292.462
Industrial	632.585.343
Siderúrgico/Metalúrgico	530.734.945
Ferro Gusa/Aço	509.765.733
Não Ferrosos/Outros	20.969.212
Minerais Não Metálicos	46.681.952
Vidros	42.860.466
Cimento	3.821.486
Papel e Celulose	12.486.205
Bebidas	11.306.574
Produtos Alimentícios	4.434.375
Química	4.145.865
Outras Indústrias	22.795.427

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

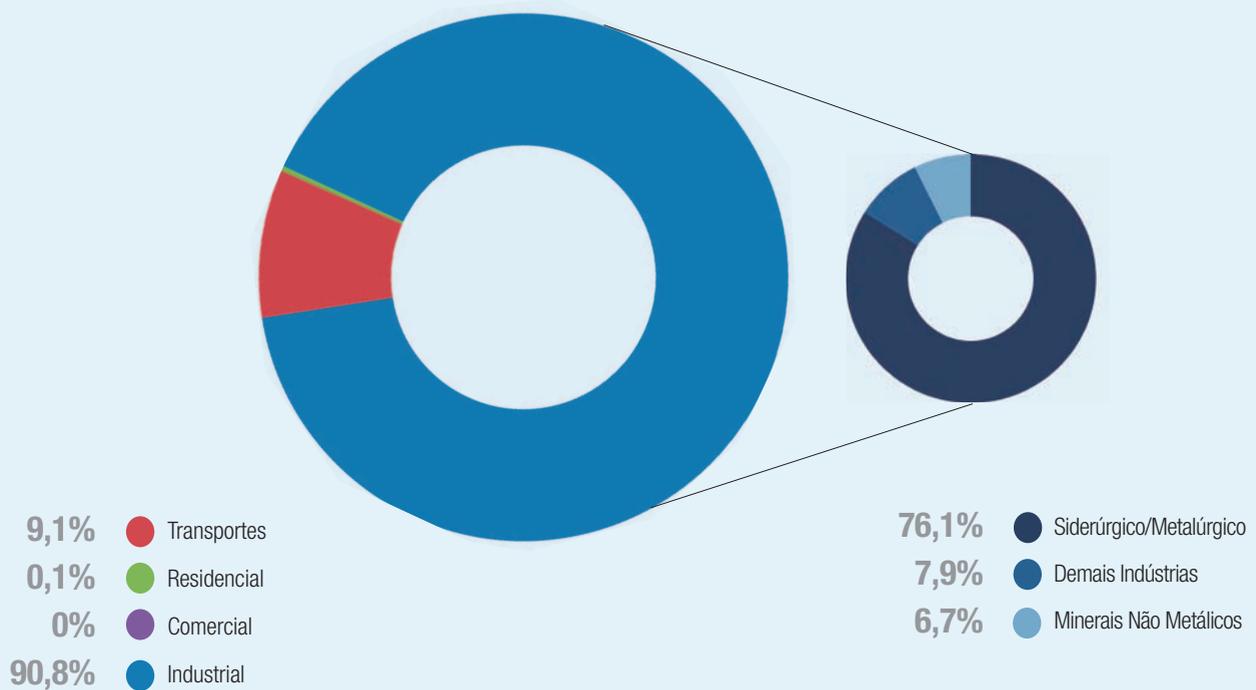
O elevado consumo de gás natural da região pode ser justificado pela concentração de indústrias energointensivas.

O elevado consumo de gás natural no Médio Paraíba se deve em grande parte à configuração industrial da região, composta por indústrias energointensivas dos segmentos da siderurgia, metalurgia, veículos automotores e minerais não metálicos. Isso se deve ao fato de o gás natural ser um combustível utilizado durante o processo de produção de algumas atividades industriais, bem como ser um substituto direto de outros derivados de petróleo e uma alternativa à energia elétrica adquirida diretamente do sistema.

De fato, como mostram os dados do Gráfico 34, no ano de 2012, o setor industrial foi responsável por aproximadamente 90,8% de todo o consumo regional de gás natural. Chama atenção a elevada participação apresentada pelo subsetor siderúrgico/metalúrgico proporcionalmente ao consumo total final (76,1%). Além da indústria, coube ao setor de transportes a segunda maior parcela (9,1%) do consumo regional de gás natural nesse mesmo ano.

Participação (%) do Consumo Setorial de Gás Natural no Consumo Final da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 34



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

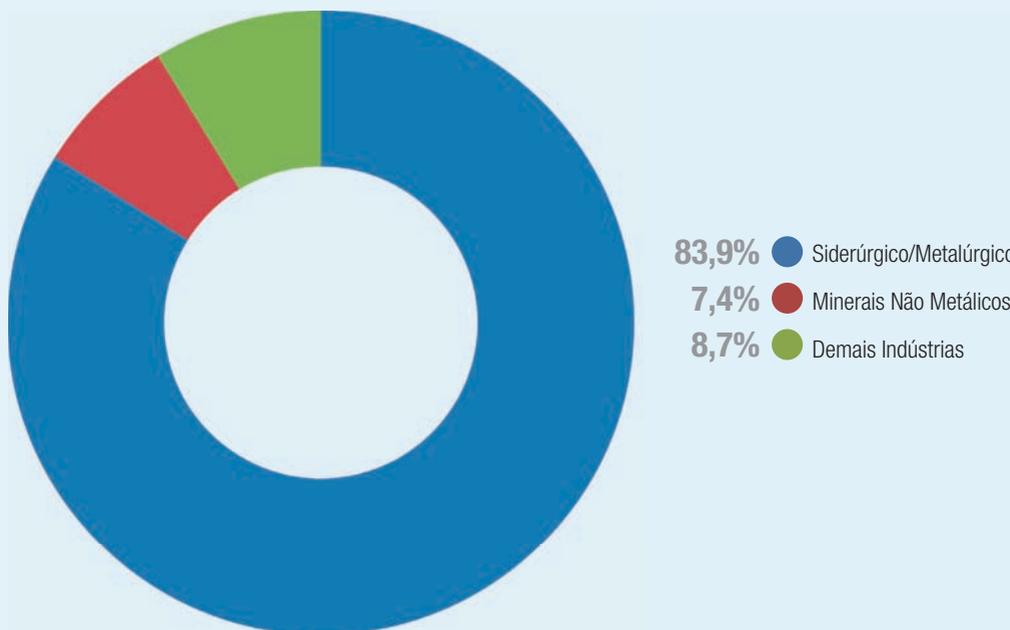
NOTA: as "Demais Indústrias" incluem: produtos alimentícios, bebidas, papel e celulose, química, entre outras.

Considerando apenas o consumo industrial de gás natural, a análise do Gráfico 35 revela que o subsetor siderúrgico/metalúrgico respondeu com quase a totalidade (83,9%). As demais indústrias representaram 8,7% do consumo total de gás

natural do setor industrial. Já as indústrias de minerais não metálicos responderam por 7,4% do consumo industrial, destacando-se as atividades de fabricação de vidro, que responderam por mais de 90% do consumo destas indústrias.

GRÁFICO

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural do Setor Industrial da Região do Médio Paraíba do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

NOTA: as "Demais Indústrias" incluem: produtos alimentícios, bebidas, papel e celulose, química, entre outras.

A Tabela 66 revela que, em 2012, Volta Redonda obteve o maior consumo municipal de gás natural (m^3), distribuído pela CEG Rio, dentre os oito municípios da região ($467.900.287 m^3$). Esse resultado

foi superior em aproximadamente sete vezes o consumo total de gás natural do município de Resende, que se configurou como o segundo maior consumo da região.

O maior consumo municipal de gás natural (m^3) distribuído pela CEG Rio na Região do Médio Paraíba foi Volta Redonda.

TABELA 66

Consumo de Gás Natural (m³) por Setores de Consumo nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Municípios	Consumo de Gás Natural (m ³)						
	Total	Energético	Residencial	Industrial	Comercial	Público	Transportes
Estado do Rio de Janeiro	2.989.519.230	435.642.186	117.184.055	1.375.498.444	89.743.530	2.105.438	969.345.577
Região do Médio Paraíba	696.988.232	–	855.753	632.585.343	292.462	–	63.254.674
Barra do Piraí	7.338.267	–	57.353	2.778.617	329	–	4.501.968
Barra Mansa	69.501.319	–	130.410	48.486.304	124.409	–	20.760.196
Itatiaia	2.910.363	–	–	2.233.676	–	–	676.687
Piraí	22.007.750	–	–	20.681.176	–	–	1.326.574
Porto Real	55.871.572	–	2.942	55.864.572	4.058	–	–
Resende	70.919.461	–	516.239	57.453.055	146.039	–	12.804.128
Rio das Flores	539.212	–	–	–	–	–	539.212
Volta Redonda	467.900.287	–	148.809	445.087.943	17.628	–	22.645.908

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

Em 2012, Volta Redonda possuía o maior percentual de consumo (m³) de gás natural distribuído nos setores industrial e de transportes com relação à Região do Médio Paraíba.

Conforme a distribuição do consumo de gás natural para cada setor de consumo, em 2012, Volta Redonda possuía a maior parcela de consumo (m³) nos setores industrial (70,4%; 445.087.943 m³) e de transportes (35,8%; 22.645.908 m³). O município de Resende também se destacou com participações do consumo na região de 60,3%; 516.239 m³ no setor residencial e 49,9%; 146.039 m³ no comercial.

Chama atenção ainda que, nesse mesmo ano, o município de Barra Mansa apresentou as segundas

maiores parcelas de consumo nos setores comercial (42,5%; 124.409 m³) e de transportes (32,8%; 20.760.196 m³). Juntos, os municípios de Volta Redonda e Barra Mansa representaram 68,6% do consumo regional de gás natural no setor de transportes.

Vale ressaltar que os municípios de Piraí e Itatiaia apresentaram consumo apenas nos setores industrial (3,3% e 0,4% do total da região, respectivamente) e de transportes (2,1% e 1,1%, respectivamente) –Tabela 66.

67 TABELA

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural por Setores de Consumo na Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Municípios	Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural						
	Total	Energético	Residencial	Industrial	Comercial	Público	Transportes
Região do Médio Paraíba	100,0%	–	100,0%	100,0%	100,0%	–	100,0%
Barra do Pirai	1,1%	–	6,7%	0,4%	0,1%	–	7,1%
Barra Mansa	10,0%	–	15,2%	7,7%	42,5%	–	32,8%
Itatiaia	0,4%	–	–	0,4%	–	–	1,1%
Pirai	3,2%	–	–	3,3%	–	–	2,1%
Porto Real	8,0%	–	0,3%	8,8%	1,4%	–	–
Resende	10,2%	–	60,3%	9,1%	49,9%	–	20,2%
Rio das Flores	0,1%	–	–	–	–	–	0,9%
Volta Redonda	67,1%	–	17,4%	70,4%	6,0%	–	35,8%

FONTE: Sedes/Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

Observa-se na Tabela 67 que, em 2012, o consumo (m³) do setor industrial foi superior ao dos demais setores em seis municípios, com percentuais variando entre 69,8% em Barra Mansa e quase 100% em Porto Real. Já nos outros dois municípios (Rio das Flores e Barra do Pirai) o setor de transportes destacou-se, com Rio das Flores apresentando a maior parcela (100%) e Barra do Pirai, com percentual de 61,3%.

Vale ressaltar que, nesse mesmo ano, o consumo industrial de gás natural dos municípios de Porto Real (de quase 100%), Volta Redonda (95,1%) e Pirai (94%) foram superiores à participação relativa do consumo industrial de gás natural da Região do Médio Paraíba (90,8%).

Em 2012, houve predomínio de consumo de gás natural distribuído no setor industrial em seis dos oito municípios da região.

TABELA 68

Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural por Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Municípios	Distribuição (%) do Consumo de Gás Natural						
	Total	Energético	Residencial	Industrial	Comercial	Público	Transportes
Região do Médio Paraíba	100,0%	–	0,1%	90,8%	0,0%	–	9,1%
Barra do Pirai	100,0%	–	0,8%	37,9%	0,0%	–	61,3%
Barra Mansa	100,0%	–	0,2%	69,8%	0,2%	–	29,9%
Itatiaia	100,0%	–	–	76,7%	–	–	23,3%
Pirai	100,0%	–	–	94,0%	–	–	6,0%
Porto Real	100,0%	–	0,0%	100,0%	0,0%	–	–
Resende	100,0%	–	0,7%	81,0%	0,2%	–	18,1%
Rio das Flores	100,0%	–	–	–	–	–	100,0%
Volta Redonda	100,0%	–	0,0%	95,1%	0,0%	–	4,8%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

6.3 SANEAMENTO E ÁGUA

Resende possui maior percentual da população beneficiada por ETEs na Região do Médio Paraíba.

No Quadro 2 é possível identificar as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) localizadas nos municípios do Médio Paraíba, seus níveis de tratamento e o percentual da população beneficiada para o ano de 2012.

O nível primário corresponde a um procedimento físico de separação da matéria poluente da água por meio de sedimentação. Já o nível secundário é um processo biológico, no qual a matéria orgânica poluente é consumida por

micro-organismos. Observa-se que Resende possui a maior parcela da população beneficiada pelas ETEs (58,64%), com cinco estações, todas de nível secundário. Logo depois vem Rio das Flores, com 50,14% de população beneficiada, sendo apenas uma estação, também de nível secundário. O município com a menor parcela beneficiada é Barra do Pirai, com apenas 1,09% de população atendida por três estações, sendo uma de nível primário e as demais por nível secundário.

2 QUADRO

Estações de Tratamento de Esgoto nos Municípios da Região do Médio Paraíba (2012)

Regiões de Governo	ETE*	Nível de Tratamento	População Beneficiada (%)
Barra do Pirai	ETE Cerâmica União	secundário	–
	ETE Boa Vista da Barra	secundário	–
	Sistema fossa/filtro	primário	1,09
Barra Mansa	ETE Vila dos Remédios	secundário	1,14
	ETE Rialto	primário	0,57
	ETE Floriano	secundário	1,25
Pirai	Sist. fossa/filtro – divers. local.	primário	10,13
	Lago/Freitas Soares, Jardim acacias	secundário	23,34
Porto Real	Jardim real	secundário	5,91
	Centro	secundário	2,91
Quatis	ETE Falcão	primário	8,31
	ETE São Joaquim	primário	12,47
	ETE Alegria	secundário	46,81
Resende	ETE Isaac Politi	secundário	2,61
	ETE Contorno	secundário	5,91
	ETE Monet	secundário	2,05
Rio das Flores	ETE Mauá	secundário	1,26
	ETE (UASB)	secundário	50,14
	ETE Vila Rica I	secundário	1,04
Volta Redonda	ETE Vila Rica II	secundário	3,50
	ETE Cidade Nova	primário	0,81
	ETE Volta Grande IV	secundário	1,19
	ETE Padre Josimo	secundário	0,54
	ETE Parque das garças	secundário	1,22
	ETE Santa Cruz	secundário	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

O Médio Paraíba é a segunda região no ERJ em economias e ligações de esgoto.

Na Tabela 70 estão apresentadas as economias e ligações de esgoto, população atendida e extensão da rede de esgoto. As ligações são ramais prediais ligados à rede coletora de esgoto, já as economias são: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares existentes em uma determinada edificação e que

são atendidos pelos serviços de esgotamento sanitário. A Região do Médio Paraíba é a segunda maior em economias e ligações de esgoto no Estado do Rio de Janeiro ficando atrás somente da Metropolitana. Dos nove municípios analisados, Volta Redonda foi o município que mais se destacou.

TABELA 69

Economias e Ligações de Esgoto nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Economias Ativas de Esgoto	Economias Residenciais Ativas de Esgoto	Ligações Ativas de Esgoto	População Total Atendida com Esgotamento Sanitário [Habitante]	Extensão da Rede de Esgoto [Km]
ERJ	3.022.388	2.765.259	1.683.329	9.062.495	14.426
Região do Médio Paraíba	221.759	201.538	162.408	675.417	1.683
Barra do Pirai	14.025	13.857	14.025	74.957	104
Barra Mansa	49.107	43.641	33.456	174.483	300
Itatiaia	4.979	4.979	4.979	18.771	63
Pirai	3.000	2.897	2.968	9.416	27
Porto Real	–	–	3.720	15.300	34
Resende	39.398	35.689	28.708	104.870	353
Rio das Flores	3.045	2.839	3.045	5.959	40
Valença	9.451	8.889	6.789	27.381	58
Volta Redonda	98.754	88.747	64.718	244.280	704

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

6.4 TRANSPORTE

A frota veicular é um dos indicadores do grau de mobilidade urbana e da capacidade da infraestrutura das cidades. A aquisição de ciclomotores cresceu de forma intensa em todo o país e no Estado do Rio não foi diferente: entre 2010 e 2011 o emplacamento cresceu na ordem de 7%.

De 2010 para 2011 a Região do Médio Paraíba, superou a variação do estado em 4 pontos percentuais, colocando mais 1.771 veículos nas ruas. Até o ano de 1979 foram emplacados 645 mil carros no estado e na Região do Médio Paraíba, 41 mil. Nos 20 anos que se seguiram, os emplacamentos representaram o triplo da quantidade licenciada até então, e, após a virada do

milênio, em apenas 10 anos foram emplacados os mesmos dois milhões de veículos dos 20 anos anteriores. Apesar de a imensa maioria dos carros de 1979 não estar mais rodando, o crescimento do número de veículos emplacados de 2010 para 2011 foi de 11%, e a população residente na região aumentou em menos de 2% no mesmo período.

Na Região do Médio Paraíba, o número de emplacamentos de veículos em 2011 é o triplo da média anual das décadas de 1980 e 1990.

Apesar de a imensa maioria dos veículos fabricados antes 1979 não estar mais rodando, trata-se de um parâmetro para a quantidade de automotores em circulação atualmente nas cidades. Nas décadas de 1980 e 1990 a região emplacava em média, 6.040 veículos por ano, valor que passa a mais de 11 mil na primeira década dos anos 2000. Atinge a ordem de pouco mais de 16 mil em 2010 e, em 2011, último dado disponível, foram emplacados 17.926 veículos na região. O recente aumento da

renda per capita e a facilidade de aquisição impulsionou a compra e conseqüentemente a taxa de emplacamento dos veículos que estão nas ruas hoje. De toda a região, os municípios de Volta Redonda, Resende, Valença, Pirai e Rio Claro apresentaram redução no número de emplacamentos entre 2010 e 2011. Em contrapartida, o município de Porto Real, no mesmo período, quadruplicou este montante – Tabela 70.

70 TABELA

Veículos Emplacados, por Ano de Fabricação, aos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos Emplacados					
	Ano de Fabricação					
	Total	2011	2010	2000/2009	1980/1999	Até 1979
Estado do Rio de Janeiro	5.480.245	363.624	340.709	2.059.492	2.071.263	645.157
Região do Médio Paraíba	309.885	17.926	16.155	114.059	120.802	40.943
Volta Redonda	115.910	5.598	5.792	44.285	47.151	13.084
Barra Mansa	59.529	3.160	3.056	22.279	22.790	8.244
Resende	51.885	3.194	3.226	20.772	18.896	5.797
Barra do Pirai	28.834	1.241	1.069	8.986	12.051	5.487
Valença	18.461	786	980	6.288	6.963	3.444
Pirai	7.743	337	351	2.437	3.100	1.518
Itatiaia	6.820	496	387	2.509	2.605	823
Porto Real	6.787	2.335	552	1.842	1.639	419
Pinheiral	4.780	294	272	1.819	1.949	446
Rio Claro	3.609	220	229	1.262	1.351	547
Quatis	3.497	185	164	1.035	1.474	639
Rio das Flores	2.030	80	77	545	833	495

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

Tanto no transporte de passageiros como no transporte de cargas, o município de Volta Redonda possui mais de um terço da frota. De todos os tipos, não detém a liderança apenas na quantidade de ônibus, a qual o município de Barra Mansa supera em 8 veículos. Este município está em segundo lugar em termos de emplacamento, empatado com Resende, com aproximadamente

17% dos veículos da região. Neste recorte, os automóveis representam 81% dos veículos de passageiros e as motocicletas ficam com 14%, mesmas proporções verificadas no Estado do Rio de Janeiro. Da mesma forma se comportam os percentuais de motonetas (2,5%) e dos ônibus em circulação pelas cidades da região (1%) para veículos de passageiros – Tabela 71.

Volta Redonda concentra 38% dos veículos da Região do Médio Paraíba.

TABELA 71

Veículos de Passageiro Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos de Passageiro Emplacados							
	Total	Automóvel	Ciclomotor	Motoneta	Motocicleta	Triciclo	Micro-ônibus	Ônibus
Estado do Rio de Janeiro	4.708.949	3.821.520	1.052	115.120	693.990	2.129	32.101	43.037
Região do Médio Paraíba	258.821	210.550	145	6.674	37.652	198	1.269	2.333
Volta Redonda	100.129	83.152	75	1.754	14.118	73	319	638
Barra Mansa	47.849	39.500	18	1.003	6.508	16	158	646
Resende	43.372	34.808	15	1.233	6.609	34	223	450
Barra do Pirai	23.184	18.449	13	1.091	3.167	47	169	248
Valença	15.623	11.734	8	646	3.058	5	87	85
Pirai	6.147	5.045	3	156	818	7	55	63
Itatiaia	5.718	4.130	6	283	1.182	1	73	43
Porto Real	5.610	4.948	–	160	434	1	48	19
Pinheiral	3.917	3.125	3	104	560	10	37	78
Rio Claro	2.821	2.208	3	90	487	1	12	20
Quatis	2.799	2.188	1	86	423	2	68	31
Rio das Flores	1.652	1.263	–	68	288	1	20	12

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

A região possui 17,7% dos caminhões-tratores existentes no estado e 14,3% dos semirreboques. Dada a força do emprego industrial na região, a profissão de motorista de veículo de cargas ocupa a quinta colocação entre as atividades que mais empregam em

número absoluto de funcionários, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Ao todo, são 5.136 profissionais, que representam 2,5% de todo o emprego com carteira assinada da região – Tabela 72.

No Médio Paraíba estão 6,3% dos veículos de carga encontrados no estado.

72 TABELA

Veículos de Carga Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos de Carga Emplacados							
	Total	Camioneta	Camionete	Caminhão	Reboque	Semirreboque	Caminhão Trator	Trator de Rodas
Estado do Rio de Janeiro	659.536	283.339	174.059	129.378	39.470	17.542	14.747	1.001
Região do Médio Paraíba	41.598	13.655	11.591	8.948	2.215	2.509	2.613	67
Volta Redonda	12.585	4.832	3.936	2.340	770	349	351	7
Barra Mansa	9.635	2.410	2.369	2.087	464	1.178	1.082	45
Resende	7.112	2.154	2.107	1.222	407	530	684	8
Barra do Pirai	4.923	1.915	886	1.489	201	198	230	4
Valença	1.955	738	675	362	117	34	29	–
Pirai	1.330	393	301	460	68	45	62	1
Itatiaia	886	328	283	166	59	27	22	1
Porto Real	1.171	211	397	338	31	93	101	–
Pinheiral	618	190	201	166	29	15	17	–
Rio Claro	535	181	181	94	32	26	21	–
Quatis	576	197	167	166	22	10	13	1
Rio das Flores	272	106	88	58	15	4	1	–

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

A taxa de motorização é calculada pela quantidade de automóveis por habitante, ou seja, excluem-se os outros tipos de veículo.

A influência da indústria automotiva na Região do Médio Paraíba, pode estar contribuindo para o incremento da taxa de motorização, calculada em função dos carros de passeio existentes. O índice ficou acima daquele verificado no estado como um todo. Em ambos a média é de aproximadamente 4 habitantes para cada automóvel, já em Volta

Redonda, por exemplo, este valor vai para um carro a cada três cidadãos, sem se levar em conta a idade e habilitação para dirigir desta população. Nota-se que este índice dá pistas sobre a infraestrutura urbana e o sistema público de transportes existentes, além de caracterizar os hábitos e a situação socioeconômica dos residentes – Tabela 73.

TABELA 73

Taxa de Motorização nos Municípios da Região do Médio Paraíba no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	População Residente	Frota de Automóveis Particulares	Taxa de Motorização
Estado do Rio de Janeiro	16.112.637	3.821.520	23,72%
Região do Médio Paraíba	860.566	210.550	24,47%
Barra do Pirai	95.260	18.449	19,37%
Barra Mansa	178.355	39.500	22,15%
Itatiaia	29.093	4.130	14,20%
Pinheiral	22.968	3.125	13,61%
Pirai	26.636	5.045	18,94%
Porto Real	16.937	4.948	29,21%
Quatis	12.951	2.188	16,89%
Resende	120.937	34.808	28,78%
Rio Claro	17.517	2.208	12,60%
Rio das Flores	8.633	1.263	14,63%
Valença	72.268	11.734	16,24%
Volta Redonda	259.011	83.152	32,00%

FONTE: IBGE (2012) e DETRAN-RJ (2013).

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Royalties: tabelas contendo o valor mensal dos royalties dos beneficiários.** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=9080>>. Acesso em: janeiro de 2015.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama. **A Transformação dos Ambientes Natural e Rural com a Industrialização do Médio Paraíba Fluminense-RJ.** In: V ENANPPAS – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis, SC. **Anais V Encontro da ANPPAS.** Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 2010. v. 1, p. 1-20.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013.** Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2011/ApresentacaoInfraEnergia.html>>. Acesso em: julho de 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Demografia das Empresas 2009.** Estudos e Pesquisas – Informação Econômica nº 16. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Estimativas de População.** Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: janeiro de 2014.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?ti=1&tf=99999&e=c&t=7&p=IO&v=37&z=t&o=3>>. Acesso em: janeiro de 2015.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989** – Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dezembro 1989, p. 24.782.

_____. Senado Federal, **Resolução nº 40 de 20 de dezembro de 2001** – Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 dez 2001, Seção 1, p. 6. Republicação Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 abr. 2002, Seção 1, p. 5.

_____. Senado Federal, **Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001** – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 dez 2001, Seção 1, p. 1. Republicação Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 abr. 2002, Seção 1, p. 5.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SEFAZ). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**. Disponível em: <[http://www.fazenda.rj.gov.br/s^oefaz/faces/menu_structure/sitios/sitios-contadoria-navigation/folder3/url45?_afriLoop=594035133140545&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169978&_adf.ctrl-state=15xsv7fjge_37](http://www.fazenda.rj.gov.br/s%00efaz/faces/menu_structure/sitios/sitios-contadoria-navigation/folder3/url45?_afriLoop=594035133140545&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169978&_adf.ctrl-state=15xsv7fjge_37)>. Acesso em: outubro de 2014.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Receitas Públicas: Manual de Procedimentos**. 4ª Ed. Brasília: 2007. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf. Acesso em: janeiro de 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Barra do Piraí. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Barra Mansa. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Itatiaia. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Pinheiral. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Piraí. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Porto Real. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Quatis. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Resende. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Rio Claro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Rio das Flores. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Valença. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**: Volta Redonda. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: maio de 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**. Disponível em: <<http://portal91.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorios-lrf>>. Acesso em: outubro de 2014.

SITES VISITADOS

<http://portal.cefet-rj.br/>

<http://www2.datasus.gov.br/>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/>

<http://www.ceperj.rj.gov.br/>

<http://www.faecet.rj.gov.br/>

<http://www.inep.gov.br/>

<http://www.rais.gov.br/>

<http://www.mtecbo.gov.br/>

Apêndices

APÊNDICE

1

Demonstrativos das Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012)

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Barra do Pirai		Barra Mansa		Itatiaia		Pinheiral	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	95.933,1	183.391,1	248.673,0	370.107,9	71.770,6	122.451,6	33.935,3	61.350,7
Receitas Tributárias	12.137,4	24.040,0	30.880,0	41.502,8	10.333,2	19.329,3	1.589,1	3.397,2
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	2.866,3	3.944,2	7.726,0	8.977,4	2.488,3	4.563,6	361,2	477,1
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	4.886,4	12.797,6	18.023,2	25.298,7	6.532,5	11.291,2	967,4	2.052,7
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	601,2	1.296,5	949,7	1.777,1	403,1	1.316,3	42,7	163,9
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1.128,9	1.676,3	2.920,3	4.615,7	546,0	1.337,7	129,9	554,0
Outras Receitas Tributárias	2.654,6	4.325,4	1.260,7	833,9	363,3	820,4	87,9	149,5
Receita de Contribuições	6.094,8	6.256,1	13.598,9	14.934,5	1.991,3	3.245,1	914,4	2.292,1
Receita Patrimonial	4.745,8	17.139,4	3.943,9	1.849,5	3.142,5	9.716,8	871,9	2.918,2
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	4.211,1	4.548,5	19.745,0	29.823,5	611,6	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	62.339,0	122.118,0	170.805,5	259.283,4	52.514,3	85.051,1	29.711,8	51.091,0
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	18.734,6	26.082,6	32.452,6	46.128,9	8.742,8	12.171,9	7.494,5	10.433,1
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	175,5	115,3	400,6	252,5	231,2	150,6	83,5	64,1
Cota-Parte do ITR	0,0	54,1	0,0	175,4	0,0	17,2	0,0	7,2
Cota-Parte do ICMS (100%)	22.199,5	28.066,2	51.170,0	61.373,7	29.536,6	36.512,6	10.635,2	15.528,3
Cota-Parte do IPVA	2.494,1	3.459,0	5.514,1	9.340,0	794,2	989,2	332,6	835,1
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	456,0	756,2	1.050,8	1.631,5	606,3	983,3	218,5	541,4
Transferências do FUNDEB	7.731,7	18.925,5	32.642,1	49.396,2	6.478,7	11.812,9	5.001,9	7.396,8
Outras Transferências Correntes	10.547,8	44.659,1	47.575,2	90.985,1	6.124,5	22.413,2	5.945,7	16.285,0
Outras Receitas Correntes	6.405,0	9.288,9	9.699,7	22.714,3	3.177,6	5.109,3	848,1	1.652,2
DEDUÇÕES (II)	8.810,7	16.986,6	19.088,2	34.176,9	7.192,6	12.458,1	3.250,7	7.250,7
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv. Servidor	2.663,9	4.324,5	6.333,0	7.985,0	1.325,1	2.361,9	486,6	1.839,9
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	1.174,9	0,0	2.814,7	0,0	31,4	0,0	12,4
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	6.146,8	11.487,2	12.755,1	23.377,3	5.867,5	10.064,8	2.764,1	5.398,5
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I – II)	87.122,4	166.404,5	229.584,8	335.931,0	64.578,0	109.993,5	30.684,6	54.100,0

(Continua)

1 APÊNDICE

(Continuação)

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Piraí		Porto Real		Quatis		Resende	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	115.482,3	166.500,3	88.659,6	226.851,6	24.807,8	51.087,8	235.615,8	396.014,0
Receitas Tributárias	11.029,0	16.589,7	5.622,1	13.872,4	1.111,4	2.212,5	33.247,7	59.822,7
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	1.957,8	2.439,6	527,6	556,3	313,3	396,6	7.890,4	11.490,2
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	6.352,8	10.825,7	3.257,5	8.032,8	237,0	1.149,7	19.611,0	35.775,2
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	188,8	313,0	283,2	679,5	33,4	118,7	1.716,3	4.774,1
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1.407,8	1.617,3	1.203,4	4.420,9	157,1	136,7	3.637,1	6.750,1
Outras Receitas Tributárias	1.121,8	1.394,1	350,4	182,9	370,7	410,9	393,0	1.033,1
Receita de Contribuições	3.343,9	4.586,1	799,1	1.241,0	289,7	970,9	8.326,0	10.642,6
Receita Patrimonial	8.959,8	21.469,0	277,9	1.636,5	270,1	1.777,7	9.503,3	28.725,6
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	230,1	292,3	309,6	287,3	294,8	0,0	15.798,9	62,3
Transferências Correntes	86.504,3	120.620,4	81.208,0	206.445,6	21.967,1	43.809,1	156.400,6	275.741,3
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	8.950,8	12.171,9	6.241,7	8.694,2	4.996,3	6.955,4	21.230,0	29.560,4
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	360,4	262,6	456,5	643,3	82,1	60,8	598,8	540,5
Cota-Parte do ITR	0,0	66,8	0,0	3,7	0,0	13,0	0,0	84,3
Cota-Parte do ICMS (100%)	46.038,8	63.734,9	58.330,3	157.322,8	10.488,9	14.737,8	76.518,8	131.586,0
Cota-Parte do IPVA	583,5	946,0	3.527,6	3.588,8	285,1	382,6	4.936,0	9.911,8
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	945,2	1.716,7	1.196,3	3.952,2	215,4	489,1	1.570,3	3.441,7
Transferências do FUNDEB	8.376,8	13.061,4	3.769,8	7.180,2	3.118,9	5.156,0	18.923,6	33.431,2
Outras Transferências Correntes	21.248,9	28.660,0	7.685,8	25.060,4	2.780,4	16.014,3	32.623,0	67.185,5
Outras Receitas Correntes	5.415,2	2.942,9	442,8	3.368,9	874,6	2.317,6	12.339,3	21.019,4
DEDUÇÕES (II)	11.330,8	19.673,3	9.934,3	34.769,4	2.632,7	5.225,7	20.394,8	43.689,7
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv. Servidor	2.728,4	3.602,2	0,0	0,0	265,3	757,9	5.407,1	7.929,4
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	158,1	391,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.210,8
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	8.444,3	15.679,6	9.934,3	34.769,4	2.367,4	4.467,8	14.987,7	34.549,5
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I – II)	104.151,5	146.827,0	78.725,3	192.082,2	22.175,1	45.862,2	215.221,0	352.324,3

(Continua)

APÊNDICE

1

(Continuação)

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Rio Claro		Rio das Flores		Valença		Volta Redonda	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	35.730,8	73.952,4	23.499,1	42.196,4	67.846,3	143.307,6	539.614,9	779.917,3
Receitas Tributárias	1.574,1	3.777,2	1.313,0	1.732,1	7.075,9	10.740,3	82.519,5	138.327,7
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	438,1	713,9	151,7	152,1	3.761,7	3.556,4	24.280,3	47.607,3
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	448,5	1.217,9	1.007,5	1.148,4	1.973,8	4.481,3	49.395,4	76.671,1
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	154,2	124,3	33,7	185,9	489,9	873,8	2.744,5	5.274,6
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	324,0	1.355,2	85,6	106,4	542,5	1.012,9	4.673,5	6.091,9
Outras Receitas Tributárias	209,3	365,8	34,5	139,3	307,9	815,9	1.425,9	2.682,8
Receita de Contribuições	1.202,7	2.075,0	0,0	150,3	0,5	4.040,2	6.221,0	9.698,1
Receita Patrimonial	676,5	6.240,9	156,4	546,2	391,9	1.853,2	9.823,3	26.959,1
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	993,9	1.100,1
Receita de Serviços	29,0	0,0	206,4	221,8	0,0	0,0	40.395,8	52.417,5
Transferências Correntes	30.178,6	60.617,1	21.311,8	39.167,1	56.754,2	124.107,6	349.364,2	496.163,3
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	7.492,9	10.433,1	3.747,2	5.216,5	14.959,3	22.605,0	34.305,8	46.129,0
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	109,5	104,9	118,1	138,2	170,2	120,8	1.396,8	924,6
Cota-Parte do ITR	0,0	48,5	0,0	23,0	0,0	65,6	0,0	54,6
Cota-Parte do ICMS (100%)	14.044,0	25.294,0	11.650,2	17.260,3	21.727,5	29.338,3	178.455,1	226.287,4
Cota-Parte do IPVA	206,2	734,7	117,3	179,2	1.283,6	2.199,1	11.179,1	17.912,6
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	288,4	686,4	239,3	466,9	446,1	760,0	3.664,4	5.997,7
Transferências do FUNDEB	3.050,5	7.511,8	1.991,5	4.171,1	8.482,1	23.549,1	54.132,1	88.612,5
Outras Transferências Correntes	4.987,1	15.803,7	3.448,1	11.711,8	9.685,3	45.469,7	66.231,0	110.244,9
Outras Receitas Correntes	2.069,9	1.242,3	511,5	378,9	3.623,9	2.566,2	50.297,1	55.251,5
DEDUÇÕES (II)	4.310,6	9.087,5	2.359,2	4.601,4	5.565,4	14.754,2	38.610,2	73.185,0
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv. Servidor	1.020,3	1.594,6	0,0	0,0	0,0	3.922,4	6.221,0	9.698,1
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	118,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4.660,9
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	3.290,2	7.374,5	2.359,2	4.601,4	5.565,4	10.831,7	32.389,2	58.826,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I – II)	31.420,2	64.865,0	21.139,9	37.594,9	62.281,0	128.553,4	501.004,7	706.732,2

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

(Conclusão)

2 APÊNDICE

Distribuição (%) das Principais Receitas sobre os Orçamentos dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Barra do Pirai		Barra Mansa		Itatiaia		Pinheiral	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas Tributárias	12,7	13,1	12,4	11,2	14,4	15,8	4,7	5,5
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	3,0	2,2	3,1	2,4	3,5	3,7	1,1	0,8
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,1	7,0	7,2	6,8	9,1	9,2	2,9	3,3
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	0,6	0,7	0,4	0,5	0,6	1,1	0,1	0,3
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1,2	0,9	1,2	1,2	0,8	1,1	0,4	0,9
Outras Receitas Tributárias	2,8	2,4	0,5	0,2	0,5	0,7	0,3	0,2
Receita de Contribuições	6,4	3,4	5,5	4,0	2,8	2,7	2,7	3,7
Receita Patrimonial	4,9	9,3	1,6	0,5	4,4	7,9	2,6	4,8
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	4,4	2,5	7,9	8,1	0,9	0,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	65,0	66,6	68,7	70,1	73,2	69,5	87,6	83,3
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	19,5	14,2	13,1	12,5	12,2	9,9	22,1	17,0
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,2	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	0,2	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	23,1	15,3	20,6	16,6	41,2	29,8	31,3	25,3
Cota-Parte do IPVA	2,6	1,9	2,2	2,5	1,1	0,8	1,0	1,4
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	0,5	0,4	0,4	0,4	0,8	0,8	0,6	0,9
Transferências do FUNDEB	8,1	10,3	13,1	13,3	9,0	9,6	14,7	12,1
Outras Transferências Correntes	11,0	24,4	19,1	24,6	8,5	18,3	17,5	26,5
Outras Receitas Correntes	6,7	5,1	3,9	6,1	4,4	4,2	2,5	2,7

(Continua)

APÊNDICE 2

(Continuação)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Piraí		Porto Real		Quatis		Resende	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0							
Receitas Tributárias	9,6	10,0	6,3	6,1	4,5	4,3	14,1	15,1
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	1,7	1,5	0,6	0,2	1,3	0,8	3,3	2,9
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	5,5	6,5	3,7	3,5	1,0	2,3	8,3	9,0
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,7	1,2
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	1,2	1,0	1,4	1,9	0,6	0,3	1,5	1,7
Outras Receitas Tributárias	1,0	0,8	0,4	0,1	1,5	0,8	0,2	0,3
Receita de Contribuições	2,9	2,8	0,9	0,5	1,2	1,9	3,5	2,7
Receita Patrimonial	7,8	12,9	0,3	0,7	1,1	3,5	4,0	7,3
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,2	0,2	0,3	0,1	1,2	0,0	6,7	0,0
Transferências Correntes	74,9	72,4	91,6	91,0	88,5	85,8	66,4	69,6
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	7,8	7,3	7,0	3,8	20,1	13,6	9,0	7,5
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,3	0,2	0,5	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	39,9	38,3	65,8	69,4	42,3	28,8	32,5	33,2
Cota-Parte do IPVA	0,5	0,6	4,0	1,6	1,1	0,7	2,1	2,5
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	0,8	1,0	1,3	1,7	0,9	1,0	0,7	0,9
Transferências do FUNDEB	7,3	7,8	4,3	3,2	12,6	10,1	8,0	8,4
Outras Transferências Correntes	18,4	17,2	8,7	11,0	11,2	31,3	13,8	17,0
Outras Receitas Correntes	4,7	1,8	0,5	1,5	3,5	4,5	5,2	5,3

(Continua)

2 APÊNDICE

(Continuação)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Rio Claro		Rio das Flores		Valença		Volta Redonda	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas Tributárias	4,4	5,1	5,6	4,1	10,4	7,5	15,3	17,7
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	1,2	1,0	0,6	0,4	5,5	2,5	4,5	6,1
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	1,3	1,6	4,3	2,7	2,9	3,1	9,2	9,8
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	0,4	0,2	0,1	0,4	0,7	0,6	0,5	0,7
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	0,9	1,8	0,4	0,3	0,8	0,7	0,9	0,8
Outras Receitas Tributárias	0,6	0,5	0,1	0,3	0,5	0,6	0,3	0,3
Receita de Contribuições	3,4	2,8	0,0	0,4	0,0	2,8	1,2	1,2
Receita Patrimonial	1,9	8,4	0,7	1,3	0,6	1,3	1,8	3,5
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1
Receita de Serviços	0,1	0,0	0,9	0,5	0,0	0,0	7,5	6,7
Transferências Correntes	84,5	82,0	90,7	92,8	83,7	86,6	64,7	63,6
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	21,0	14,1	15,9	12,4	22,0	15,8	6,4	5,9
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,3	0,1	0,5	0,3	0,3	0,1	0,3	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Cota-Parte do ICMS (100%)	39,3	34,2	49,6	40,9	32,0	20,5	33,1	29,0
Cota-Parte do IPVA	0,6	1,0	0,5	0,4	1,9	1,5	2,1	2,3
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	0,8	0,9	1,0	1,1	0,7	0,5	0,7	0,8
Transferências do FUNDEB	8,5	10,2	8,5	9,9	12,5	16,4	10,0	11,4
Outras Transferências Correntes	14,0	21,4	14,7	27,8	14,3	31,7	12,3	14,1
Outras Receitas Correntes	5,8	1,7	2,2	0,9	5,3	1,8	9,3	7,1

(Conclusão)

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

APÊNDICE 3

Valores e Evolução das Receitas Tributárias Per Capita dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012)

Município	Ano	Receitas Tributárias	IPTU	ISS	ITBI	IR	Outras Receitas Tributárias
Barra do Pirai	2006	R\$ 127,25	R\$ 30,05	R\$ 51,23	R\$ 6,30	R\$ 11,84	R\$ 27,83
	2012	R\$ 251,13	R\$ 41,20	R\$ 133,69	R\$ 13,54	R\$ 17,51	R\$ 45,18
	2012/2006	97,3%	37,1%	161,0%	114,9%	48,0%	62,3%
Barra Mansa	2006	R\$ 175,30	R\$ 43,86	R\$ 102,32	R\$ 5,39	R\$ 16,58	R\$ 7,16
	2012	R\$ 232,01	R\$ 50,19	R\$ 141,43	R\$ 9,93	R\$ 25,80	R\$ 4,66
	2012/2006	32,3%	14,4%	38,2%	84,3%	55,6%	-34,9%
Itatiaia	2006	R\$ 331,79	R\$ 79,90	R\$ 209,75	R\$ 12,94	R\$ 17,53	R\$ 11,66
	2012	R\$ 657,59	R\$ 155,26	R\$ 384,13	R\$ 44,78	R\$ 45,51	R\$ 27,91
	2012/2006	98,2%	94,3%	83,1%	246,0%	159,6%	139,3%
Pinheiral	2006	R\$ 69,05	R\$ 15,69	R\$ 42,04	R\$ 1,86	R\$ 5,64	R\$ 3,82
	2012	R\$ 146,38	R\$ 20,56	R\$ 88,45	R\$ 7,06	R\$ 23,87	R\$ 6,44
	2012/2006	112,0%	31,0%	110,4%	280,6%	323,0%	68,6%
Pirai	2006	R\$ 452,69	R\$ 80,36	R\$ 260,76	R\$ 7,75	R\$ 57,78	R\$ 46,05
	2012	R\$ 615,62	R\$ 90,53	R\$ 401,72	R\$ 11,61	R\$ 60,02	R\$ 51,73
	2012/2006	36,0%	12,7%	54,1%	49,9%	3,9%	12,4%
Porto Real	2006	R\$ 367,24	R\$ 34,46	R\$ 212,78	R\$ 18,50	R\$ 78,61	R\$ 22,89
	2012	R\$ 803,17	R\$ 32,21	R\$ 465,08	R\$ 39,34	R\$ 255,96	R\$ 10,59
	2012/2006	118,7%	-6,5%	118,6%	112,6%	225,6%	-53,7%
Quatis	2006	R\$ 91,24	R\$ 25,71	R\$ 19,45	R\$ 2,74	R\$ 12,89	R\$ 30,43
	2012	R\$ 168,83	R\$ 30,26	R\$ 87,73	R\$ 9,06	R\$ 10,43	R\$ 31,35
	2012/2006	85,0%	17,7%	351,0%	230,1%	-19,1%	3,0%
Resende	2006	R\$ 277,69	R\$ 65,90	R\$ 163,79	R\$ 14,33	R\$ 30,38	R\$ 3,28
	2012	R\$ 490,08	R\$ 94,13	R\$ 293,08	R\$ 39,11	R\$ 55,30	R\$ 8,46
	2012/2006	76,5%	42,8%	78,9%	172,8%	82,0%	157,9%
Rio Claro	2006	R\$ 86,86	R\$ 24,18	R\$ 24,75	R\$ 8,51	R\$ 17,88	R\$ 11,55
	2012	R\$ 214,54	R\$ 40,55	R\$ 69,18	R\$ 7,06	R\$ 76,97	R\$ 20,78
	2012/2006	147,0%	67,7%	179,5%	-17,0%	330,5%	79,9%
Rio das Flores	2006	R\$ 154,59	R\$ 17,86	R\$ 118,63	R\$ 3,97	R\$ 10,07	R\$ 4,07
	2012	R\$ 199,02	R\$ 17,48	R\$ 131,96	R\$ 21,36	R\$ 12,23	R\$ 16,00
	2012/2006	28,7%	-2,1%	11,2%	438,2%	21,4%	293,5%
Valença	2006	R\$ 100,55	R\$ 53,45	R\$ 28,05	R\$ 6,96	R\$ 7,71	R\$ 4,38
	2012	R\$ 147,78	R\$ 48,93	R\$ 61,66	R\$ 12,02	R\$ 13,94	R\$ 11,23
	2012/2006	47,0%	-8,5%	119,8%	72,7%	80,8%	156,6%
Volta Redonda	2006	R\$ 319,66	R\$ 94,06	R\$ 191,35	R\$ 10,63	R\$ 18,10	R\$ 5,52
	2012	R\$ 531,66	R\$ 182,98	R\$ 294,68	R\$ 20,27	R\$ 23,41	R\$ 10,31
	2012/2006	66,3%	94,5%	54,0%	90,7%	29,3%	86,7%

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

4 APÊNDICE

Evolução das Principais Receitas dos Orçamentos dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 a 2012)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Barra do Pirai	Barra Mansa	Itatiaia	Pinheiral	Pirai	Porto Real
RECEITAS CORRENTES	91,2	48,8	70,6	80,8	44,2	155,9
Receitas Tributárias	98,1	34,4	87,1	113,8	50,4	146,7
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	37,6	16,2	83,4	32,1	24,6	5,4
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	161,9	40,4	72,8	112,2	70,4	146,6
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	115,7	87,1	226,5	283,8	65,8	139,9
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	48,5	58,1	145,0	326,6	14,9	267,4
Outras Receitas Tributárias	62,9	-33,9	125,8	70,1	24,3	-47,8
Receita de Contribuições	2,6	9,8	63,0	150,7	37,1	55,3
Receita Patrimonial	261,2	-53,1	209,2	234,7	139,6	488,9
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	8,0	51,0	-100,0	-	27,0	-7,2
Transferências Correntes	95,9	51,8	62,0	72,0	39,4	154,2
Cota-Parte do FPM ajustado pela LC 91/97 (100%)	39,2	42,1	39,2	39,2	36,0	39,3
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	-34,3	-37,0	-34,8	-23,3	-27,1	40,9
Cota-Parte do ITR	-	-	-	-	-	-
Cota-Parte do ICMS (100%)	26,4	19,9	23,6	46,0	38,4	169,7
Cota-Parte do IPVA	38,7	69,4	24,5	151,1	62,1	1,7
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	65,8	55,3	62,2	147,8	81,6	230,4
Transferências do FUNDEB	144,8	51,3	82,3	47,9	55,9	90,5
Outras Transferências Correntes	323,4	91,2	266,0	173,9	34,9	226,1
Outras Receitas Correntes	45,0	134,2	60,8	94,8	-45,7	660,9
DEDUÇÕES	92,8	79,0	73,2	123,0	73,6	250,0
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv. Servidor	62,3	26,1	78,2	278,1	32,0	-
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	-	-	-	-	147,6	-
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	86,9	83,3	71,5	95,3	85,7	250,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	91,0	46,3	70,3	76,3	41,0	144,0

(Continua)

APÊNDICE 4

(Continuação)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Quatis	Resende	Rio Claro	Rio das Flores	Valença	Volta Redonda
RECEITAS CORRENTES	105,9	68,1	107,0	79,6	111,2	44,5
Receitas Tributárias	99,1	79,9	140,0	31,9	51,8	67,6
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	26,6	45,6	62,9	0,3	-5,5	96,1
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	385,2	82,4	171,6	14,0	127,0	55,2
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	255,2	178,2	-19,4	451,5	78,4	92,2
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	-13,0	85,6	318,3	24,4	86,7	30,3
Outras Receitas Tributárias	10,8	162,9	74,8	303,2	165,0	88,1
Receita de Contribuições	235,1	27,8	72,5	–	889021,2	55,9
Receita Patrimonial	558,1	202,3	822,5	249,2	372,9	174,4
Receita Agropecuária	–	–	–	–	–	–
Receita Industrial	–	–	–	–	–	10,7
Receita de Serviços	-100,0	-99,6	-100,0	7,4	–	29,8
Transferências Correntes	99,4	76,3	100,9	83,8	118,7	42,0
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	39,2	39,2	39,2	39,2	51,1	34,5
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	-25,9	-9,7	-4,2	17,0	-29,0	-33,8
Cota-Parte do ITR	–	–	–	–	–	–
Cota-Parte do ICMS (100%)	40,5	72,0	80,1	48,2	35,0	26,8
Cota-Parte do IPVA	34,2	100,8	256,3	52,8	71,3	60,2
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	127,1	119,2	138,0	95,2	70,4	63,7
Transferências do FUNDEB	65,3	76,7	146,2	109,4	177,6	63,7
Outras Transferências Correntes	476,0	105,9	216,9	239,7	369,5	66,5
Outras Receitas Correntes	165,0	70,3	-40,0	-25,9	-29,2	9,9
DEDUÇÕES	98,5	114,2	110,8	95,0	165,1	89,5
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	185,7	46,6	56,3	–	–	55,9
Servidor	185,7	46,6	56,3	–	–	55,9
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	–	–	–	–	–	–
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	88,7	130,5	124,1	95,0	94,6	81,6
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	106,8	63,7	106,4	77,8	106,4	41,1

FONTE: Controladoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

(Conclusão)

5 APÊNDICE

Demonstrativos das Despesas por Categoria Econômica dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012)

(R\$ Milhares)

Município/Ano		DESPESA TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ¹	Investimento ²	Juros e Amortização da Dívida ³
Barra do Pirai	2006	81.563,9	40.398,3	30.141,8	9.333,3	1.690,6
	2012	149.027,7	64.358,7	52.127,9	29.306,6	3.234,5
Barra Mansa	2006	232.885,3	118.268,1	92.764,4	13.367,2	8.485,7
	2012	333.140,5	153.212,3	145.597,1	24.814,9	9.516,1
Itatiaia	2006	61.009,4	30.578,0	23.106,5	6.546,7	778,3
	2012	96.113,9	51.457,0	38.515,4	4.095,8	2.045,7
Pinheiral	2006	31.188,6	14.422,1	14.303,6	2.098,5	364,4
	2012	52.155,9	27.896,2	18.582,3	4.655,7	1.021,7
Pirai	2006	101.499,1	51.910,2	35.523,0	13.114,3	951,5
	2012	133.974,1	57.648,3	56.749,5	19.132,7	443,5
Porto Real	2006	80.098,0	32.933,4	33.460,1	12.768,7	935,8
	2012	187.138,9	70.289,2	99.842,1	16.581,7	425,8
Quatis	2006	22.515,0	12.389,3	9.134,8	990,9	0,0
	2012	46.544,7	19.888,5	22.015,6	4.576,3	64,4
Resende	2006	239.890,9	97.044,5	93.966,7	37.560,4	11.319,3
	2012	304.722,5	151.016,3	126.493,7	15.908,9	11.303,7
Rio Claro	2006	31.173,1	15.231,4	13.622,2	2.227,4	92,0
	2012	56.213,0	32.354,0	19.029,8	3.329,2	1.500,0
Rio das Flores	2006	26.528,3	11.027,1	11.376,7	3.621,0	503,4
	2012	34.714,9	18.435,9	14.591,6	1.169,3	518,1
Valença	2006	63.755,6	33.700,2	27.065,1	2.269,3	721,1
	2012	127.988,2	67.650,6	54.183,0	4.459,6	1.695,1
Volta Redonda	2006	525.351,4	259.259,1	222.546,2	27.691,8	15.854,2
	2012	650.624,3	323.678,4	253.684,7	55.562,3	17.698,9

¹ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.² Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.³ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores atualizados pelo IPCA para 2012.

APÊNDICE 6

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica sobre as Despesas Totais dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 e 2012)

(%)

Município/Ano	Despesa Total	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ¹	Investimento ²	Juros e Amortização da Dívida ³	
Barra do Pirai	2006	100,0	49,5	37,0	11,4	2,1
	2012	100,0	43,2	35,0	19,7	2,2
Barra Mansa	2006	100,0	50,8	39,8	5,7	3,6
	2012	100,0	46,0	43,7	7,4	2,9
Itatiaia	2006	100,0	50,1	37,9	10,7	1,3
	2012	100,0	53,5	40,1	4,3	2,1
Pinheiral	2006	100,0	46,2	45,9	6,7	1,2
	2012	100,0	53,5	35,6	8,9	2,0
Pirai	2006	100,0	51,1	35,0	12,9	0,9
	2012	100,0	43,0	42,4	14,3	0,3
Porto Real	2006	100,0	41,1	41,8	15,9	1,2
	2012	100,0	37,6	53,4	8,9	0,2
Quatis	2006	100,0	55,0	40,6	4,4	0,0
	2012	100,0	42,7	47,3	9,8	0,1
Resende	2006	100,0	40,5	39,2	15,7	4,7
	2012	100,0	49,6	41,5	5,2	3,7
Rio Claro	2006	100,0	48,9	43,7	7,1	0,3
	2012	100,0	57,6	33,9	5,9	2,7
Rio das Flores	2006	100,0	41,6	42,9	13,6	1,9
	2012	100,0	53,1	42,0	3,4	1,5
Valença	2006	100,0	52,9	42,5	3,6	1,1
	2012	100,0	52,9	42,3	3,5	1,3
Volta Redonda	2006	100,0	49,3	42,4	5,3	3,0
	2012	100,0	49,7	39,0	8,5	2,7

¹ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.

² Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.

³ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores atualizados pelo IPCA para 2012.

7 APÊNDICE

Evolução das Despesas dos Municípios da Região do Médio Paraíba (2006 a 2012)

(%)

Município	Despesa Total	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ¹	Investimento ²	Juros e Amortização da Dívida ³
Barra do Pirai	82,7	59,3	72,9	214,0	91,3
Barra Mansa	43,0	29,5	57,0	85,6	12,1
Itatiaia	57,5	68,3	66,7	-37,4	162,8
Pinheiral	67,2	93,4	29,9	121,9	180,4
Pirai	32,0	11,1	59,8	45,9	-53,4
Porto Real	133,6	113,4	198,4	29,9	-54,5
Quatis	106,7	60,5	141,0	361,8	-
Resende	27,0	55,6	34,6	-57,6	-0,1
Rio Claro	80,3	112,4	39,7	49,5	1.530,7
Rio das Flores	30,9	67,2	28,3	-67,7	2,9
Valença	100,7	100,7	100,2	96,5	135,1
Volta Redonda	23,8	24,8	14,0	100,6	11,6

¹ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.

² Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.

³ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores atualizados pelo IPCA para 2012.

APÊNDICE 8

Classificação das Atividades Industriais Consumidoras de Energia Elétrica

Subsetor Industrial	Atividades
Extração e Tratamento de Minerais	<ul style="list-style-type: none"> • Extração de carvão mineral • Extração de petróleo e gás natural • Extração de minerais metálicos • Extração de minerais não metálicos • Atividades de apoio à extração de minerais
Produtos Alimentícios	<ul style="list-style-type: none"> • Abate e fabricação de produtos de carne • Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado • Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais • Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais • Laticínios • Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais • Fabricação e refino de açúcar • Torrefação e moagem de café • Fabricação de outros produtos alimentícios
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de bebidas alcoólicas • Fabricação de bebidas não alcoólicas
Têxtil	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e fiação de fibras têxteis • Tecelagem, exceto malha • Fabricação de tecidos de malha • Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis • Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
Confecção	<ul style="list-style-type: none"> • Confecção de artigos do vestuário e acessórios • Fabricação de artigos de malharia e tricotagem
Papel e Celulose	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel • Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão • Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado • Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
Impressão e Reprodução de Gravações	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade de impressão • Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos • Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte

(Continua)

8 APÊNDICE

(Continuação)

Subsetor Industrial	Atividades
Química	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos químicos inorgânicos • Fabricação de produtos químicos orgânicos • Fabricação de resinas e elastômeros • Fabricação de fibras artificiais e sintéticas • Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários • Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal • Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins • Fabricação de produtos e preparados químicos diversos
Farmoquímicos e Farmacêuticos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos farmoquímicos • Fabricação de produtos farmacêuticos
Borracha e Material Plástico	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos de borracha • Fabricação de produtos de material plástico
Minerais Não Metálicos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de vidro e de produtos do vidro • Fabricação de cimento • Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes • Fabricação de produtos cerâmicos • Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos
Siderúrgico/Metalúrgico	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de ferro-gusa e de ferroligas • Siderurgia • Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura • Metalurgia dos metais não ferrosos • Fundição
Produtos de Metal (Exceto Máquinas e Equipamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada • Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras • Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais • Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas • Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munições • Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos • Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos • Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica • Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação • Fabricação de eletrodomésticos • Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente

(Continua)

APÊNDICE 8

(Continuação)

Subsetor Industrial	Atividades
Máquinas e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral • Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária • Fabricação de máquinas-ferramenta • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico
Veículos Automotores	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários • Fabricação de caminhões e ônibus • Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores • Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores • Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores
Equipamentos de Transporte (Exceto Veículos Automotores)	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de embarcações • Fabricação de veículos ferroviários • Fabricação de aeronaves • Fabricação de veículos militares de combate • Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente
Obras de Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais • Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos • Construção de outras obras de infraestrutura
Outras Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos do fumo • Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados • Fabricação de produtos de madeira • Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis • Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos • Fabricação de móveis • Fabricação de produtos diversos • Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos • Captação, tratamento e distribuição de água • Esgoto e atividades relacionadas • Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais • Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos • Construção de edifícios • Serviços especializados para construção • Eletricidade, gás e outras utilidades

(Conclusão)

9 APÊNDICE

Classificação das Atividades Industriais Consumidoras de Gás Natural

Subsetor Industrial	Atividades
Extração e Tratamento de Minerais	<ul style="list-style-type: none"> • Extração de carvão mineral • Extração de petróleo e gás natural • Extração de minerais metálicos • Extração de minerais não metálicos • Atividades de apoio à extração de minerais
Produtos Alimentícios	<ul style="list-style-type: none"> • Abate e fabricação de produtos de carne • Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado • Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais • Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais • Laticínios • Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais • Fabricação e refino de açúcar • Torrefação e moagem de café • Fabricação de outros produtos alimentícios
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de bebidas alcoólicas • Fabricação de bebidas não alcoólicas
Têxtil	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e fiação de fibras têxteis • Tecelagem, exceto malha • Fabricação de tecidos de malha • Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis • Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
Papel e Celulose	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel • Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão • Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado • Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado

(Continua)

APÊNDICE 9

(Continuação)

Subsetor Industrial	Atividades
Química	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos químicos inorgânicos • Fabricação de produtos químicos orgânicos • Fabricação de resinas e elastômeros • Fabricação de fibras artificiais e sintéticas • Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários • Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal • Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins • Fabricação de produtos e preparados químicos diversos
Minerais Não Metálicos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de vidro e de produtos do vidro • Fabricação de cimento • Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes • Fabricação de produtos cerâmicos • Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos
Siderúrgico/Metalúrgico	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de ferro-gusa e de ferroligas • Siderurgia • Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura • Metalurgia dos metais não ferrosos • Fundição
Outras Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos do fumo • Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados • Fabricação de produtos de madeira • Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis • Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos • Fabricação de móveis • Fabricação de produtos diversos • Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos • Captação, tratamento e distribuição de água • Esgoto e atividades relacionadas • Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais • Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos • Construção de edifícios • Serviços especializados para construção • Eletricidade, gás e outras utilidades

(Conclusão)

